



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

APOSTILA **DE**

HISTÓRIA

COLEÇÃO

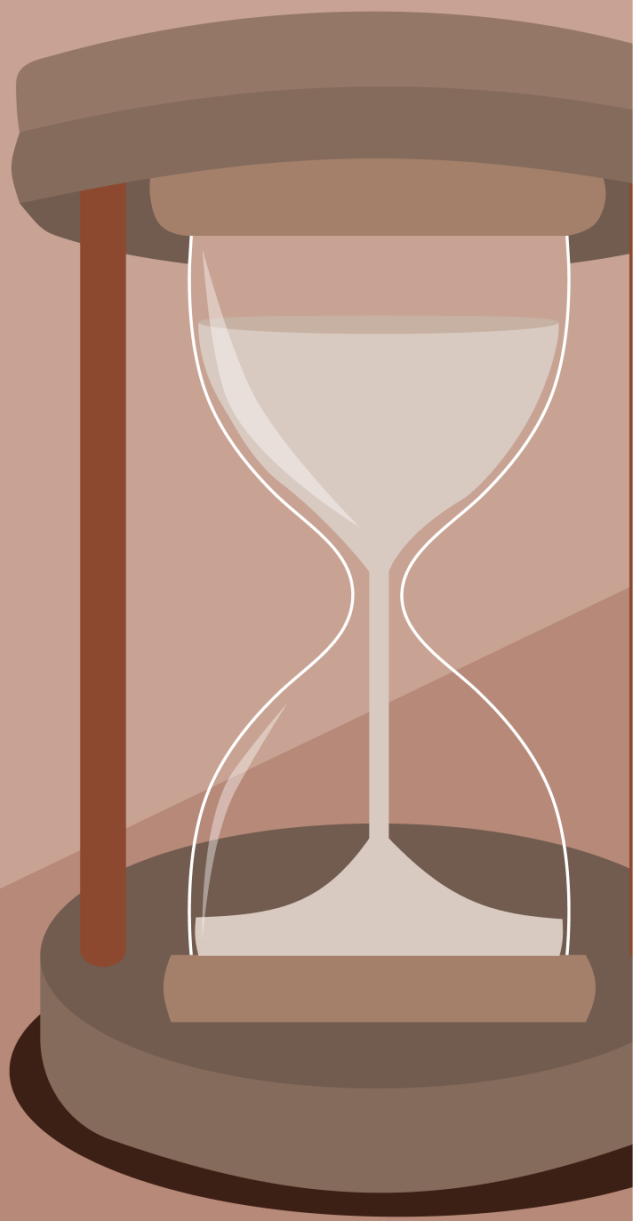
**EDUCAÇÃO
TRANSFORMA**

**REGINA CELIA COSTA LIMA
MARGARIDA CHAVES DOS SANTOS
JESSÉ GONÇALVES CUTRIM
MARIA CLARA CURY-RAD LIMA
AMANDA DIAS SILVA
FILIPE CONCEIÇÃO DA SILVA
GABRIELLE TEIXEIRA JARDIM
IZABELLA TAYNARA DE ASSIS MOURA
LAYANE DE OLIVEIRA CARVALHO
MARIA EDUARDA LINDOSO SILVA PORTO
MARIA GABRIELE DE ALMEIDA DUARTE
SOFIANY MARINHO DOS REIS**

AUTORES



EDITORA
UEMASUL



**EDUCAÇÃO
TRANSFORMA**



Regina Celia Costa Lima
Margarida Chaves dos Santos
Jessé Gonçalves Cutrim
Maria Clara Cury-Rad Lima
Amanda Dias Silva
Filipe Conceição da Silva
Gabrielle Teixeira Jardim Izabella
Taynara de Assis Moura
Layane De Oliveira Carvalho
Maria Eduarda Lindoso Silva Porto
Maria Gabriele de Almeida Duarte
Sofiany Marinho dos Reis
(AUTORES)

HISTÓRIA



EDITORA
UEMASUL

2025

A645 Apostila de História / Regina Celia Costa Lima ... [et al.] – Apostila destinada para o Cursinho Popular da UEMASUL. Imperatriz: EDUEMASUL, 2025.

180 p.: il. (Coleção: Educação Transforma)

ISBN 9786589274148

1. História. 2. História em geral. I. Lima, Regina Celia Costa. II. Santos, Margarida Chaves dos. III. Cutrim, Jessé Gonçalves.

CDU 94

Ficha elaborada pela Bibliotecária: **Jennifer Rabelo Pires CRB13/987**

Apostila aprovada para a publicação através do Edital nº 11/2023 destinada para o Cursinho Popular da UEMASUL.

Direitos autorais 2025 – Editora UEMASUL

Todos os direitos reservados à Editora UEMASUL é proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Projeto Gráfico Editora UEMASUL

Catlogação na publicação Seção de Catalogação e Classificação



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PROEXAE
COORDENADORIA DE SUSTENTABILIDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL - CSIS
DIVISÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – DIVEXT**

**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO –
PIBEXT/UEMASUL (2023-2024)**

Reitora

Profa. Dra. Luciléa Ferreira Lopes
Gonçalves

Vice-reitora

Profa. Dra. Lilian Castelo Branco de
Lima

**Pró-Reitor de Extensão e
Assistência Estudantil – PROEXAE**

José Milton Lopes Pinheiro

Autores

Regina Celia Costa Lima
Margarida Chaves dos Santos
Jessé Gonçalves Cutrim
Maria Clara Cury-Rad Lima
Amanda Dias Silva

Filipe Conceição da Silva

Gabrielle Teixeira Jardim Izabella
Taynara de Assis Moura

Layane De Oliveira Carvalho

Maria Eduarda Lindoso Silva Porto

Maria Gabriele de Almeida Duarte

Sofiany Marinho dos Reis

Coordenação da Editora

Profa. Dra. Aichely Rodrigues da
Silva

Diagramação

Maria Eduarda da Silva Santos

Capa

Gabriel Vieira Lima



EDITORA
UEMASUL

2025

SUMÁRIO

A ESCRITA DA HISTÓRIA:	10
Fontes históricas	10
Tempo histórico e tempo cronológico	10
Pré-história	11
Comunidades primitivas no(a): África, América, Brasil e Maranhão	11
AS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES:	12
A CIVILIZAÇÃO ROMANA: FORMAÇÃO, EXPANSÃO E DESAGREGAÇÃO	24
Fundação de Roma	25
Monarquia romana (753-509 a.C.)	26
República de Roma (509-27 a.C.)	27
Expansão territorial: guerras púnicas	28
Crise da república	28
Império romano (27 a.C.-476 d.C.)	29
Crise do império romano	29
OS POVOS BÁRBAROS	30
Origem da palavra “bárbaro”	30
Povos germânicos	31
Os principais povos germânicos são:	33
Invasões germânicas	33
FEUDALISMO: FORMAÇÃO, EXPANSÃO E DESAGREGAÇÃO	34
Origem	34
O desenvolvimento feudal	34
Classes no sistema feudal	34
O declínio do feudalismo	37
HISTÓRIA DA ÁFRICA	31
O TEMPO DAS REFORMAS RELIGIOSAS	40
Luteranismo	40
FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS: ABSOLUTISMO	43
A REFORMA NA INGLATERRA	44
A EXPANSÃO ULTRAMARINA E O MERCANTILISMO	45
As navegações portuguesas	47
COLONIALISMO E QUESTÃO INDÍGENA	49
Os indígenas na história do Brasil	51
Antes de Cabral: a vida indígena pré-colonial	52

A IMPORTÂNCIA CULTURAL E SOCIAL	53
COLONIZAÇÃO INGLESA	54
COLONIZAÇÃO FRANCESA	56
COLONIZAÇÃO ESPANHOLA	57
A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVO NA AMÉRICA PORTUGUESA	59
COLONIZAÇÃO DO BRASIL	61
Escavidão indígena: dominação e resistência	62
COLONIZAÇÃO DO MARANHÃO	63
Fundação de São Luís	64
A ECONOMIA NA AMÉRICA PORTUGUESA E O BRASIL HOLANDÊS	65
Economia Açucareira, extrativista e criação de gado	65
A escravidão africana no Brasil: Dominação e Resistência	66
Maranhão Colonial - 1ª Fase (1615-1755)	67
União Ibérica	68
As invasões Holandesas	69
ILUMINISMO	69
REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	71
MARANHÃO COLONIAL	72
REVOLUÇÃO NAS AMÉRICAS: INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS	73
INDEPENDÊNCIA HISPANO-AMERICANAS	76
REVOLUÇÃO DO HAITI	78
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	80
Direitos Humanos	80
Importância da Cidadania	80
Desafios	81
HISTÓRIA DA LUTA DAS MULHERES POR IGUALDADE DE GÊNERO, NO MUNDO E NO BRASIL	82
História da Luta das Mulheres por Igualdade de Gênero no Mundo Século XIX	82
Século XX	82
Século XXI	83
História da Luta das Mulheres por Igualdade de Gênero no Brasil Século XIX	83
Século XX	83
Século XXI	83
Período regencial	87
O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	94
ADESÃO DO MARANHÃO À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	95
PROCESSOS POLÍTICOS E SOCIAIS NO SÉCULO XIX NA EUROPA	96

O movimento operário e o advento do socialismo	96
O socialismo	96
O movimento operário	98
AS REVOLUÇÕES LIBERAIS E O NACIONALISMO	99
Liberalismo	99
Nacionalismo	100
A UNIFICAÇÃO ITALIANA	101
A UNIFICAÇÃO ALEMÃ	102
SEGUNDO REINADO NO BRASIL	104
ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA HISPÂNICA	104
IMPERIALISMO	105
I GUERRA MUNDIAL (1914 e 1918)	106
Causas da Guerra:	106
Principais Conflitos:	107
Consequências da Primeira Guerra Mundial:	107
A REVOLUÇÃO RUSSA E O STALINISMO	108
Revolução de Fevereiro de 1917:	108
Revolução de Outubro de 1917:	108
Relacionamento com o Stalinismo:	109
O BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA	109
Proclamação da República (1889)	110
Política dos Governadores e Coronelismo	110
Revolta da Armada (1891-1894)	110
Revolução Federalista (1893-1895)	111
Guerra de Canudos (1896-1897)	111
Ciclo do Café e Política do Café com Leite	111
Movimentos sociais e Revoltas urbanas	112
Tenentismo e Crise da República Velha	112
Revolução de 1930	112
Resumo das consequências gerais da Primeira República:	113
CRISE DE 1929 E AS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO ESPECULATIVO	113
Causas da Crise de 1929:	113
O Colapso:	114
Consequências:	114
Contradições do capitalismo especulativo:	114
TOTALITARISMO	115

GUERRA FRIA	116
GUERRA CIVIL ESPANHOLA	117
Consequências da guerra civil espanhola	118
II GUERRA MUNDIAL	120
Causas da II Guerra mundial	121
Principais eventos:	121
Consequências	122
A ERA VARGAS	123
Ascensão ao Poder:	123
Governo provisório (1930-1934):	123
Governo constitucional (1934-1937):	124
Estado Novo (1937-1945):	124
II Guerra mundial:	124
Redemocratização (1945):	124
O MUNDO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	125
Criação da organização das nações unidas (ONU)	125
Guerra fria	125
Descolonização	125
Reconstrução da Europa	125
Avanços tecnológicos e científicos	126
Movimentos de direitos civis	126
Integração europeia	126
Mudanças geopolíticas	126
DITADURA MILITAR NA AMÉRICA LATINA	127
GUERRA DO GOLFO (1990 – 1991)	133
GRUPOS EXTREMISTAS E O TERRORISMO NO MUNDO	134
NOVA CONJUNTURA POLÍTICO ECONÔMICO MUNDIAL: CRISE NOS EUA, NA EUROPA E A EMERGÊNCIA DA CHINA	135
MOVIMENTOS SOCIAIS E DEFESAS DO DIREITOS CIVIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	136
O BRASIL NO SÉCULO XXI	138
O Brasil no cenário da Globalização Capitalista	138
O governo de José Sarney (1985-1990)	140
O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992)	143
O governo de Itamar Franco (1992-1995)	144
O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

LISTA DE EXERCÍCIOS

153

Gabarito

175



APRESENTAÇÃO

O presente trabalho constitui um material didático desenvolvido com o objetivo de apoiar tanto os discentes quanto os tutores do Programa Extensionista Cursinho Popular da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Elaborado em colaboração com estudantes e docentes do curso de História, este material visa oferecer uma abordagem acessível e eficaz para o aprendizado de História, com foco especial nos alunos do Ensino Médio que participam do Cursinho Popular.

Trata-se de uma apostila no formato de e-book, concebida como uma ferramenta didática essencial para a preparação dos estudantes para o ingresso no ensino superior, com ênfase nos processos seletivos, como o Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre outros. O conteúdo abrange temas fundamentais da História, com especial atenção aos tópicos exigidos pela educação básica, oferecendo uma base sólida para os alunos que buscam ingressar no ensino superior por meio do Cursinho Popular.

Com uma linguagem clara, objetiva e adequada ao público-alvo, este material tem como objetivo não apenas facilitar o entendimento dos principais conceitos históricos, mas também estimular o desenvolvimento crítico e reflexivo dos estudantes. A organização dos conteúdos da apostila foi orientada pelos Referenciais Curriculares para o Ensino Médio do Estado do Maranhão, e os tópicos foram estruturados de forma a priorizar a abordagem dos conteúdos essenciais para o aprendizado dos alunos. Ressalta-se, contudo, que este material não tem a pretensão de ser a única ferramenta de apoio aos estudantes e tutores do Cursinho Popular. Pelo contrário, ele visa ser uma chave orientadora de estudos e um incentivo para que os alunos busquem outros materiais, em diferentes formatos, como livros impressos ou virtuais, filmes, vídeos e outros recursos, onde quer que o conhecimento esteja disponível.

Ademais, entendemos que esta apostila/e-book é a primeira de uma série que deverá ser produzida, tanto para contemplar conteúdos não abordados nesta versão quanto para realizar as devidas atualizações, tanto em relação ao conteúdo quanto à metodologia empregada.

Além disso, a apostila busca promover a autonomia no processo de aprendizagem, funcionando como uma importante ferramenta complementar na preparação para provas e processos seletivos diversos. Ao proporcionar uma base sólida de conhecimento e auxiliar na organização do estudo, o material visa fortalecer a capacidade dos alunos de estudar de forma independente e eficaz.

Assim, este e-book se configura como um recurso pedagógico valioso, alinhado ao compromisso da UEMASUL de promover a inclusão educacional e o acesso ao ensino superior para jovens e adultos da região, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com mais oportunidades para todos.

A ESCRITA DA HISTÓRIA

O que é história?

Muitas foram às definições, significados e conceitos sobre o que é história. A palavra provém da Grécia Antiga e significa “investigação”. Heródoto, conhecido como o pai da história, foi a primeira pessoa que utilizou essa palavra com o seu sentido de origem. Por outro lado, para Lucien Febvre (1878-1956) a história é definida como ciência humana e não como ciência dos fatos históricos; para Marc Bloch (1886-1944), “ciência dos homens no tempo”. Assim, diante dos acessos de investigação do passado, quem procura e pesquisam os fatos, a pergunta que fica é qual a verdadeira história? Quem faz? Qual o sentido?

Fontes históricas

A história permite o acesso ao passado por meio de diversos vestígios. Os documentos como uma fonte principal requer uma ação minuciosa em relação a qualquer evidência, imaterial ou material. Ademais, os historiadores trabalham com as disponibilidades restantes do passado, procurando entender os acontecimentos daquilo que sobreviveu com o

passar do tempo. As fontes têm verdades próprias, participativas de um contexto, assim, cabe aos historiadores compreender o espaço-tempo do objeto que está estudando.

Tempo histórico e tempo cronológico

Qual a importância do tempo e como as pessoas o enxergam? Como a história vê o tempo? É certo que a percepção do tempo é diferente para cada pessoa, porém é também para a história. As diferenças para determinar a mudança de um acontecimento ou instante não são permanentes. Dessa forma, a história averigua as ocorrências nas ações que os sujeitos exercem ao longo das experiências vividas dentro de um período, contexto e ato ininterrupto. O tempo é contínuo, não para ou espera a vontade do ser. E com a diversidade da natureza e das diversas sociedades, a visão do conceito se modifica.

O tempo histórico se fundamenta nos eventos que ocorreram ao longo da humanidade, diferenciando os seus acontecimentos e não classificando igualmente a sua duração. Assim, é indispensável compreender que o tempo passa por um processo individual, inserido em um modo único, suscetíveis a quebras e a generalização dos fatos. Ao contrário disso, o tempo cronológico exalta uma duração decorativa, comumente nos calendários, presente nas datas e atividades humanas medidas.

Linha do Tempo Histórico



Disponível em: <https://historia-da-arte.info/images/Imagens/linha-tempo-historia-arte.jpg>

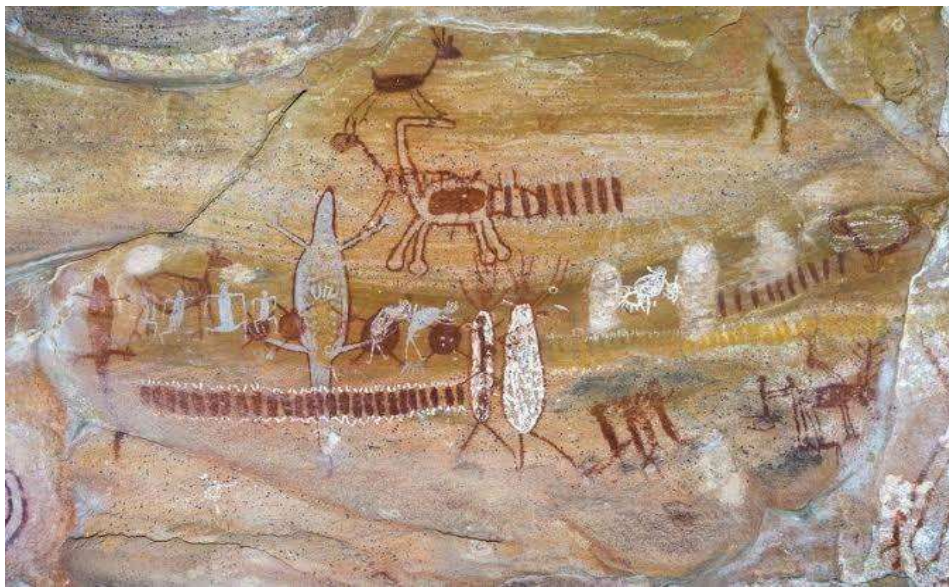
Pré-história

Existe um nome em que remonta a acontecimentos e investigações de um passado em que as origens humanas datam de seis milhões de anos atrás, a pré-história. As análises feitas dos elementos descobertos no presente em um contexto de tempo passado permitem ao historiador delimitar os períodos que dividiram essa época. De forma geral, a divisão do surgimento e desenvolvimento dos primeiros humanos na terra é dividida em partes e os achados arqueológicos que nos possibilitam classificar os períodos são:

- Paleolítico (2,5 milhões A.C - 10000 A.C): era que menciona os primeiros ancestrais diretos do homem que viviam de forma nômade; eram caçadores e coletores; dominaram o fogo; produziam ferramentas para caça com pedras, madeira, marfim e ossos;
- Mesolítico (13000 A.C - 9000. A.C): período de transição entre paleolítico e neolítico; mudanças climáticas no planeta; primeiros indícios de sedentarização do ser e das primeiras atividades agrícolas;

- Neolítico (10000 A.C - 3000. A.C): domesticação dos animais; polimento da pedra desenvolvimento na agricultura; grandes agrupamentos humanos; sedentarismo; divisão do trabalho de forma social;
- Idade dos metais (4000 A.C): uso do cobre, bronze e ferro.

Arte Rupestre (Serra da Capivara – São Raimundo Nonato – PI)



Fonte: Escola Educação (2020).

Comunidades primitivas no(a): África, América, Brasil e Maranhão

São múltiplas e variadas as ações e organizações dos primeiros povos a habitar os continentes, países e Estados que se tem conhecimento, por meio de vestígios e fontes históricas. O predomínio da vivência e as formas variadas das relações construídas expõem uma estrutura própria, ainda que semelhantes com muitas outras. Nesse sentido, as especificidades e afinidades das comunidades primitivas na África, América, Brasil e no Maranhão são caracterizadas como:

- **Comunidades primitivas na África:** sociedade sem estado, com predomínio das formas familiares de modo social; unidade família composta por uma unidade patriarcalista em que os homens controlavam filhos, esposas, parentes e dependentes; formação de organização matriarcal; constituição

de aldeias e núcleo comerciais; permanência das tradições, normas e partilhamento de terras, rebanhos e bens coletivos.

- **Comunidades primitivas na América:** caça e coleta como ação de sobrevivência baseada em uma economia coletora; produção de artesanatos, a exemplo da cerâmica, artefatos de pedra, penas, cestaria, entre outros; agricultura como prática de garantia para uma maior expectativa de vida; modo de vida baseado na sedentarização e maior disponibilidade de tempo; segmentos político, econômico e social apoiados em uma organização diversa, com e sem a presença de estados.
- **Comunidades primitivas no Brasil:** diversidade territorial, linguística, cultural e política; ênfase no povo tupi-guarani; resoluções de casos feitos pela própria comunidade; economia baseada na troca; consumo individual e coletivo; relação harmoniosa com a natureza.
- **Comunidades primitivas no Maranhão:** destaque para o povo tupi-guarani; relações sociais igualitárias; divisão do trabalho; plantações de alimentos específicos; partilhamento coletivo; sem Estado; ações e alinhamentos de resistência contra/com europeus.

AS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES

- **Mesopotâmia**

Mesopotâmia, que significa entre rios, próximas aos Tigre e Eufrates, região com grande diversidade de pântanos, planícies férteis e com o clima ameno. Nessa localidade se instalaram povos das mais diversas culturas e modos de organização social, que nos renderam dois adventos do mundo moderno atual: o Estado e a Escrita, que surgiu por volta de 3300 a.C. Outras importantes realizações culturais dos povos mesopotâmicos foram invenção dos algarismos de matemática, os códigos legais, e grandes peças importantes como Epopeia.



Fontes: REDE, Marcelo. *A Mesopotâmia*. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 7; DUBY, Georges. *Atlas histórico mundial*. Madri: Debate. p. 7.

Fonte: Google (2025)

Tendo evidências de que os vales do rio Nilo foram ocupados por população fixas desde 7000 a.c, as sociedades então foram levando a entender como o Rio funciona durante todo o ano. Para garantir alimentos em um espaço pequeno e evitar também danos das inundações ocasionadas pelo rio. Mais do que entender as cheias do rio Nilo, mas como utilizar a ecologia do vale do rio Nilo em seu benefício.

- **Egito**

O Nilo era a principal rota de comunicação entre esses povos, sendo chamados de spat (ou nomos, em grego), cada um desses povos tinha um chefe (monarca) e adorava um Deus, representado por um animal. Esses nomos foram reunidos em dois reinos durante o quarto milênio a.C. O baixo Egito no Norte e o alto Egito no centro sul do território. O baixo Egito teve sua história marcada pelo contato com povos Mediterrâneo, e o alto desenvolveu relações de trocas econômicas com os povos da Núbia.

As diferenças geográficas, econômicas e culturais entre ambas eram

motivos de disputa para frequente tentativas uma região sobre a outra. Acredita-se que por volta de 3200 a.C. um governo do alto Egito, Narmer (ou Menés), unificou os reinos do alto e do baixo Egito, a capital sendo em Tínis e tornou-se o único soberano do reino unificado. Tal acontecimento deu início ao período dinástico do Egito, quando os Faraós, Reis divinos, vieram a tornam-se líderes políticos e religiosos dessas terras. A história do Egito antigo é dividida em três grandes fases, conhecidas como: império, médio império, e novo império. No topo da hierarquia estava o faraó e sua família. Assessorados pelos funcionários públicos, pelos altos militares e pelos escribas, o grupo social mais poderoso era dos sacerdotes que incluía muitos e era dividido em diversas categorias, depois em seguida vinham os escribas, funcionários de administração do estado e eram um dos poucos que sabiam ler e escrever. E depois o grupo de guerreiros formava a tropa de elite do faraó, encarregados também pela segurança da família do monarca. As características principais da religião egípcia era o politeísmo, crendo na vida após a morte, por acreditar nisso, buscaram maneiras de preservar o corpo para essa nova etapa, a mumificação. A religião influenciava todo o Egito.

Exemplo de esculturas no Antigo Egito



Fonte: <https://rabiscodahistoria.com/egito-antigo/>

- **Mulher no Egito**

Na Antiguidade, o Egito antigo se destacava por dar poderes às mulheres, tanto como um homem. Historiadores chegaram a ver como as mulheres tinham liberdade de viver em sociedade, transitando em espaços públicos, por exemplo, abrir processos e dispor livremente de seus bens, até tomar a iniciativa do divórcio, além de possuir os mesmos direitos à herança que os homens. Apesar dos homens está em maioria em alguns cargos as mulheres também faziam presença, algumas ocupavam cargos na administração do Estado e exerciam funções sacerdotais. Até mesmo a função de faraó foi exercida por mulheres em diferentes dinastias: Sobekneferu (1806-1802 a.C.), Hatchepsut (1473-1458 a.C.) e Tausert (1193-1190 a.C.)

Cena familiar no Antigo Egito



Fonte: disponível em <
http://artehistoriaegipto.blogspot.com.br/2012_01_22_archive.html
>. Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

- **O reino de Cuxe**

Núbia é o nome dado à região que os antigos egípcios conheciam como Cuxe, se localizando em uma área estratégica, as pesquisas arqueológicas mostraram que as populações da Núbia mantinham contato com o Egito desde o início do período dinástico, mas tarde o novo império, os egípcios invadiram a Núbia e se instalaram fortaleza para protegerias rotas comerciais para o sul, entretanto enfraqueceu o Egito. Devido o reino de Cuxe ter sido anexado pelo Egito eles receberam várias influências Egípcias na religião, e costumes como também na política. A partir do século X a.C. o Egito passou por várias desordens políticas internas fazendo com que nesse contexto, os egípcios abandonaram gradativamente o reino de Cuxe.

- **Hebreus**

Os hebreus, povo nômade semita originário da região da

Mesopotâmia, chegaram à palestina no segundo milênio a.C. Com uma religião monoteísta, acreditando em um único Deus, a sociedade hebraica era patriarcal, formada por família numerosas, a partir dos 10 anos de idade o menino era preparado para assumir o papel de destaca, já as meninas desde cedo preparada para o casamento, e quando casavam tornava-se propriedade do marido.

O concubinato era uma prática aceita entre os hebreus, entretanto a esposa tinha privilégios. Era uma sociedade escravista, dividida em dois grupos: o dos hebreus e o dos estrangeiros, prisioneiros de guerra. Moisés morreu antes de chegar a Canaã e Josué assumiu a liderança do povo hebreu. Quando chegaram a palestina os hebreus encontraram outros povos vivendo na região. Então, sob o comando de Josué, lutaram pela região. A palestina foi dividida em doze tribos lideradas pelos juízes, chefes militares e políticos escolhidos pelo povo. Ameaçados pelos filisteus, e outros povos, decidiram instituir um reino unificado, assim Saul sendo um líder guerreiro, como o primeiro rei, Davi sendo seu sucessor, conquistando o Estado e conquistou Jerusalém. O governador Salomão, filho de Davi, marcou o apogeu da monarquia. Para sustentar grandes luxos da corte, Salomão instituiu impostos opressivos e criou um corpo de funcionários encarregados da fiscalização. Depois da morte de Salomão veio uma grande crise política que levou a divisão das tribos, as dez tribos do Norte uniram-se e formaram Israel, e as tribos do Sul, o reino de Judá. Esse episódio ficou conhecido como cisma.

- **Fenícios**

Os fenícios estabeleceram-se na costa leste do mar Mediterrâneo, em uma faixa de terra entre o mar e as montanhas na região do atual Líbano. Artesãos hábeis empregavam metais, madeira e marfim na confecção de armas, joias, cerâmicas e objetos de vidros transparentes e coloridos. Os fenícios também fabricavam tecidos muito famosos na antiguidade, tingidos com a cor púrpura. Navegavam no mar aberto, inicialmente fazendo escambo,

por volta de VII a.C. surgiram as primeiras moedas e aos poucos tornaram-se eficientes para o comércio. Assim como os sumérios, os fenícios se organizavam em cidades-estados apesar de também compartilhar uma mesma língua e cultura. Cada cidade tinha seu Deus principal, chamado de baal. Os fenícios levaram seus deuses para toda a região do mar Mediterrâneo, mas também acabaram sofrendo influência de outros povos, acredita-se, por exemplo, que a deusa Astart fosse à versão fenícia de Afrodite.

Cada cidade fenícia era governada por uma monarquia hereditária com funções religiosas. O rei era auxiliado por funcionários palacianos. Há referência que nas cidades havia cargos como o de “governador” e o de “comandante de campo” respectivamente com funções administrativas e militares. Havia existindo um conselho em cada cidade com funções deliberativas. Entre os séculos XII e IX, as cidades fenícias alcançam grande êxito, mas a partir do século VII a.C. a Fenícia foi sucessivamente anexada aos impérios Assírio, Babilônico, Persa e macedônico. A escrita desenvolvida pelos fenícios originou o alfabeto que é a decomposição de palavras em sons, cada um deles representado por um signo ou letra. O alfabeto fenício tinha 22 signos que representavam as consoantes. As vogais, como em outras línguas semíticas, não eram representadas.

- **Persas**

Persas Localizado no Planalto Iraniano, o Império Persa surgiu da unificação dos reinos da Média e da Pérsia promovida pelo príncipe persa Ciro II, o Grande, por volta de 550 a.C. Após a unificação, Ciro II procurou ampliar as fronteiras dos seus domínios. Em 539 a.C., dominou a cidade da Babilônia, libertando os judeus do cativeiro imposto por Nabucodonosor II, e anexou a Fenícia, a Síria e a Palestina. Quando Ciro morreu, em 529 a.C., o Império Persa estendia-se da Ásia Menor, a oeste, às fronteiras da Índia, a Leste. O filho e sucessor de Ciro, Cambises, herdaram um império rico e tropas poderosas,

entretanto morreu e o trono foi entregue a Dario I que conduziu o império até seu apogeu. Para governar domínios tão extensos, Dario I empreendeu uma ampla reorganização política administrativa. Dividiu o império em províncias chamadas satrapias, unificou a moeda com a criação do dário, organizou um sistema de correios e ampla rede de estrada.

As conquistas dos persas promoveram um grande intercâmbio cultural com outros povos, uma vez que nos territórios conquistados, os persas costumavam adaptar-se às tradições regionais, respeitar as crenças religiosas e incorporar as elites locais nas atividades administrativas. Porém também mantiveram seus costumes que atravessaram os séculos. Na tentativa de conquistar a Grécia, no início do século V a.C., os persas invadiram as colônias gregas da Ásia Menor, iniciando um período de guerras contínuas. No entanto, os enormes batalhões persas não conseguiram vencer os guerreiros gregos. Depois de sucessivas derrotas, em terra e no mar, os persas negociaram a paz com a Grécia. Em 333 a.C., enfraquecido, o Império Persa foi conquistado por Alexandre da Macedônia

- **Grécia**

A Grécia é um território com relevo montanhoso e poucas terras férteis, o litoral recortado e a grande quantidade de ilhas, tendo mais de 6 mil, facilitaram o contato comercial e cultural dos gregos com outros povos da antiguidade. Por volta de 2500 a. C. às populações de tribos indo-europeias ocuparam ondulos dos Balcãs, a península do Peloponeso e as ilhas do mar Egeu. Seu primeiro polo cultural sugou na ilha de Creta, a civilização cretense, dominou o comércio marítimo no Mediterrâneo e estendeu toda a sua influência até a Grécia continental. Pesquisadores da área estudam o papel da mulher na sociedade de Creta, pois a sua religião cretense tinha como base o culto a grande mar, uma deusa da fertilidade, mãe de todos os seres vivos. Por volta de 1450, a sociedade de cretense entrou em crise. Por possíveis terremotos e inovação de povos estrangeiros, são alguns dos das

causas apontadas. A cultura cretense foi absorvida pelos micênicos, por volta de XII, colapsou não se sabe o que houve exatamente, o mais provável seria crise econômica ou desastre naturais causando o fim da cultura micênica.

A localização geográfica e o solo pouco fértil transformaram o comércio na principal atividade econômica. A expansão comercial grega levou à colonização de vários pontos ao longo do Mediterrâneo, fundando cidades gregas. A sociedade se baseava nos genos, comunidades agrícolas autossuficientes, a propriedade era comunal e a política comandada pelo homem mais velho, o pater. Cada cidade possuía completa autonomia política e econômica, bem como suas próprias práticas religiosas e culturais. O poder passou, gradativamente, para um pequeno grupo de proprietários que se revezavam no controle político, constituindo uma oligarquia. Uma das pólis (cidade) que chamou atenção devido seu comércio no Mediterrâneo foi Atenas, hoje capital da Grécia, ao longo de sua história, Atenas conheceu diferentes formas de governos, oligarquia, tirania e democracia. O poder em Atenas era dos arcontes, responsáveis pelo exército e pela justiça. Para chegar a fazer parte dos arcontes, era necessário fazer parte da nobreza ou aristocracia e ter terras e escravos, ao deixar o arcontado, passavam a integrar o areópago, o principal conselho legislativo e judiciário da pólis, que se reunia no longe dedicado ao Deus ares.

O povo ateniense rebelou-se com o apoio de mercadores, a cidade foi tomada por lutas entre o povo (demos) e os eupátridas (a camada social das gêmeas aristocráticas de Atenas), os eupátridas recusaram-se a fazer concessões ao povo, que perdiam pelo fim da escravidão por dívida, a distribuição da terra e leis escritas e maior participação do governo. Com o resultado dessa crise veio a surgir os legisladores ou reformadores. O Arconte Sólon aboliu a escravidão dor dívidas, enfatizou o direito de qualquer pessoa prestar queixa de modo a corrigir uma injustiça, e propôs a divisão censitária da sociedade. Dividiu os cidadãos em grupos, de acordo com a riqueza; liberou o voto na Eclésia, para indivíduos mais pobres, embora estes

não pudessem ser magistrados, e criou outro conselho para a elaboração das leis, a Boulé. A estabilidade política e social continuou e Clístenes com o apoio do povo instituiu o regime democrático em Atenas. Criou leis que do ostracismo, que previa o banimento de pessoas que ameaçassem a democracia em Atenas.

Durante o governo de Péricles a democracia ateniense consolidou-se e atingiu sua plenitude, todos os cidadãos poderiam participar das assembleias, vale lembrar que a sociedade ateniense democrática estava dividida em eupátridas (bem-nascidos), georgói (camponeses) e demiurgói (artesãos) e os metecos (estrangeiros) e os escravos não eram considerados cidadãos. A sociedade ateniense era organizada pelo e para o homem, a mulher estava ligada apenas para casar não podendo participar das assembleias, exercer cargos públicos, herdar bens e sair de casa desacompanhada.

A cidade de Esparta foi fundada na Lacônia por grupos dórios que dominaram os antigos habitantes. Para manter sua predominância na região a sociedade espartana encontrava na guerra e no treinamento um sentido para a vida. A cidade era governada por dois reis, que desempenhavam funções militar e religioso. A sociedade hierarquizada por três grupos distintos, espartanos (militares), periecos (artesão) e hilotas (servos). A educação espartana visava a guerra, o treinamento começava aos sete anos de idade, as mulheres também recebiam desde a infância um rigoroso treinamento físico e psicológico para que gerassem crianças saldáveis. As espartanas tinham liberdades em comparação a outras cidades-Estados, podendo comparecer às reuniões públicas e compartilhar com o marido a administração do lar, tinham mais autonomia, mas ainda assim não tinham direitos políticos.

Os persas dominaram a Ásia menor e ameaçavam a Grécia continental. O confronto entre esses povos ganhou o nome de guerras Greco-Pérsicas ou Guerras Médicas, depois da Grécia continental apoiar a Grécia Ásia menor rebelar-se contra os Persas, Dório I decidiu expandir seu domínio, mas foi

derrotado pelos atenienses mesmo com menos quantidade de soldados, Dario morreu e seu filho Xerxes foi responsável por uma nova ofensiva persa e derrotando os espartanos na batalha das Termópilas e depois incendiando Atenas. A batalha de Salamina foi decisiva para o desfecho da guerra e nessa os gregos saíram vitoriosos, com ânimo para derrotar os persas em outras batalhas, obrigada a retirar-se Xerxes e seus soldados.

A hegemonia política de Atenas incomodou outras cidades gregas, insatisfeita Esparta uniu-se às cidadelas de Corinto, Mégara e Tebas e formou a confederação do Peloponeso, levando a uma batalha onde Atenas perdeu. Mas todas as cidades ficaram fracas e assim tornando-se vulneráveis para inimigos externos, e foi o que aconteceu, o reino da Macedônia preparou um poderoso exército para conquistá-las. A política expansionista de Filipe II continuou com seu filho Alexandre Magno, que consolidou a dominação e conquistou territórios persas. Alexandre procurou evitar rebeliões, respeitou as instituições políticas e religiosas dos povos e promovendo casamentos entre seus oficiais e mulheres das populações locais. Essa fusão cultural tem o nome de helenismo.

A CIVILIZAÇÃO ROMANA: FORMAÇÃO, EXPANSÃO E DESAGREGAÇÃO

A história Romana é dividida em três fases:

- Monarquia (753-509 a.C.)
- República (509-27 a.C.)
- Império (27 a.C.-476 d.C.)

Exemplo de cidade da civilização romana



Fonte: Brasil Escola Uol (2024)

Fundação de Roma

A cidade de Roma foi oficialmente fundada em 753 a.C. e diz-se que o seu fundador foi Rômulo. A fundação aconteceu quando uma série de pequenas aldeias latinas decidiu se unir para formar uma nova cidade no Lácio, região central da Península Itálica. Com o passar do tempo, consolidou-se uma lenda que procurava explicar a origem da cidade de Roma. Essa lenda estabelece que os fundadores de Roma fossem descendentes dos sobreviventes da Guerra de Tróia que fugiram e se fixaram na Península Itálica. Dois desses sobreviventes eram Rômulo e Remo, netos do rei de Alba Longa, Numitor. Os irmãos gêmeos foram lançados em um rio para morrerem por ordem de Amúlio, usurpador do trono de Alba Longa. Eles foram resgatados e amamentados por uma loba, cresceram em segurança e, quando adultos, descobriram suas reais origens, vingando-se de Amúlio e devolvendo o trono a Numitor. Depois disso, partiram para fundar uma nova cidade, e daí nasceu Roma, fundada por Rômulo. Pouco depois da fundação, Remo foi assassinado por seu irmão.

Monarquia romana (753-509 a.C.)

Com a fundação de Roma, a cidade passou a ser governada por reis, estabelecendo-se, portanto, como uma monarquia. Nesse período, a cidade foi governada por latinos, sabinos e etruscos, possuindo, ao todo, sete reis. Existe uma série de lacunas acerca desse período histórico, sendo que uma das mais importantes se refere ao domínio etrusco, pois os historiadores não sabem quando e como os etruscos dominaram Roma. O último rei desse período foi Tarquínio, o Soberbo, destituído do trono em 509 a.C. por meio de um golpe.

Estrutura da sociedade romana

Ilustração do sistema estrutural da sociedade



Fonte: <https://bit.ly/2MjLCRA> (2024)

- **Patrícios:** detinham as riquezas, as terras e o poder político;
- **Clientes:** trabalhavam diretamente para os patrícios, conquistando proteção social e certo poderio econômico;
- **Plebeus:** mais numerosos e não possuíam terras, nenhuma riqueza e

não tinham poder político, sendo intensamente explorados pelos patrícios. Os conflitos entre patrícios e plebeus eram constantes, uma vez que os últimos sempre estavam exigindo condições de vida mais dignas;

- **Escravos:** em geral, estrangeiros.

República de Roma (509-27 a.C.)

Ilustração do senado romano



Fonte: Toda matéria (2024). Disponível: <https://www.todamateria.com.br/republica-romana/>

A partir da república, Roma passou por transformações em seu sistema político e passou a ser governada por dois cônsules eleitos anualmente. O Senado, por sua vez, era a instituição política mais poderosa e controlava o sistema político romano. No âmbito social, os embates entre plebeus e patrícios aumentaram, e os plebeus conquistaram muitos direitos importantes.

As revoltas plebeias aconteciam por meio das secessões da plebe principalmente, com os plebeus abandonando Roma voluntariamente. Por

meio desses protestos, os plebeus conquistaram melhores condições de vida com base em algumas leis, como as Leis Licínias e a Lei Canuleia. Uma mudança significativa para os plebeus foi à conquista do direito de participarem da política romana.

Expansão territorial: guerras púnicas

O período republicano foi de grande expansão territorial romana. A cidade de Roma conquistou toda a Península Itálica, além de ter dado início à expansão para outros locais, como a Europa Ocidental, a Península Balcânica, a Ásia Menor, o norte da África, a Península Ibérica etc. Uma das grandes conquistas de Roma nesse período se deu com as Guerras Púnicas. Esses conflitos se estenderam de 264 a.C. a 146 a.C., sendo travados entre Roma e Cartago. Ocorreram três guerras, e o que estava em disputa era o controle da Sicília e do comércio marítimo no Mediterrâneo.

Crise da república

A República Romana enfrentou uma grave crise a partir do século II a.C. Essa crise ficou marcada por agitação social, conflitos entre classes, revoltas de escravizados, agitação política, disputa pelo poder, guerras civis, entre outros graves problemas.

No último século da República Romana, foram estabelecidos os triunviratos, governos de três homens, com o objetivo de trazer maior estabilidade à política romana. O Primeiro Triunvirato foi formado por Júlio César, Pompeu e Crasso, e encerrou-se com uma guerra civil.

O Segundo Triunvirato foi formado por Marco Antônio, Otávio e Lépido e também levou Roma a uma nova guerra civil. Ao final desse conflito, Otávio foi nomeado imperador romano em 27 a.C., encerrando a república e dando início à fase imperial.

Império romano (27 a.C.-476 d.C.)

Na fase imperial, o poder era concentrado nas mãos do imperador, e, ao longo desse período, foram formadas quatro dinastias de imperadores:

- Júlio-Claudiana (27 a.C.-68 d.C.)
- Flaviana (69-96)
- Nerva-Antonina (96-192)
- Severa (193-235).

São imperadores famosos do período:

- Tibério (14-37)
- Trajano (98-117)
- Marco Aurélio (161-180)

Nesse primeiro momento da fase imperial, destacou-se também a Pax Romana, um período que se estendeu do reinado de Otávio Augusto até o final do reinado de Marco Aurélio, portanto, entre 27 a.C. e 180 d.C. Esse é entendido como um período de relativa paz e prosperidade na história romana, permitindo que Roma ampliasse o seu controle sobre suas províncias.

Crise do império romano

A partir do século III, o Império Romano deu início a um período de crise que resultou na sua desagregação. Existem inúmeros fatores que explicam a crise romana, mas entende-se que ela passou pelo colapso do sistema escravista romano. Esse sistema era alimentado pelas guerras de expansão, em declínio desde o século I d.C. Com um menor número de escravizados, a economia romana passou a produzir menos e o custo de vida disparou rapidamente. Além da crise econômica, houve a crise política, com uma disputa intensa pelo poder que resultou em conspirações e assassinatos de imperadores com grande frequência. Houve as invasões germânicas, que se

tornaram comuns a partir do século III e que colocou em xeque a estabilidade do território romano. Os germânicos eram formados por diferentes povos e passaram a invadir as terras romanas por diversos fatores, entre eles, a procura por melhores condições para sobreviver.

Todas essas crises fizeram o império ser dividido em duas porções: a ocidental e a oriental, sediadas em Roma e Constantinopla respectivamente. A situação não melhorou, e, em 476, Roma foi invadida pelos hérulos e o imperador Rômulo Augusto foi deposto. Isso encerrou a porção ocidental do império, mas a oriental manteve-se até 1453 sob o nome de Império Bizantino.

OS POVOS BÁRBAROS

Exemplo do exercito bárbaro



Fonte: Toda matéria (2024). Disponível: <https://www.todamateria.com.br/povos-barbaros/>

Origem da palavra “bárbaro”

Na ótica grega os bárbaros eram todos os povos que não falavam o

idioma grego, não compartilhavam da mesma cultura e modo de organização. O termo também foi atribuído a sociedade Romana tornando-se um sinônimo aos estrangeiros de forma pejorativa, referindo-se a uma pessoa não civilizada, inferior ou tidos como selvagens.

Povos germânicos

Os povos germânicos são etnias indo-europeias originalmente estabelecidas na Europa setentrional. A maior fonte de conhecimento que temos dos germânicos data do governo de Júlio César (100 a.C - 44 a.C), quando o imperador romano empreendeu várias guerras contra estes povos.

Os reinos germânicos após a queda do Império Romano



Fonte: Toda matéria (2024). Disponível: <https://www.todamateria.com.br/povos-germanicos/>

Os principais povos germânicos são:

- Alamanos
- Francos
- Ostrogodos
- Saxões
- Suevos
- Vândalos
- Visigodos

Representação de romanos dialogando com um líder germânico antes



de uma batalha no século I d.C.

Fonte: Brasil Escola Uol (2024). Disponível:
<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/os-barbaros>.

Dentro da história romana, o termo bárbaro associou-se diretamente com os povos germânicos, que habitavam o norte da Europa e que, a partir do século II a.C., mantiveram contato frequente com os romanos. Os germânicos eram entendidos como bárbaros porque falavam idiomas diferentes e tinham organização política, social e econômica bem diferente da praticada pelos romanos. Os germânicos, em geral, eram seminômades e viviam do pastoreio

e agricultura, praticando também o comércio vendendo escravizados, âmbar e outros tipos de mercadoria e adquirindo objetos como vidro e metais, por exemplo. Os germânicos tinham uma organização tribal e patriarcal que determinava que o líder fosse o chefe militar, o guerreiro mais poderoso.

A relação entre romanos e germânicos nem sempre foi pacífica, e um dos grandes exemplos disso foi a Batalha da Floresta de Teutoburgo, que aconteceu em nove d.C. Nessa batalha, os romanos, liderados por Públio Quintílio Varo, sofreram uma das maiores derrotas da história romana e três legiões foram destruídas por Armínio, líder dos queruscos.

Invasões germânicas

Até o século III d.C., os povos germânicos ficavam em Limes, região fronteira do Império Romano. A partir desse século, os diferentes povos germânicos começaram a mover-se e a migrar para dentro das terras romanas. Isso acabou precipitando o fim do Império Romano do Ocidente, uma vez que nessas terras estabeleceram-se diferentes povos estrangeiros. Os historiadores especulam que três fatores podem ter sido cruciais para as migrações germânicas. Havia a procura por terras mais férteis e a procura por locais com climas mais amenos para que pudessem estabelecer-se. Por fim, a chegada dos hunos, um povo vindo da Ásia Central, teria sido o terceiro fator. Os hunos eram temidos, e sua chegada teria disseminado pânico e feito com que diferentes povos começassem a migrar para fugir deles. Com isso, diferentes povos estabeleceram-se em diferentes locais do Império Romano do Ocidente. Anglos e saxões foram para a Bretanha; francos estabeleceram-se na Gália; visigodos e suevos, na Península Ibérica; vândalos, no norte da África; ostrogodos, no norte da Península Itálica. O estabelecimento dos reinos germânicos contribuiu para acelerar o processo de assimilação cultural de romanos e germânicos que marcou a Europa na Idade Média.

FEUDALISMO: FORMAÇÃO, EXPANSÃO E DESAGREGAÇÃO

Origem

O feudalismo teve origem na Europa durante a Idade Média, por volta do século IX. Ele surgiu como uma resposta ao colapso do Império Romano e às invasões bárbaras que ocorreram nessa época. Com o enfraquecimento do poder centralizado, as pessoas buscavam proteção e segurança, e isso levou ao desenvolvimento do sistema feudal. O feudalismo começou com a relação entre senhores feudais e vassalos. Os senhores feudais eram proprietários de terras, conhecidos como feudos, e ofereciam proteção e abrigo aos vassalos em troca de serviços militares e trabalho agrícola. Essa relação era baseada em um contrato chamado de "vassalagem".

O desenvolvimento feudal

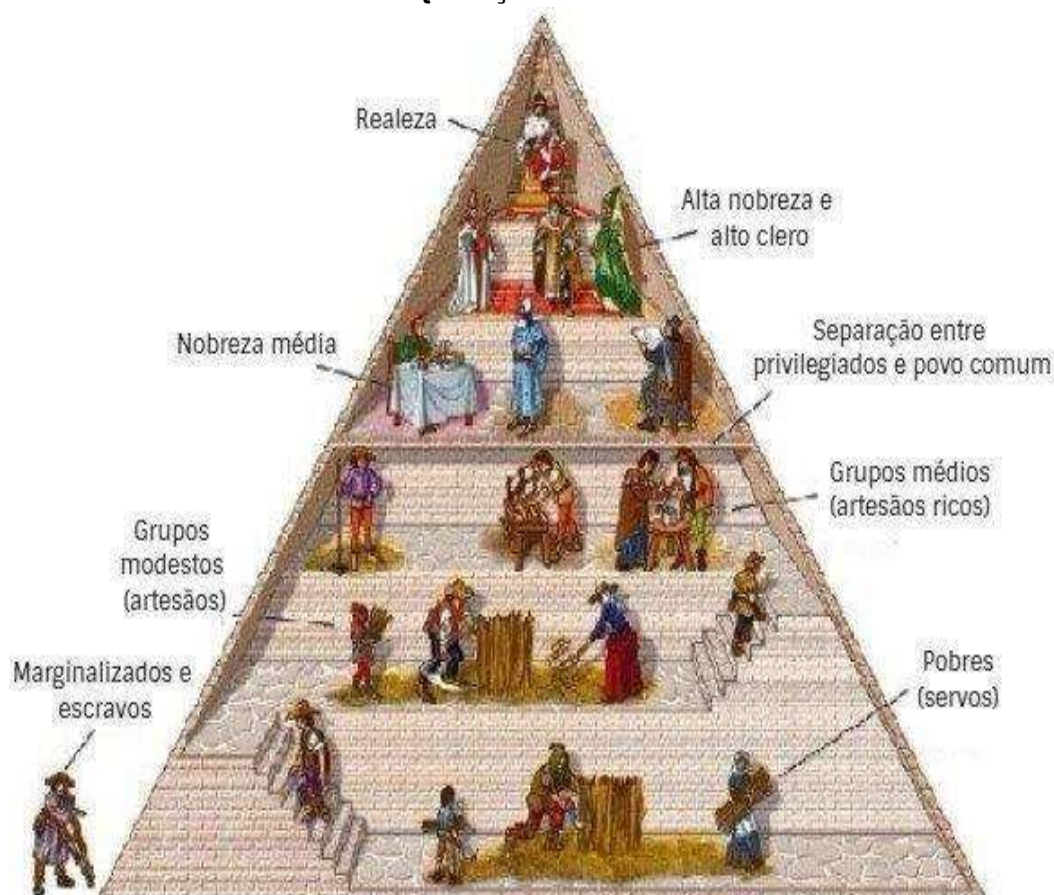
À medida que o sistema feudal se desenvolvia os senhores feudais se tornavam cada vez mais poderosos e conseguiam expandir seus domínios através de conquistas militares. Eles também concediam terras e títulos menores a outros nobres, que se tornavam seus vassalos e prestavam serviços em troca. Com o passar do tempo, o sistema feudal se tornou mais complexo, com a divisão de terras em pequenas propriedades chamadas de mansos, que eram trabalhadas pelos camponeses em troca de proteção e uma parte da produção agrícola. Assim, o feudalismo começou como uma resposta à necessidade de segurança e proteção, mas ao longo do tempo se transformou em um sistema social, político e econômico complexo, que dominou a Europa medieval por vários séculos.

Classes no sistema feudal

No sistema feudal, a sociedade era estratificada em diferentes classes. No topo estavam os reis e nobres, que detinham o poder político e

econômico. Abaixo deles estavam os senhores feudais, que possuíam terras e controlavam os camponeses. Os camponeses, por sua vez, trabalhavam nas terras dos senhores feudais em troca de proteção.

Pirâmide feudal mostra a hierarquização da sociedade durante o Feudalismo



Fonte: <https://www.significados.com.br/feudalismo/>

Essa estrutura feudal permitia um sistema descentralizado de governo, em que os senhores feudais tinham autonomia sobre suas terras e exerciam autoridade local. No entanto, também era um sistema hierárquico e rígido, com pouca mobilidade social e poucos direitos para os camponeses.

O declínio do feudalismo

O declínio do feudalismo ocorreu ao longo de um período de tempo e foi influenciado por uma série de fatores, tais como:

1. **Crescimento das cidades e do comércio:** Com o tempo, as cidades começaram a se desenvolver como centros de comércio e artesanato. Isso levou ao surgimento de uma nova classe social, a burguesia, que não se encaixava no sistema feudal. O comércio e a manufatura nas cidades desafiaram a estrutura feudal e contribuíram para a sua transformação.

2. **Mudanças econômicas e aumento da produtividade:** Com o avanço da agricultura e o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas, houve um aumento na produtividade das terras. Isso resultou em excedentes de alimentos e permitiu que a população crescesse. Com o aumento da população, a demanda por bens e serviços também aumentou, impulsionando a economia e desafiando a estrutura feudal.

3. **Descentralização do poder:** Ao longo do tempo, os reis e governantes centrais começaram a recuperar o poder que haviam perdido durante o período feudal. Eles fortaleceram seus exércitos, aumentaram sua autoridade e exigiram a lealdade direta dos nobres. Isso enfraqueceu a posição dos senhores feudais e diminuiu sua influência.

4. **Mudanças sociais e conflitos internos:** O sistema feudal era baseado em relações de vassalagem e obrigações mútuas entre senhores feudais e vassalos. No entanto, ao longo do tempo, as relações se tornaram mais tensas e conflitos internos entre nobres se intensificaram. Esses conflitos levaram a guerras e instabilidade, enfraquecendo ainda mais o sistema feudal.

5. **Avanços tecnológicos e a ascensão das monarquias nacionais:** O surgimento de novas tecnologias, como a pólvora e a invenção da imprensa, mudou a forma como as guerras eram travadas e como a informação era disseminada. Isso fortaleceu os governantes centrais e contribuiu para a formação das monarquias nacionais, que gradualmente substituíram o sistema feudal.

Esses fatores combinados levaram ao declínio gradual do feudalismo,

com o poder centralizado se fortalecendo e substituindo as estruturas feudais. O feudalismo deu lugar a novos sistemas políticos, econômicos e sociais que surgiram na Europa durante a transição para a Idade Moderna.

HISTÓRIA DA ÁFRICA

O Continente Africano na cosmovisão Ocidental, por vezes é retratado por diversas concepções equivocadas e isso faz com que haja compreensões preconceituosas que vão de encontro com as diversas etnias que habitam o território, que é diverso em seus aspectos religiosos e culturais.

Por muitos milênios, o continente africano ficou reduzido tão somente ao norte, com seu contato com as populações gregas e romanas que de certa forma percorreriam parte do continente. O nome “África” que é recente na História da humanidade, foi outorgado pelos Romanos. Os gregos também conheciam o continente ou parte dele pelo nome de Líbia. A História da África também não pode ser reduzida a um único povo como os egípcios, mas aos diversos povos que habitavam esse continente que é tão vasto como sua extensão territorial.

Imagem ilustrativa de diferentes povos africanos



Fonte: Freepik Company S. L. (2024). Disponível: <https://br.freepik.com/fotos-vetores-gratis/povos-africanos>

E também nessa imensa região teve início a evolução humana, por volta de 4,5 de milhões de anos. O continente africano também foi um espaço territorial, que com a organização geológica da terra, não sofreu mudança bruscas em sua superfície, se estabelecendo assim como se encontra, dando condições para vários seres vivos se desenvolverem seus em seus diversos aspectos.

A África como um continente, permanece com suas características geológicas que não se alteraram de forma considerável. Além disso, o território abriga uma quantidade enorme de minerais preciosos, como o ouro, diamantes e petróleo, caindo assim por terra percepções de um território pobre e sem nenhuma riqueza material. Isso desmistifica a ideia de uma África pobre e sem recursos naturais para sua exploração consciente por sua população. Também mostra por que o Continente foi por vezes assaltado por tantas nações estrangeiras que queriam arrebatam esses recursos minerais para seus países de origem.



Fonte: Toda Matéria (2024). Disponível: <https://www.todamateria.com.br/economia-da-africa>

O TEMPO DAS REFORMAS RELIGIOSAS

Luteranismo

Martinho Lutero



Fonte: Brasil Escola (2024). Disponível: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/martinho-lutero.htm>

O maior rompimento religioso aconteceu na Alemanha, região do Sacro Império Romano-Germânico. A Igreja era poderosa no Sacro Império e dona de um terço das terras, em um período onde a Alemanha era feudal, agrária e com alguns territórios mercantis na região norte. A nobreza alemã tinha interesse em diminuir a influência da igreja e adquirir suas terras.

A reforma Protestante teve início com Lutero. Nascido em 1483, Martinho Lutero era um monge agostiniano e professor de teologia em Wittenberg. Era filho de um minerador saxão e tinha como objetivo se tornar advogado até que, em 1505, passa por uma experiência a caminho do povoado Stotternheim. Uma tempestade deixa-o assombrado e clemente a padroeira dos mineradores, prometendo se tornar monge se não morresse.

Em 1517, ele escreveu um documento chamado *As 95 Teses*, ao qual

ele criticava publicamente o papa e a prática de indigência praticada pela Igreja. A Igreja reagiu com uma bula condenando 41 das 95 teses de Lutero que foi redigida pelo papa Leão X, que exigia sua retratação e o ameaçando de excomunhão alegando “heréticas, escandalosas, falsas, ofensivas a ouvidos piedosos, além de sedutoras a mentes simples e repugnantes à verdade católica”. Ele queimou em público a bula e liderou uma multidão de alunos para fora de Wittenberg e queimou cópias do direito canônico e obras de alguns teólogos medievais. Iniciado assim uma intensa oposição na Alemanha, onde as maiores partes dos nobres eram contra o papa. Foi necessário um flagrante incontestável das finanças da Igreja para que Lutero se integrasse à rebelião e assumisse outra posição revolucionária com relação à autoridade papal.

A venda de indulgências foi introduzida durante as cruzadas, permanecia como uma fonte de renda para o papa. Em troca de obras meritórias — tais como, contribuições a uma causa digna ou peregrinações a um santuário — a Igreja concedia ao pecador a isenção dos atos de penitência exigidos valendo-se de seu acesso ao “tesouro de méritos”, que consistia na graça acumulada pelo sacrifício de Cristo na cruz e pelas obras beneméritas dos santos.

Em 1521, o papa o declarou herege e o expulsou da Igreja. O imperador Carlos X convocou uma assembleia chamada *Dieta de Worms*, que ele foi considerado um herege e fora da lei. Lutero foi recebido e acolhido pelos nobres e se dedicou a tradução da bíblia do latim para a língua alemã e a desenvolver os princípios para a nova corrente religiosa cristã.

No ano de 1530, aconteceu a *Confissão de Augsburgo* que fundamentou o cânon da doutrina luterana, como:

- O princípio da salvação pela fé;
- Na livre leitura da bíblia (por isso a tradução);
- Quebra do celibato do clero, das imagens religiosas e do clero regular;
- Apenas dois sacramentos: batismo e eucaristia;

- Utilização da língua alemã nos cultos invés do latim;
- A negação da doutrina da transubstanciação (pão e vinho se transformam no corpo e sangue de Cristo), e a introdução da consubstanciação (pão e vinho representam o corpo e sangue de Cristo);
- Submissão da Igreja ao poder do Estado;

A última parte agradou os nobres que queriam acabar com a influência da Igreja, atraindo e ampliando o apoio a nova doutrina. Entretanto, uma revolta liderada por camponeses conhecidos como *anabatistas*, liderada por Thomas Müntzer, que acreditavam no bastimos e na coletivização dos bens e viram uma possibilidade de romper com a estrutura feudal, formavam uma grande ameaça aos nobres. Sendo assim, foram perseguidos e mortos em 1525, acredita-se que 100 mil camponeses foram mortos. Lutero os condenava e pregava a utilização da força e extermínio para acabar com eles.

Em 1529, os nobres e o Imperador Carlos V, na *Dieta de Spira*, decidiram que a nova fé não poderia se expandir para as outras regiões e que poderia só ser praticada nas regiões que a aceitasse. Na região de Dieta, os seguidores de Lutero eram minoria e protestaram contra a decisão, motivo que os cristãos reformistas passaram a ser chamados de protestantes. Em 1555, as guerras religiosas foram resolvidas pela *Paz de Augsburg*, que resolveu que cada governante, dentro do seu Sacro Império poderia escolher a sua religião e dos seus súditos.

Carlos V recebe a *Confessio Augustana* ou Confissão de Augsburg

As teses criadas falavam que para estabelecer a ordem o rei deveria governar de forma plena e que ele era eleito por Deus. Bodin e Bossuet criaram a “teoria do direito divino dos reis”.

O sistema mercantil buscava aumentar as riquezas dos reinos com os impostos, monopólio comercial, agrupamento de metais preciosos, desenvolver um comércio interno e o proteger através de impostos alfandegários e a intervenção do Estado na economia. Esse poder só veio ao fim com o iluminismo e sua popularização e com a Revolução Francesa, as maiorias das monarquias acabaram ao longo do século XIX. A população acabou adquirido uma intensa insatisfação com os privilégios que a nobreza e o clero lavavam.

Um grande exemplo de Rei absolutista é o Rei Luís XIV, que reinou na França entre 1643 e 1725.

A REFORMA NA INGLATERRA

O rei Henrique VIII foi o responsável por iniciar a Reforma Protestante na Inglaterra (1509-1547), buscando com ela vantagens políticas. A justificativa para a sua ruptura com o papa é pelo fato de a Igreja recusar a anulação do seu casamento com Catarina de Aragão, visto que ele planejava casar-se com Ana Bolena, uma dama da corte, na busca por um herdeiro masculino para o trono. A posição inicial da Inglaterra durante as reformas religiosas foi de apoio ao Papado Romano contra as heresias dos reformadores.

Entretanto, o rei Henrique VIII procurou na Reforma uma resposta para se desvincular do controle papal universal e reduzir a influência política do Sacro Império Romano-Germânico liderado por Carlos V. Sem o controle desses dois poderes, o monarca visava fortalecer o controle absoluto da Coroa inglesa. O monarca proclamou-se líder da Igreja inglesa e, em 1534, estabeleceu a Igreja Anglicana por meio do Ato de Supremacia. Após ser

excomungado pelo papa, como retaliação confiscou os bens da Igreja em todo o reino.

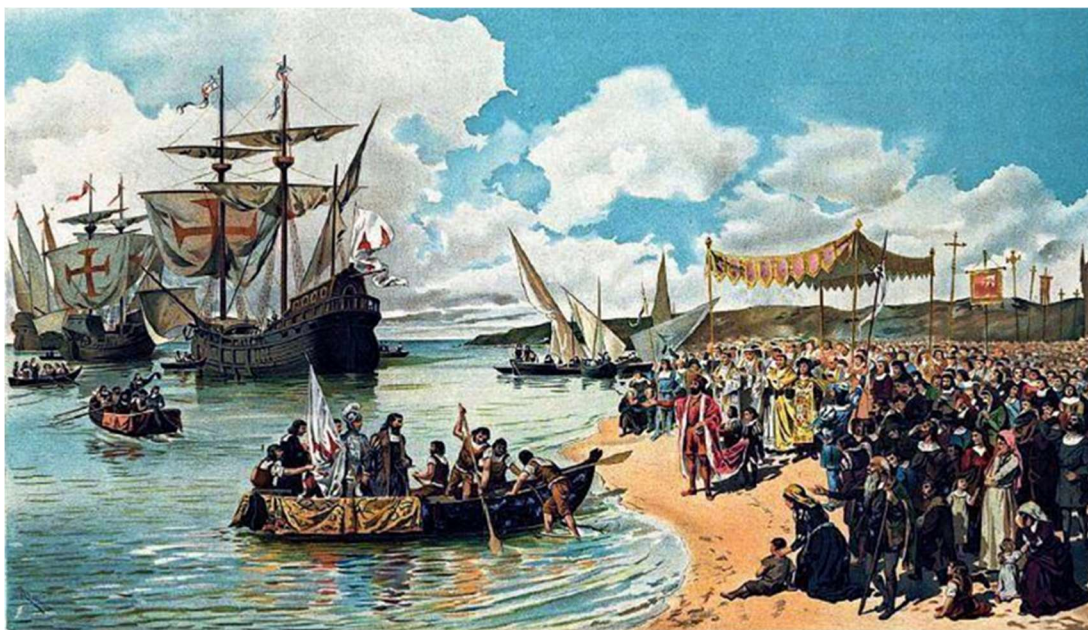
Inicialmente, a Igreja na Inglaterra manteve semelhanças significativas com a doutrina e o ritual católicos. A oposição às ações do rei levou à decapitação do renomado humanista inglês Thomas More, que se recusou a reconhecer a autoridade religiosa de Henrique VIII. Somente com Elizabeth I, filha de Ana Bolena e Henrique VIII, a Igreja Anglicana se consolidou como uma fé protestante ministrada em inglês. Princípios calvinistas foram incorporados, coexistindo com fundamentos católicos, como o culto e a estrutura eclesiástica. No entanto, destacou-se a rejeição à autoridade papal e a ênfase na justificação pela fé e na pregação.

A EXPANSÃO ULTRAMARINA E O MERCANTILISMO

A Expansão Ultramarina marca o primeiro grande passo em direção à integração entre os continentes. Os sinais iniciais da globalização, tão presentes hoje em dia, surgem quando os europeus, ambiciosos por riqueza e em busca de novas experiências, ousam navegar pelos mares, alcançando terras distantes nos dois hemisférios do globo. As Grandes Navegações representam uma resposta europeia aos desejos de uma sociedade em evolução no final da Idade Média. O fortalecimento dos Estados Nacionais e a centralização política aumentaram a urgência de expansão econômica, contribuindo para consolidar os novos padrões políticos.

Enquanto as fronteiras terrestres se estabilizavam após repetidos conflitos, a exploração de novas regiões representava uma demonstração de poder político por parte dos monarcas absolutistas. As terras distantes não só ofereciam a oportunidade de expandir territorialmente, mas também forneciam a riqueza necessária para sustentar o poder governamental.

ALÉM-MAR – Vasco da Gama parte para a viagem que descobriria uma nova rota para as Índias, em 1498



Fonte: <https://guiadoestudante.abril.com.br/curso-enem/expansao-maritima-e-colonizacao-da-america-as-grandes-navegacoes-e-as-mudancas-decorrentes-da-chegada-de-colombo-ao-novo-continente>.

O poder do Estado aliou-se aos interesses dos comerciantes, que buscavam novas regiões para obtenção de especiarias e acesso a novos mercados, com o objetivo de expandir as trocas comerciais. Com o aumento do comércio e a dinamização econômica, a ideia de acumulação de metais preciosos no Além-Mar, conhecida como ideia metalista, ganhou força, incentivando a exploração do continente americano em longo prazo. Com o tempo, os comerciantes começaram a reconhecer a importância de encontrar rotas alternativas para acessar a distante região da Ásia, devido às barreiras criadas por diferentes povos que atuavam como intermediários no comércio de especiarias. Dessa forma, nota-se a drástica queda no comércio das cidades italianas após os turcos tomarem Constantinopla em 1453. Enquanto o fechamento do Mediterrâneo enfraquecia o comércio italiano, incentivava o crescimento da atividade naval no Atlântico, impulsionando a busca por uma rota marítima alternativa para a Ásia.

A religiosidade das Cruzadas desempenhou um papel significativo nas

Grandes Navegações, já que a busca por novas regiões significava também uma expansão do número de fiéis, o que contribuiu para os objetivos de avanço religioso traçados pelos grupos católicos. O comércio europeu, que já estava em expansão desde o início da Baixa Idade Média (século XI), viu sua escala aumentar ainda mais, sendo as Cruzadas um dos primeiros impulsionadores desse processo. A cada expedição que se lançava aos mares, um representante da Santa Sé acompanhava a tripulação, encarregado de cuidar da espiritualidade dos marinheiros e de promover a conversão dos povos que fossem encontrados e conquistados.

Entendiam-se, as Grandes Navegações eram vistas como uma continuação do projeto de Reconquista, pois a expansão territorial simbolizava a influência da fé católica e o fortalecimento do poder político dos Estados ibéricos. A dispersão dos objetivos da Expansão Marítima entre diversos grupos sociais impulsionou de forma intensa a navegação em direção ao Além-Mar. Enquanto o Estado desempenhou um papel crucial ao financiar as principais expedições, o interesse de outros grupos solidificou o projeto, convertendo o anseio por expansão em uma realidade europeia.

As navegações portuguesas

A saga da Expansão Marítima europeia teve início no reino de Portugal, cujas raízes remontam às batalhas ibéricas contra os árabes no século XI. Os esforços de Leão na Reconquista contaram com o auxílio do francês Henrique de Borgonha, que, em reconhecimento por suas vitórias, recebeu o Condado Portucalense em 1093. No século seguinte, em 1139, o herdeiro desse território, Afonso Henrique, optou por se libertar do domínio de Castela, estabelecendo assim o reino português. A delimitação geográfica desse novo reino foi finalmente consolidada em 1249, quando os portugueses conquistaram a região do Algarve, situada ao sul da Península Ibérica.

O poder local exercido pela nobreza e as frequentes incursões espanholas visando retomar territórios portugueses persistiam como

desafios significativos para o novo reino. A mudança desse cenário só ocorreu com a Revolução de Avis, em 1383. Mesmo com as fronteiras definidas, as estruturas políticas de Portugal ainda não haviam evoluído para um sistema político nacional mais complexo.

A Revolução de Avis desempenhou um papel fundamental no processo expansionista português, pois a nova dinastia tinha forte ligação com a atividade naval de cabotagem (navegação costeira). Além disso, a monarquia estava disposta a promover as Grandes Navegações, como evidenciado pelo apoio do príncipe D. Henrique, o Navegador.

Os aspectos políticos não foram os únicos a contribuir para o papel precursor de Portugal nas Grandes Navegações. Podemos mencionar também: a localização geográfica favorável, com a costa oeste do reino voltada para o Atlântico, facilitando o deslocamento das embarcações; e a relativa ausência de conflitos extensos durante o processo de formação do Estado português; os lucros provenientes das atividades comerciais na costa africana, assegurando a continuidade do processo de expansão; a habilidade náutica adquirida ao longo de séculos de navegação costeira e através do intercâmbio com a cultura árabe; o financiamento da burguesia de Lisboa, ansiosa por aumentar seus lucros comerciais com os empreendimentos da Expansão Marítima.

Pouco a pouco, ganhou corpo o objetivo português de realizar a viagem em torno da África. A cada ano, as expedições portuguesas avançavam mais milhas em direção ao sul, atingindo pontos cada vez mais distantes do litoral da África e ilhas do Atlântico (Açores, Madeira, Cabo Verde). Em 1488, o navegador Bartolomeu Dias chegou ao Cabo da Boa Esperança (antes chamado de Cabo das Tormentas), isto é, ao extremo meridional da África, demonstrando a existência de uma passagem para outro oceano, o Índico. Em 1498, Vasco da Gama alcançou finalmente as Índias, em expedição de reconhecimento. Dois anos depois, partiu a primeira grande frota destinada a fazer comércio em larga escala com o Oriente, comandada por Pedro Álvares Cabral, que chegou também ao litoral do novo continente,

a América, na costa do território que viria a ser o Brasil.

O capital gerado no processo de expansão marítima acabou sendo transferido para outros centros europeus, seja pela dependência de financiamentos externos, seja pelos gastos da Coroa e da nobreza, o que impediu a acumulação de capitais para investimento dentro do próprio reino.

COLONIALISMO E QUESTÃO INDÍGENA

Os povos indígenas e a questão do trabalho no Brasil colonial



Fonte: Café História /2019. Disponível: <https://www.cafehistoria.com.br/povos-indigenas-trabalho-brasil-colonial/>

O colonialismo europeu nas Américas, iniciado no século XV, teve um impacto devastador sobre as populações indígenas. A invasão dos colonizadores resultou na exploração e desestruturação das sociedades indígenas. O Ocidente impôs suas próprias estruturas políticas e econômicas, frequentemente utilizando a força para submeter as populações nativas e explorar seus recursos. Essa imposição levou à perda de terras, à destruição

de culturas e à disseminação de doenças que dizimaram grande parte da população indígena.

No Brasil, a situação não foi diferente. A colonização portuguesa, que começou efetivamente no século XVI, também se baseou na exploração das terras e dos povos indígenas. Os portugueses utilizaram os nativos como mão de obra escrava em plantações e na extração de recursos naturais, como o pau-brasil. Esse período histórico é marcado por inúmeros conflitos e massacres, que corroboraram para a quase extinção de diversas etnias indígenas.

Apesar da colonização, a resistência dos povos indígenas sempre esteve presente, de formas variadas e adaptativas. Lutaram diretamente, preservaram suas culturas, migraram para áreas seguras e formaram alianças estratégicas. Essas estratégias demonstram o conhecimento do seu território e a luta dos povos indígenas de lutar pela sua sobrevivência e identidade, apesar das adversidades impostas pela colonização.

O artista francês Jean-Baptiste Debret, que viveu no Brasil durante o século XIX, retratou em suas obras muitos aspectos da vida indígena e da opressão sofrida pelos nativos. Suas ilustrações oferecem um olhar crítico sobre o tratamento dado aos povos indígenas durante o período colonial. Uma imagem significativa é a pintura de índios escravizados, que reflete a exploração e a violência a que eram submetidos. O trabalho de Debret é uma fonte importante para entender o impacto do colonialismo sobre as populações indígenas no Brasil.

Os indígenas na história do Brasil

A História dos povos indígenas e a formação sociocultural brasileira.

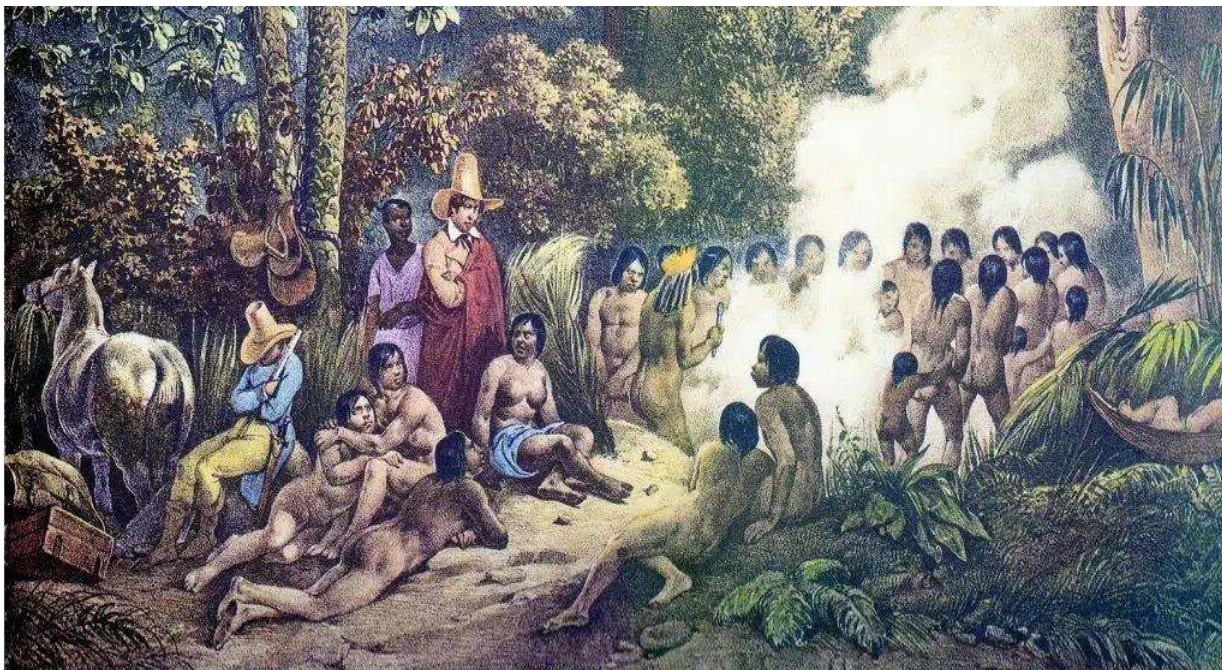


Fonte: Guia do Ensino (2024). Disponível: <https://guiadoensino.com.br/historia/a-historia-dos-povos-indigenas-e-a-formacao-sociocultural-brasileira/>.

A presença indígena no Brasil remonta a milhares de anos antes da chegada dos portugueses em 1500. Os povos indígenas desempenharam papéis fundamentais na formação da cultura, sociedade e economia brasileiras. Para entender a importância dos indígenas na história do Brasil, é essencial considerar suas contribuições e a maneira como suas vidas foram profundamente impactadas pela colonização.

Antes de Cabral: a vida indígena pré-colonial

Os indígenas do Brasil



Fonte: <https://www.fatosdesconhecidos.com.br/como-era-o-brasil-antes-de-cabral/>.

Antes da chegada de Pedro Álvares Cabral, o território que hoje conhecemos como Brasil era habitado por uma grande diversidade de povos indígenas. Estudos arqueológicos, como os apresentados por Niède Guidon, revelam que as primeiras ocupações humanas na região datam de pelo menos 12.000 anos atrás. Esses povos desenvolveram complexas redes sociais, econômicas e culturais. Eles viviam em aldeias organizadas, praticavam a agricultura, caça e pesca, e tinham sistemas de crenças e rituais profundamente enraizados.

Segundo o antropólogo Darcy Ribeiro, em sua obra "*O Povo Brasileiro*", as sociedades indígenas eram extremamente diversas. Alguns grupos, como os Tupis e Guaranis, eram agricultores e pescadores estabelecidos ao longo da costa e dos grandes rios, enquanto outros, como os Jês e Pano, habitavam o interior e viviam da caça e coleta. Essa diversidade cultural e econômica é uma das principais características dos povos indígenas no Brasil pré-colonial.

A IMPORTÂNCIA CULTURAL E SOCIAL

A Importância da Cultura na Formação Social



Fonte: <https://meupiaui.com/a-importancia-da-cultura-na-formacao-social/>

Os povos indígenas contribuíram significativamente para a formação da identidade cultural brasileira. Muitas palavras da língua portuguesa falada no Brasil, como "abacaxi", "pipoca" e "caju", são de origem indígena. Além disso, práticas agrícolas indígenas, como o cultivo de mandioca, milho e batata-doce, foram incorporadas à economia colonial e continuam a ser importantes até hoje.

No campo social, os indígenas ensinaram aos colonizadores europeus várias técnicas de sobrevivência na floresta tropical, incluindo o uso de plantas medicinais e métodos de caça e pesca. Eles também desempenharam papéis cruciais nas primeiras alianças militares e políticas durante a fase inicial da colonização, frequentemente ajudando ou resistindo aos portugueses em suas campanhas de expansão territorial.

* Sugestão de vídeo: Guerras do Brasil: parte 1; As guerras da conquista (Ailton Krenak) 3. Colonização da América Inglesa, Francesa e Espanhola.

A colonização europeia das Américas teve impactos profundos nas populações indígenas, no meio ambiente e na formação das futuras nações americanas.

COLONIZAÇÃO INGLESA

Representação romantizada da vida dos primeiros colonos ingleses nas Américas, no primeiro Dia de Ação de Graças (pintura de Jean Leon G. Ferris, 1621).



Fonte: https://www.infoescola.com/historia/treze-colonias-americanas/#google_vignette.

A colonização inglesa na América começou no início do século XVII, com o estabelecimento das primeiras colônias ao longo da costa leste do que hoje são os Estados Unidos. Os ingleses buscavam novas oportunidades econômicas e religiosas, além de expandir seu império colonial para rivalizar

com outras potências europeias, como a Espanha e a França.

A primeira colônia inglesa permanente foi **Jamestown**, na Virgínia, fundada em 1607. Ao longo do século XVII, os ingleses estabeleceram outras colônias, como **Plymouth** (1620), na atual Massachusetts, onde os puritanos se refugiaram para escapar da perseguição religiosa na Inglaterra. Essas colônias, inicialmente dedicadas à agricultura, pescar e ao comércio de peles, cresceram principalmente com o uso de mão de obra escravizada e contratada, especialmente nas plantações de tabaco, arroz e, posteriormente, algodão.

O desenvolvimento de uma economia baseada na agricultura, juntamente com um sistema colonial que promovia a autonomia local e a exploração dos recursos naturais, levou ao crescimento das colônias inglesas. Ao longo do tempo, esse sistema gerou tensões com a metrópole, especialmente em relação a questões fiscais e de governo, o que culminou na **Revolução Americana** em 1776, quando as 13 colônias inglesas proclamaram sua independência e formaram os Estados Unidos.

COLONIZAÇÃO FRANCESA

A colonização francesa: processo tardio em que regiões da América do Norte e da América Central foram dominadas.



Fonte: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/colonizacao-francesa.htm>.

A colonização francesa na América começou no século XVI, com expedições e tentativas de estabelecer assentamentos na região. A França buscava explorar as riquezas do Novo Mundo, especialmente no comércio de peles, e estabelecer um império colonial que rivalizasse com o de outras potências europeias, como Portugal e Espanha.

A primeira tentativa significativa foi a fundação de **Nova França**, no que hoje é o Canadá, na região do rio São Lourenço, em 1534, por Jacques Cartier. A França também se estabeleceu nas ilhas do Caribe, como **Saint-Domingue** (atual Haiti), e em parte da **América do Sul**, na Guiana Francesa.

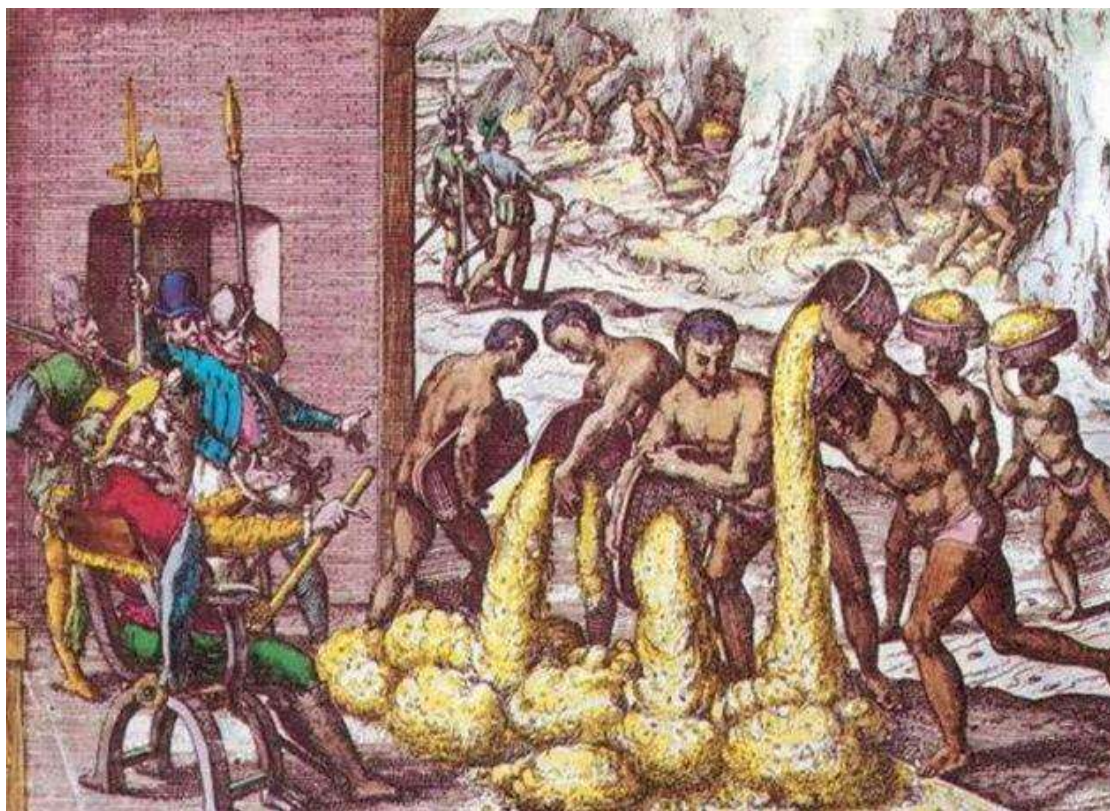
A colonização francesa se distinguiu pela parceria com os povos indígenas, especialmente no comércio de peles, e pela forte presença da religião católica. Contudo, a França enfrentou dificuldades em suas colônias

devido à competição com outras potências, como os britânicos e os espanhóis, e aos desafios de manter o controle sobre vastos territórios.

No Caribe, a França teve grande sucesso, com a produção de açúcar e outras culturas. Porém, a presença francesa na América do Norte foi reduzida após a **Guerra dos Sete Anos (1756-1763)**, quando a França perdeu grande parte de suas colônias para a Grã-Bretanha, incluindo o Canadá. A **Independência do Haiti**, em 1804, foi um dos marcos importantes da colonização francesa na América, tornando-se a primeira república independente na América Latina e a primeira nação a abolir a escravidão.

COLONIZAÇÃO ESPANHOLA

Economia das colônias espanholas



Fonte: <https://www.todamateria.com.br/colonizacao-espanhola/>.

A colonização espanhola na América começou logo após a chegada de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo, em 1492. Motivada pela busca por

riquezas, como ouro e prata, e pela expansão do catolicismo, a Espanha estabeleceu vastos territórios nas Américas, incluindo grandes partes da América Central, do Sul e do Caribe.

Os espanhóis conquistaram grandes impérios indígenas, como o **Império Asteca** no México e o **Império Inca** nos Andes, utilizando uma combinação de forças militares, alianças com outros povos indígenas e doenças que dizimaram as populações nativas. A colonização espanhola foi caracterizada pela exploração mineral, principalmente na extração de ouro e prata, e pela implementação do sistema de **encomienda**, que forçava os indígenas a trabalhar para os colonos espanhóis em troca de proteção e conversão religiosa.

Além disso, os espanhóis fundaram cidades e missões para consolidar o controle sobre o território, promovendo a cultura, a língua e a religião católica. As colônias espanholas se tornaram centros de produção agrícola, com o uso de mão de obra escravizada, tanto indígena quanto africana, para trabalhar nas plantações e minas.

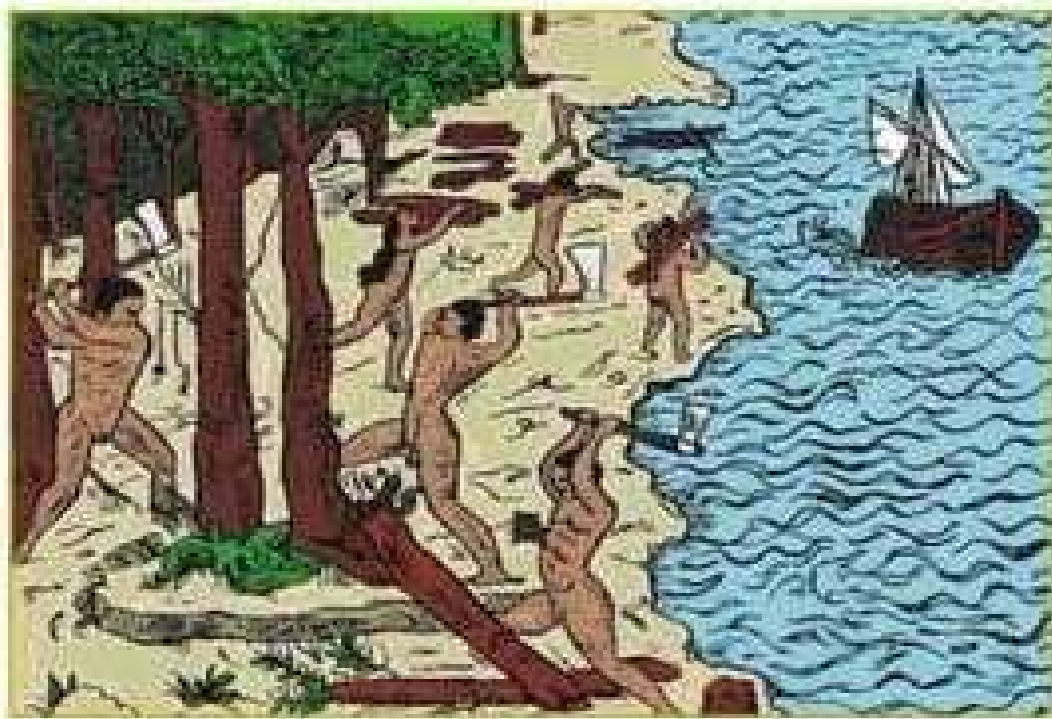
A colonização espanhola teve um grande impacto cultural, linguístico e social, que ainda é visível nas sociedades latino-americanas contemporâneas. No entanto, também gerou grandes desigualdades e conflitos, que, ao longo dos séculos, contribuíram para os processos de independência das colônias no início do século XIX.



* Sugestão de Filme: "O Novo Mundo" (2005)

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVO NA AMÉRICA PORTUGUESA

Organização Político Administrativo na América Portuguesa



Fonte: <https://pt.slideshare.net/slideshow/capitulo-5-organizacao-politicoadministrativa-na-amrica-portuguesa/33739601#12>.

A estrutura administrativa implantada, na América portuguesa, não se trata de um sistema totalmente aleatório e experimental, mas sim um conjunto que confere certa racionalidade ao processo. Entretanto, ao transplantar para o Brasil um sistema europeu, os “descobridores” do novo mundo, ignoram as especificidades das novas terras, as distâncias em relação a Portugal, a extensão do território e a grande margem de ilegalidade típica do próprio Antigo Regime, donde teriam resultado certas ineficiências da administração portuguesa no Brasil.

Antigo Regime: forma de governo, estrutura social e organização econômica que vigorou na maioria dos países europeus, de cerca do século XV ao XVIII e inícios do século XIX.

O Antigo Regime



Fonte: <https://www.blogdorenatobh.com.br/l/o-antigo-regime/>.

A intervenção da Igreja e de seus ministros na vida administrativa da Colônia era considerável. Assim, a divisão administrativa da colônia em: capitanias → comarcas → termos, continha, na sequência, uma subdivisão eclesiástica, que eram as freguesias. Havia, também, uma divisão episcopal (relativo a bispado), possível a partir da criação de bispados. Não eram raros os choques entre os interesses da Igreja com os dos colonos devido a três motivos principais: defesa da liberdade dos índios (no caso dos jesuítas) e cobrança de taxas e multas como penalidades eclesiásticas, consideradas extorsivas por muitas autoridades laicas.

Depois de um período, a colônia organizou-se em Feitorias, Capitanias Hereditárias e Governo-Geral. O importante a salientar nessas mudanças de organização administrativa é que elas foram realizadas visando a uma maior centralização de poder, numa tentativa, por parte da Coroa, de diminuir a independência das autoridades locais.

COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Como foi a colonização do Brasil?

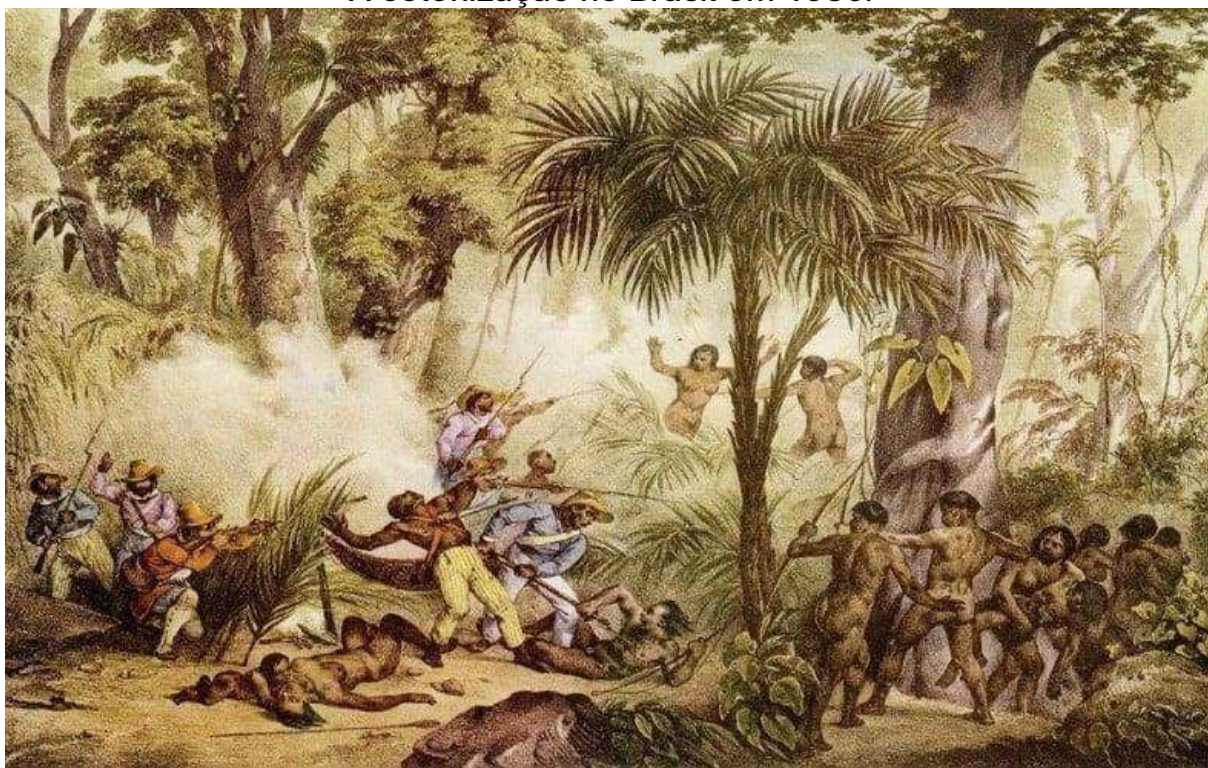


Fonte: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/como-foi-a-colonizacao-do-brasil>.

O processo de colonização portuguesa no Brasil se consolidou após as primeiras três décadas, esse período sendo marcado pelos esforços lusitanos em garantir a posse do Novo Mundo, mesmo havendo outras sociedades presentes nessas terras. A colonização brasileira se assemelhou com as outras também presentes na América Latina, sendo uma colônia de exploração, servindo o propósito de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política de Portugal em relação ao Brasil consistia no incentivo à exportação de poucos produtos em grande escala, os quais serviriam de interesse acumulativo à grande Metrópole.

Escravidão indígena: dominação e resistência

A colonização no Brasil em 1530.



Fonte: <https://cursoenemgratuito.com.br/formas-de-resistencia-dos-escravos/>.

A escravização dos indígenas trouxe uma série de problemas, relacionados principalmente ao objetivo da colonização, que era o acúmulo de riquezas. Esse propósito entrava em conflito com a cultura dos povos indígenas, que adotavam condutas diferentes das dos europeus, em especial em relação à ideia de trabalho. Os indígenas realizavam apenas o essencial para garantir sua subsistência, atitude que contrastava com a dos invasores, que traziam a noção de trabalho contínuo voltado para o acúmulo de riquezas.

Os indígenas resistiram de diversas formas à sua escravização, entre elas, por meio de guerras, fugas, recusa ao trabalho compulsório, entre outras. No entanto, muitos foram mortos por epidemias, doenças trazidas pelos colonizadores. Eles sucumbiram a doenças como sarampo, varíola e gripe, às quais não possuíam imunidade. As maiores ondas epidêmicas ocorreram nos anos de 1562 e 1563, dizimando cerca de 60 mil indígenas.

COLONIZAÇÃO DO MARANHÃO

Como aconteceu a colonização do Maranhão?



Fonte: <https://formacaohist.com.br/como-aconteceu-a-colonizacao-do-maranhao/>.

Os primeiros europeus a chegarem à área que hoje corresponde ao estado do Maranhão foram os espanhóis, em 1500. Os portugueses tentaram retomar o território 35 anos depois, mas fracassaram. Em 1612, um grupo de 500 franceses fundou a França Equinocial. O combate ao povoado por parte dos portugueses durou até 1615. No período houve várias tréguas, mas os portugueses retomaram a área em definitivo. Em 1621, a Coroa instituiu o Estado do Maranhão e Grão-Pará. O objetivo era melhorar a defesa da costa e os contatos com a metrópole.

Fundação de São Luís

São Luís -MA



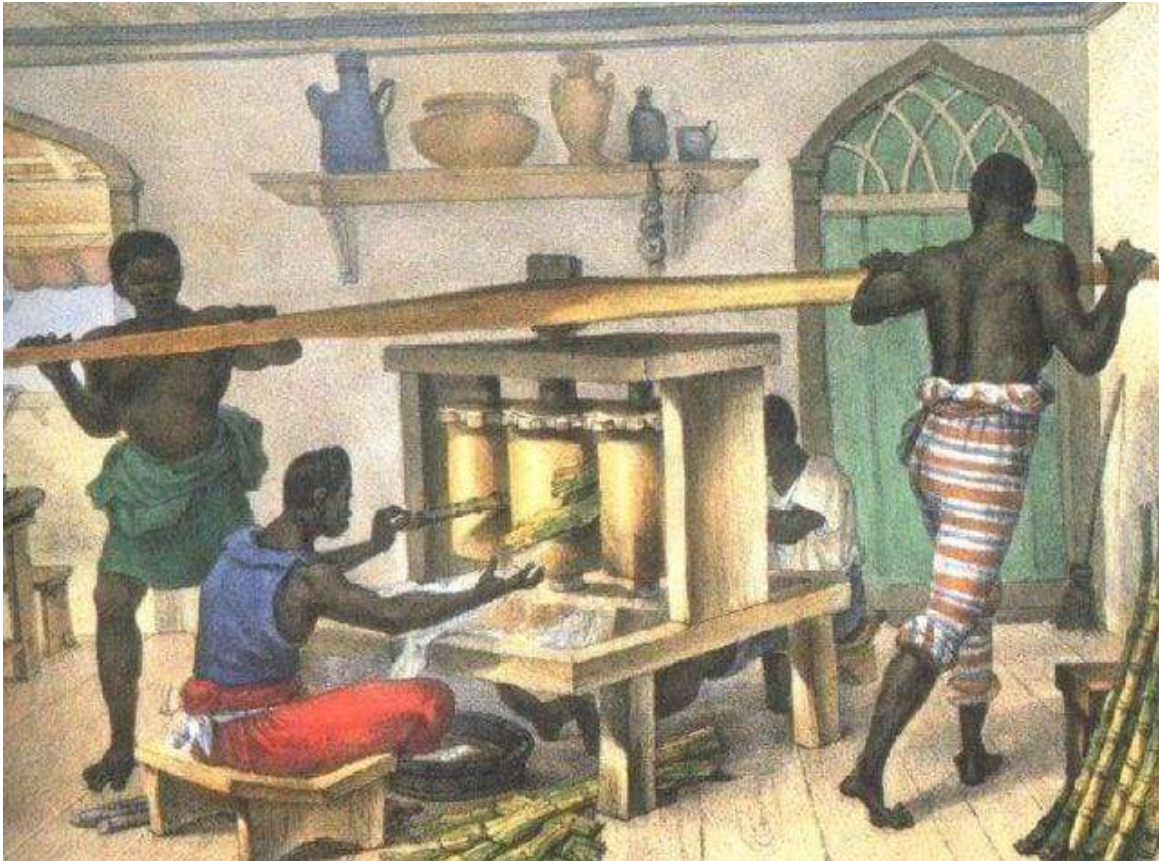
Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/sao-luis.htm>

Fundada em 1612 pelo francês Daniel de La Touche, mais conhecido como “Senhor de La Ravardière”, a capital maranhense é a quinta cidade mais antiga do país. Sua formação teve como objetivo estabelecer a França Equinocial na região dos trópicos, dentro do contexto da economia mercantilista. Seu nome é uma homenagem ao então rei da França, Luís XIII. Apesar do domínio francês, três anos depois São Luís passou para o domínio português, dando fim à iniciativa de criação da nova colônia do país. A cidade ainda foi um importante centro exportador de algodão e arroz (<https://www.gov.br/turismo/pt-br>).

A ECONOMIA NA AMÉRICA PORTUGUESA E O BRASIL HOLANDÊS

Economia Açucareira, extrativista e criação de gado

Vida na colônia e nos engenhos



Fonte: <https://cursoenemgratuito.com.br/economia-acucareira/>.

A economia açucareira no Brasil teve grande importância durante o período colonial, especialmente no século XVI, quando o açúcar foi a primeira riqueza significativa produzida no país. Esse ciclo econômico foi essencial não apenas para o desenvolvimento econômico, mas também para a ocupação territorial. O cultivo da cana-de-açúcar e a produção de açúcar ajudaram a consolidar o processo de colonização, impulsionando a criação das primeiras capitâncias hereditárias, que foram Pernambuco, Bahia e São Vicente. Essas capitâncias se tornaram os principais centros produtores de açúcar, com grandes plantações e engenhos.

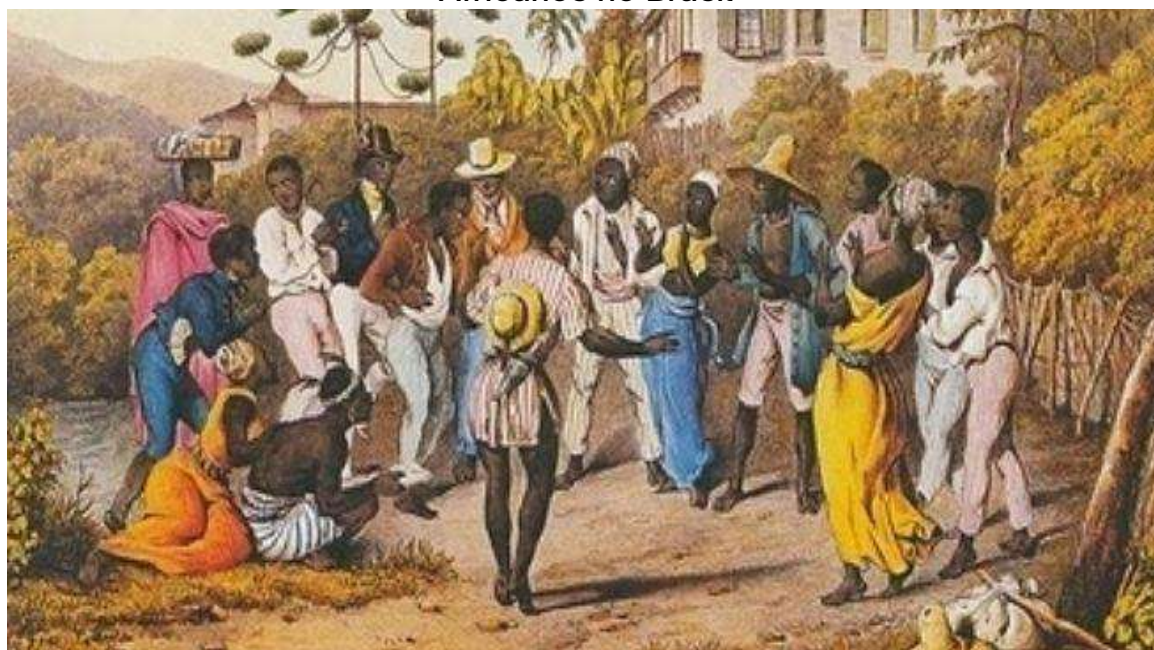
Ao longo do tempo, no entanto, a criação de gado passou a ocupar

áreas que antes eram destinadas ao cultivo de cana. Esse processo se intensificou, especialmente com a necessidade de fornecer carne e couro para abastecer tanto a população local quanto as exportações. A criação de gado, inicialmente associada à pecuária extensiva nas regiões mais afastadas, gradualmente foi se expandindo para as regiões do interior do Brasil. A ocupação dessas áreas, que não interferiam diretamente na produção de açúcar no litoral, permitiu o desenvolvimento de uma economia pecuária paralela, que se tornou essencial para a economia brasileira no período colonial.

A convivência entre essas duas economias, a açucareira e a pecuária, gerou um modelo de ocupação que moldou não apenas a economia, mas também a organização social e territorial do Brasil colonial. O açúcar, sendo o principal produto de exportação, continuava a ser a base da riqueza, enquanto o gado e a produção de carne, couro e outros subprodutos passaram a desempenhar um papel importante no abastecimento interno e nas trocas comerciais com outras colônias e nações europeias.

A escravidão africana no Brasil: Dominação e Resistência

Africanos no Brasil



Fonte: <https://jethrojeff.com/>

As razões para a prática do tráfico negreiro foram à necessidade contínua da colônia por trabalhadores escravos e os altos lucros que essa atividade rendia para os envolvidos. Nas moendas, era comum que os escravizados perdessem suas mãos ou braços, e nas fornalhas e caldeiras, eram comuns as queimaduras.

A história da escravização africana no Brasil é marcada pela resistência e luta dos africanos que fugiam, formavam quilombos, revoltaram-se, matavam seus feitores e senhores etc. Dois grandes episódios de resistência escrava foram a formação do Quilombo dos Palmares e a Revolta dos Malês. Os documentos mostram que a fuga e os quilombos não eram as únicas formas de resistência dos negros perante a escravidão: rebeliões, assassinatos, suicídios, revoltas organizadas também fizeram parte da história da escravidão no Brasil.

Maranhão Colonial - 1ª Fase (1615-1755)

Detalhe do mapa de João Teixeira, de 1640, com a localização de São Luís.



Fonte: História do Maranhão (Brasil-turismo.com).

O estado do Maranhão foi inicialmente colonizado por franceses e depois por holandeses, até a consolidação do domínio português, o que explica seu riquíssimo patrimônio histórico, cultural e arquitetônico. O português Jerônimo Albuquerque os expulsou em 1615, após a batalha de Guaxenduba. No entanto, menos de três décadas depois, o Maranhão foi novamente atacado pelo poder colonial europeu. Emissários de Maurício de Nassau, da Holanda, tomaram posse da cidade em 1641 e lá ficaram até 1643, quando o espírito nativo se reafirmou. O movimento de resistência foi organizado pelo líder local, Muniz Barreto. Ele foi morto durante uma luta contra os invasores holandeses, mas seu sucessor, Teixeira de Melo, manteve a cidade até o retorno dos portugueses.

União Ibérica

A União Ibérica foi a unificação dos reinos de Espanha e Portugal entre os anos de 1580 e 1640, quando Portugal esteve sob domínio da Espanha devido ao desaparecimento de Dom Sebastião no Marrocos, na batalha de Alcácer-Quibir. Recebeu este nome porque os dois países pertencem à Península Ibérica, na Europa ocidental.

Seu final chegou ao ano 1640 quando ocorreu a Restauração Portuguesa, movimento que colocou fim à União Ibérica. Durante esse acontecimento, os portugueses engajaram-se na luta para retomar o controle de seus territórios, inclusive das colônias. Foi travada uma guerra que resultou na expulsão dos espanhóis e na coroação de D. João IV, fato que marcou o início da dinastia de Bragança.

Saiba mais: Acesse o vídeo “União Ibérica para o ENEM” no canal parabólica no seguinte link:

[\(645\) UNIÃO IBÉRICA PARA O ENEM - YouTube](#)



As invasões Holandesas

As invasões holandesas que ocorreram no século XVII foram o maior conflito militar da Colônia. Embora concentradas no Nordeste, elas não se resumiram a um simples episódio regional. Ao contrário, fizeram parte do quadro das relações internacionais entre os países europeus, por deflagrar a luta pelo controle do açúcar e fontes de suprimento de escravos. A resistência portuguesa teve um grande esforço financeiro e militar com base em recursos não só externos como locais.

As invasões se iniciaram com a ocupação de Salvador, em 1624. Seis anos depois, em 1630, Olinda de Pernambuco é conquistada iniciando três períodos de guerra. De 1630 a 1637, foi travada uma guerra de resistência, a qual terminou com os holandeses dominando a região entre o Ceará e o rio São Francisco. No segundo período, entre 1637 e 1644, foi caracterizado de relativa paz, sendo ligado ao governo do príncipe holandês Maurício de Nassau, sendo o responsável por diversas iniciativas políticas e administrativas. O último período, de 1645 a 1654, ficou conhecido como reconquista.

ILUMINISMO

Inicialmente, o Iluminismo surgiu na Europa no século XVIII. Esse movimento intelectual defendia, sobretudo, a razão em detrimento da fé católica, que predominava na época. Seus proponentes defendiam o desenvolvimento científico como forma de a sociedade avançar e progredir. As liberdades individuais e o liberalismo econômico também marcaram esse período. Como se pode perceber, esse movimento intelectual era totalmente contrário à forma de governo existente na época: o absolutismo. O absolutismo era uma forma de governo centralizado no rei, que exercia todas as formas de poder. Nesse sistema, não havia separação dos poderes. O Iluminismo rompia com toda a organização social até então estruturada pelo absolutismo.

A ciência como porta-voz da verdade, ganhou centralidade nessa nova realidade. A visão teocêntrica que dominava a Europa do século XVIII entrou em colapso com essa nova forma de ver o mundo que cercava a humanidade.

Os iluministas discordavam da estrutura da sociedade da época que não permitia a mobilidade social entre as classes sociais. O Iluminismo também defendia que o poder deveria ser exercido por meio de uma Carta Magna, que de certa forma, regesse a vida da sociedade e que colocasse como um contrapeso à autoridade do rei. Além disso, defendiam a separação dos poderes como forma de governança, como por exemplo, o poder legislativo.

Outra enorme contribuição que o Século das Luzes trouxe para a sociedade da época foi a ideia da liberdade de expressão e da liberdade religiosa. Isso representou um grande avanço para a sociedade, que, em tese, agora poderia exercer seu direito de expressar suas vontades e pensamentos sem sofrer punições por parte do rei. Além desses direitos, os iluministas defendiam a equidade jurídica para todos os indivíduos. A lei, nessa perspectiva, seria a mediadora das relações aplicada a todos sem distinção.

O Iluminismo também trouxe, em seu bojo, a ideia de livre economia, defendida pelos burgueses da época. Eles desejavam uma descentralização da economia. Nesse período, o mercantilismo era a principal organização econômica, sendo, de certa forma, influenciado pelos reis da época.

Nesse sistema, o rei ditava as regras da economia e praticava o acúmulo de riquezas. Já os burgueses defendiam o livre comércio, acreditando que essa liberdade econômica faria bem a todas as sociedades. O Estado não mais ditaria os salários ou programas econômicos, mas sim o 'mercado'. Por fim, o Iluminismo representava uma nova forma de ver o mundo, sem a Igreja apontando o que deveria ser feito ou os reis controlando o poder.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

As sociedades sempre foram marcadas por necessidades e assim começaram a transformar a natureza que lhes cercava. A transformação de elementos da natureza para sobrevivência dos humanos, sempre andou de mãos dadas como núcleos populacionais. Transformar elementos da natureza em objetos perpassou todas as sociedades.

Os maiores avanços na indústria ocorreram nos séculos XVIII, XIX e XX, sobretudo na Inglaterra, na metade do século XVIII. Nesse período, surgem as máquinas a vapor, a indústria têxtil dá um grande salto na produção, e a metalurgia também avança nesse sentido. Há uma transição da manufatura para a 'maquinofatura'. Nesse contexto, as máquinas ganham espaço na produção de itens e objetos. A produção desses itens passa por uma enorme transformação com a introdução das máquinas a vapor. Agora, não seria mais necessário esperar muito tempo para a produção de novos itens de forma artesanal. Os objetos seriam produzidos em larga escala. Nesse período, houve um grande desenvolvimento das técnicas.

Há, por parte das indústrias, um maior investimento em técnicas para aprimorar as máquinas, visando uma produção mais acelerada, tanto em tempo quanto em quantidade. Nesse caso, as mudanças não se restringem apenas ao aprimoramento das máquinas, mas também à mentalidade das pessoas. Surgiram grandes indústrias que contratavam trabalhadores, com salários fixos, horários pré-estabelecidos, e as cidades se tornaram cada vez mais populosas.

O século XIX marca de sobremaneira essas mudanças, com cidades cada vez mais povoadas e o desenvolvimento tecnológico em todas as áreas, especialmente nos meios de locomoção. A criação de linhas férreas, os navios a vapor e a globalização, ou interligação dinâmica das sociedades, foram algumas das inovações desse período

MARANHÃO COLONIAL

A província do Maranhão surgiu após a decisão de D. Pedro II de dividir a colônia da América Portuguesa em capitanias hereditárias, com o intuito de proteger a colônia de inovações de outras nações da época. No entanto, o Maranhão foi tomado pelos franceses em 1612. Daniel de La Touche lançou as bases dessa nova conquista, e assim nasceu a cidade de São Luís. Porém, em 1615, os portugueses decidiram entrar em guerra contra os franceses para a retomada da terra que lhes era 'pertencente'. Jerônimo de Albuquerque destacou-se entre os que lutaram pela posse da terra.

Neste contexto, o Maranhão sofreu ainda uma nova invasão, desta vez por parte dos holandeses, que estavam à procura de terras férteis para a produção de cana-de-açúcar. No entanto, ainda no século XVII, os holandeses foram expulsos das terras maranhenses pelo capitão Antônio Teixeira de Melo.

O Maranhão também passou por um expressivo desenvolvimento no século XVIII, especialmente com a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, uma iniciativa do então primeiro-ministro português, Marquês de Pombal. Fundada em 1755, a companhia teve como objetivo fomentar a economia da região, promovendo a colonização e o crescimento das atividades produtivas. Com o apoio da companhia, houve uma significativa migração de pessoas provenientes de outras partes do Nordeste, atraídas pelas novas oportunidades de trabalho e pelos incentivos governamentais. Esse movimento populacional foi crucial para o crescimento demográfico da província e para o fortalecimento de suas atividades econômicas.

Um dos maiores impulsos econômicos do Maranhão nessa época foi o forte investimento em materiais e técnicas para o cultivo de arroz e algodão. Esses produtos passaram a ser cultivados em larga escala, e o Maranhão se destacou, especialmente, como o maior exportador de algodão das Américas. A produção de algodão impulsionou a economia local e favoreceu o comércio com outros mercados internacionais, como as colônias britânicas

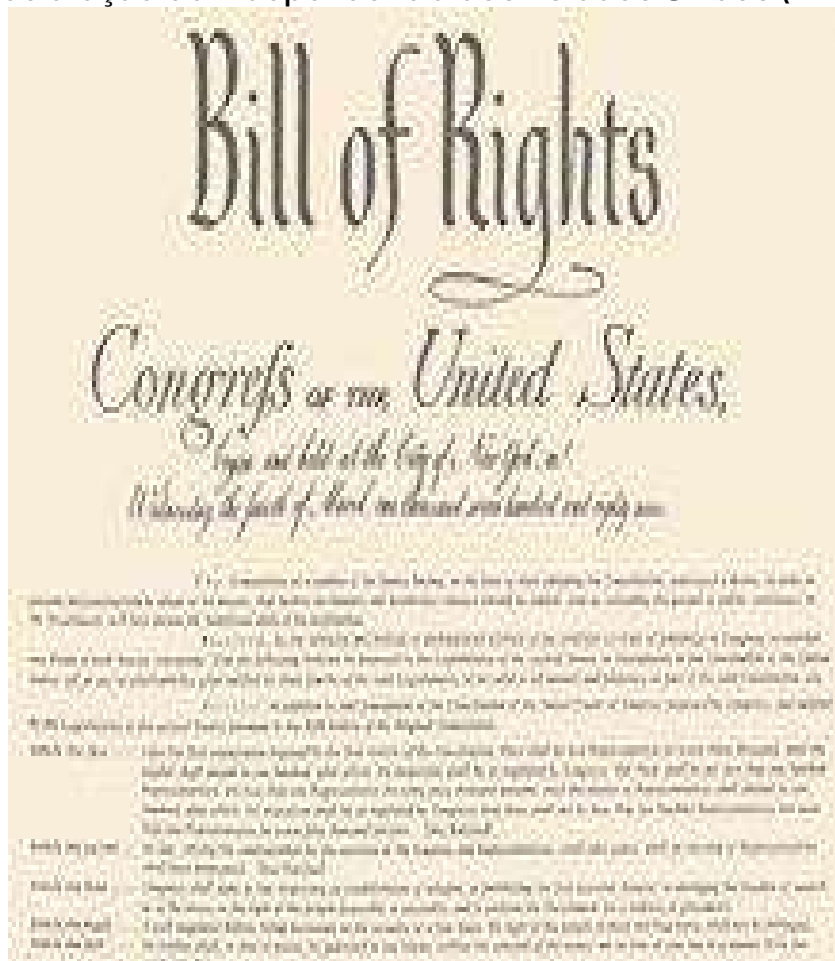
e os Estados Unidos, que eram grandes consumidores desse produto. Além disso, o Maranhão se tornou um polo importante para a agricultura e o comércio no Brasil colonial, com o algodão sendo uma das principais fontes de renda para a província.

O impacto econômico dessa produção fez com que o Maranhão se destacasse em termos de Produto Interno Bruto (PIB) em relação a outras províncias da época. A economia maranhense experimentou uma expansão considerável, o que contribuiu para o fortalecimento da região dentro do contexto colonial português. Além disso, a Companhia do Grão-Pará e Maranhão incentivou o desenvolvimento de infraestrutura, como a construção de portos e a melhoria das vias de transporte, facilitando o escoamento da produção agrícola e a integração da província com outros centros comerciais. Esse período foi, sem dúvida, um dos mais importantes para o Maranhão, consolidando a província como uma das mais prósperas do Brasil colonial, especialmente no cenário agrícola e exportador.

REVOLUÇÃO NAS AMÉRICAS: INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

A independência dos Estados Unidos foi um evento histórico que ocorreu em quatro de julho de 1776. As Treze Colônias (nome pelo qual a região era conhecida nesse período) declararam sua separação do Reino da Grã-Bretanha, proclamando assim a sua independência. O documento que formalizou essa declaração é conhecido como a Declaração de Independência dos Estados Unidos.

Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776)



Fonte: Unidos pelos Direitos Humanos/2024.
Disponível: <https://www.unidospelodireitoshumanos.org.br/>

Entre os eventos que aceleraram os movimentos de independência dos Estados Unidos, podemos citar a adoção de normas por parte da Inglaterra, conhecidas como as Leis Intoleráveis, que tiveram um impacto significativo sobre as colônias americanas. Essas normas foram estabelecidas após a Guerra Franco-Indígena (1754-1763), que resultou em pesadas dívidas para a Coroa britânica. Para tentar recuperar as finanças do império, o governo britânico decidiu aumentar a arrecadação de impostos nas colônias, o que gerou grande descontentamento entre os colonos. Entre as principais medidas estavam impostos sobre o açúcar, o chá, o vidro e outros produtos essenciais, além de restrições comerciais

As Leis Intoleráveis, nome dado pelos colonos americanos, também reduziram a autonomia das colônias, estabelecendo controles mais rigorosos

sobre o comércio e a governança local. Uma das mais emblemáticas dessas leis foi o fechamento do porto de Boston, em resposta ao Boston Tea Party, um protesto contra a taxaço do chá. Essa medida afetou diretamente a economia da colônia, prejudicando o comércio e a vida cotidiana dos habitantes. Além disso, as Leis Intoleráveis também impuseram restrições à autogoverno local, limitando a capacidade das assembleias coloniais de tomar decisões de forma independente, o que gerou um sentimento crescente de opressão entre os colonos.

Com essas novas medidas, que visavam aumentar o controle sobre as colônias, a Coroa britânica, em vez de alcançar seu objetivo, acabou intensificando a animosidade e o desejo de autonomia entre os colonos. As Leis Intoleráveis se tornaram um dos principais catalisadores para o movimento de independência, levando à união das colônias e ao início da Revolução Americana. As exigências por maior liberdade política e econômica se fortaleceram, e os colonos passaram a enxergar essas novas normas não como uma necessidade administrativa, mas como uma violação de seus direitos como súditos britânicos, alimentando o clima de revolta que culminaria na independência das colônias.

George Washington (em destaque na pintura) foi um dos líderes da independência dos EUA.



Fonte:<https://revistagalileu.globo.com/sociedade/historia/noticia/2019/07/o-que-voce-precisa-saber-sobre-guerra-de-independencia-dos-estados-unidos.ghtml>

As ideias iluministas que defendiam as liberdades individuais e o livre comércio inspiraram a nova nação que foi construída em um modelo republicano e federalista. A independência dos EUA foi guiada pela elite insatisfeita com a maneira que a Inglaterra tratava os colonos.

Esse evento foi um marco na história, pois levou à criação dos Estados Unidos como uma nação soberana e democrática. A independência dos Estados Unidos também teve um impacto significativo em todo o mundo, inspirando movimentos de independência em outras colônias ao redor do globo.

INDEPENDÊNCIA HISPANO-AMERICANAS

A independência das nações hispano-americanas foi um processo histórico que ocorreu no início do século XIX, no qual as colônias espanholas na América Latina se tornaram independentes do domínio espanhol. Esse

movimento de independência foi influenciado pelas ideias iluministas e pelos ideais de liberdade e igualdade que surgiram durante a Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos.

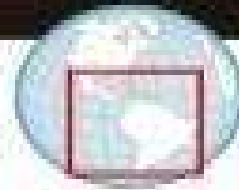
As causas da independência hispano-americana foram variadas, incluindo fatores sociais, econômicos e políticos. As colônias espanholas enfrentavam um sistema político e econômico opressivo, com altos impostos e restrições comerciais impostas pela Espanha. Além disso, as ideias de igualdade e liberdade se espalharam entre a população, levando a revoltas e movimentos de independência.

Diversos líderes e figuras importantes emergiram durante esse período, como Simón Bolívar, José de San Martín, Bernardo O'Higgins e Miguel Hidalgo. Esses líderes lideraram exércitos e movimentos de independência em diferentes regiões da América Latina, conquistando vitórias e estabelecendo repúblicas independentes. O processo de independência hispano-americana foi marcado por conflitos armados, negociações políticas e lutas pelo poder. No final, a maioria das colônias espanholas se tornou independente, formando novos países na América Latina, como Argentina, México, Colômbia, Peru, Chile, entre outros.

Esse processo de independência teve um impacto duradouro na história da América Latina, moldando suas identidades nacionais, políticas e sociais. Além disso, influenciou outros movimentos de independência ao redor do mundo e contribuiu para o declínio do domínio colonial europeu.

ROTAS DA LIBERDADE

Veja os caminhos seguidos por Bolívar e San Martín, os novos países que surgiram e as datas de independência.



*As datas referem-se à separação dos atuais países da antiga Grã-Colômbia, nação independente fundada por Simón Bolívar em 1821.

**Refere-se à segunda proclamação da independência em relação aos espanhóis. A primeira foi em 1821.

Fonte: Cláudio Werneck e Gianpaolo Denigo, História para o Ensino Médio, 1 ed., Scipione, págs. 126-127.

Fonte: Google (2025)

REVOLUÇÃO DO HAITI

A Revolução do Haiti foi um importante evento histórico que ocorreu entre 1791 e 1804 na então colônia francesa de Saint-Domingues, que é o

atual Haiti. Foi à primeira revolta de escravos bem-sucedida na América e resultou na independência do Haiti, tornando-se a primeira nação negra livre do mundo.

A revolução foi impulsionada por uma série de fatores, incluindo a injustiça social, a brutalidade do sistema escravista e as ideias de liberdade e igualdade que foram disseminadas durante os movimentos iluministas e a Revolução Francesa. Os escravizados africanos e os afrodescendentes, que constituíam a maioria da população da colônia, se uniram para lutar contra a opressão e buscar a liberdade.

Liderados por figuras como Toussaint Louverture, Jean-Jacques Dessalines e Henri Christophe, os escravos rebeldes conseguiram resistir às forças coloniais francesas e, eventualmente, derrotá-las. A revolta foi marcada por batalhas sangrentas e estratégias militares astutas.

Em 1804, o Haiti declarou oficialmente sua independência, tornando-se a primeira nação independente e autônoma da América Latina. A Revolução do Haiti teve um impacto profundo na história da região, inspirando outros movimentos de independência e abalando o sistema escravista nas Américas.

*** A Revolução Haitiana foi a única revolução da história na qual escravos e ex-escravos foram os líderes e saíram vitoriosos.**

No entanto, a independência do Haiti também teve consequências significativas. O país enfrentou isolamento internacional e foi obrigado a pagar uma indenização massiva à França pelo "prejuízo" causado pela revolta dos escravos. Essa dívida afetou profundamente a economia haitiana e dificultou seu desenvolvimento.

Apesar dos desafios enfrentados, a Revolução do Haiti é um marco histórico importante na luta pela liberdade, igualdade e dignidade humana. Ela representa a resistência e a determinação do povo haitiano em buscar a libertação do sistema escravista e estabelecer um país independente.

* Toussaint Louverture foi o principal líder da Revolução Haitiana. Atualmente ele é considerado o “Pai do Haiti”.

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

A cidadania é um conceito fundamental que se refere à condição de um indivíduo como membro de uma sociedade, com direitos e deveres que garantem sua participação ativa e plena na vida social, política e econômica. Os direitos humanos, por sua vez, são um conjunto de prerrogativas que asseguram a dignidade, a liberdade e a igualdade de todos os indivíduos, independentemente de raça, gênero, religião, ou qualquer outra característica.

Direitos Humanos

Os direitos humanos são universais e inalienáveis, ou seja, pertencem a todos e não podem ser retirados. Eles são divididos em três gerações:

Primeira Geração: Direitos civis e políticos, como o direito à vida, à liberdade de expressão e à participação política.

Segunda Geração: Direitos econômicos, sociais e culturais, que incluem o direito à educação, à saúde e ao trabalho.

Terceira Geração: Direitos coletivos e difusos, como o direito ao meio ambiente saudável e ao desenvolvimento.

Importância da Cidadania

A cidadania é crucial para a promoção e a proteção dos direitos humanos. Quando os cidadãos estão conscientes de seus direitos e deveres, eles podem reivindicar justiça e igualdade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A participação cidadã em processos políticos e sociais é fundamental para a efetivação dos direitos humanos.

Desafios

Apesar dos avanços, muitos desafios ainda persistem na garantia da cidadania e dos direitos humanos, como: discriminação e desigualdade social, violação de direitos em situações de conflito, acesso limitado à informação entre outros. A cidadania e os direitos humanos são interdependentes e essenciais para a construção de sociedades democráticas e justas. A educação sobre esses temas é fundamental para capacitar os indivíduos a exercerem seus direitos e a lutarem por uma sociedade mais igualitária. A promoção da cidadania ativa e dos direitos humanos deve ser uma prioridade em todos os níveis da sociedade.

HISTÓRIA DA LUTA DAS MULHERES POR IGUALDADE DE GÊNERO, NO MUNDO E NO BRASIL

A luta das mulheres por igualdade de gênero é um tema vasto e complexo, que abrange diversas épocas e contextos históricos. Vamos explorar essa história tanto no mundo quanto no Brasil.

História da Luta das Mulheres por Igualdade de Gênero no Mundo Século XIX

Sufrágio Feminino: O movimento pelo direito ao voto começou a ganhar força no final do século XIX. Em 1848, a Convenção de Seneca Falls, nos Estados Unidos, marcou o início do feminismo organizado, onde as mulheres exigiram direitos civis e políticos.

Século XX

Primeira Onda do Feminismo (1900-1960): Focou principalmente no sufrágio feminino. Em 1920, as mulheres nos EUA conquistaram o direito de votar. Na Europa, países como o Reino Unido e a Alemanha também avançaram nesse sentido.

Segunda Onda do Feminismo (1960-1980): Abordou questões mais amplas, como direitos reprodutivos, igualdade no trabalho e combate à violência de gênero. O livro "A Mística Feminina" de Betty Friedan, publicado em 1963, foi um marco desse movimento.

Século XXI

Terceira Onda do Feminismo (1990-presente): Enfatiza a diversidade e a interseccionalidade, reconhecendo que as experiências das mulheres variam de acordo com raça, classe, sexualidade e outras identidades. Movimentos como MeToo e Time's Up ganharam destaque, abordando o assédio sexual e a desigualdade no local de trabalho.

História da Luta das Mulheres por Igualdade de Gênero no Brasil Século XIX

Movimento Abolicionista: Muitas mulheres participaram ativamente da luta pela abolição da escravidão, reconhecendo que a liberdade era um passo importante para a igualdade.

Século XX

Sufrágio Feminino: As mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas. Essa conquista foi resultado de anos de mobilização e luta.

Movimento Feminista: Na década de 1960, o movimento feminista começou a se organizar no Brasil, abordando questões como direitos reprodutivos, igualdade no trabalho e combate à violência de gênero.

Século XXI

Avanços e Desafios: O Brasil tem visto avanços significativos, como a criação da Lei Maria da Penha em 2006, que visa combater a violência doméstica. No entanto, as mulheres ainda enfrentam desafios, como a desigualdade salarial e a violência de gênero.

A luta das mulheres por igualdade de gênero é um processo contínuo e global. Embora tenham sido alcançados muitos avanços, ainda há muito a ser feito para garantir que todas as mulheres tenham os mesmos direitos e oportunidades. A história da luta das mulheres é uma história de resistência, resiliência e solidariedade, que continua a inspirar novas gerações.

BRASIL IMPERIAL

O Império do Brasil foi o período da história brasileira que se estendeu de 1822 a 1889, desde a independência do Brasil até a Proclamação da

República. Esse período foi fundamental para a consolidação do Brasil como uma nação independente e para o desenvolvimento de suas instituições políticas, sociais e econômicas. O Império pode ser dividido em dois reinados: o Primeiro Reinado, de Dom Pedro I (1822-1831), e o Segundo Reinado, de Dom Pedro II (1831-1889).

A independência do Brasil foi proclamada em 7 de setembro de 1822 por Dom Pedro I, filho do rei João VI de Portugal. Esse evento ocorreu após uma série de tensões políticas e econômicas que culminaram no rompimento com Portugal. Após a independência, Dom Pedro I, que também era herdeiro do trono português, tornou-se imperador do Brasil. Esse fato gerou desconfianças entre outros países, pois muitos temiam que a independência brasileira fosse uma manobra para que Dom Pedro I, como membro da família real portuguesa, reconquistasse o Brasil para Portugal ou que o país se tornasse uma monarquia subordinada aos interesses da Coroa Portuguesa. Além disso, a legitimidade do novo império brasileiro foi questionada por algumas potências europeias, que inicialmente não reconheceram a independência do Brasil. O Brasil conseguiu estabelecer sua posição internacional, especialmente após o reconhecimento formal da independência por Portugal, em 1825.

PRIMEIRO REINADO

A implantação do Primeiro Reinado no Brasil está diretamente ligada à decisão de Dom Pedro I de permanecer no Brasil após o Dia do Fico (9 de janeiro de 1822), quando, diante da pressão das elites brasileiras, ele optou por não retornar a Portugal. Essa decisão levou à ruptura formal com a metrópole portuguesa e ao processo de independência do Brasil, que culminaria em 7 de setembro de 1822, com o famoso grito de "Independência ou Morte!", proclamado por Dom Pedro.

Nesse contexto, o estado do Brasil já nascia com uma ligação monárquica, sem um rompimento brutal com o antigo regime, diferentemente

de outros países colonizados. O recém-nascido estado brasileiro ganhou uma monarquia constitucional de caráter autoritário. D. Pedro I manteve medidas para implementar um liberalismo moderado no Brasil, onde suas vontades prevaleciam sobre os representantes do Estado. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha reconheceram sua independência a fim de manter relações diplomáticas com o Brasil. Somente em 1825 Portugal reconheceu o Brasil como país, após o pagamento de uma indenização de dois milhões de libras, dinheiro esse obtido por meio de um empréstimo fornecido pelos britânicos.

Dom Pedro I (pintura)



Fonte: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/dom-pedro.htm>

O período foi marcado por revoltas em algumas províncias, como Pernambuco, Grão-Pará e Maranhão, onde a independência era vista como um retrocesso, uma vez que essas províncias haviam conquistado alguma autonomia. Recusando-se a reconhecer o novo governo, Grão-Pará e Maranhão permaneceram ligados às cortes de Lisboa.

Na constituição outorgada, a monarquia constitucional era hereditária e representativa. Com uma estrutura centralizada, as províncias não tinham autonomia política, sendo administradas por presidentes escolhidos pelo imperador. A Constituição de 1824 permaneceu em vigor até o fim do Império, apresentando traços autoritários, embora influenciada por ideias liberais. O poder moderador centralizava importantes decisões nas mãos do monarca. A constituição negava o direito de voto a mulheres, escravizados, pobres e indígenas. O homem branco precisava ter mais de 25 anos e uma renda anual de 100 mil réis para votar.

Um conflito que agravou a situação política e econômica do governo de D. Pedro I foi a Guerra da Cisplatina. Esse território, que integrava a América Espanhola, foi invadido por luso-brasileiros durante o governo de D. João VI e anexado ao Reino de Portugal e Brasil em 1821. No entanto, os cisplatinos resistiram à invasão e ao domínio luso-brasileiro. Eles se uniram à República das Províncias do Rio da Prata (Argentina), levando D. Pedro I a declarar guerra ao governo de Buenos Aires. Esse conflito durou até 1828, quando foi reconhecida a Independência da Cisplatina, que passou a ser chamada de República Oriental do Uruguai. Os gastos econômicos e a perda de vidas geraram descontentamento popular, desgastando a imagem de D. Pedro I.

Outro fator importante que contribuiu para desestabilizar o governo foi o aumento dos produtos importados de origem britânica no Brasil, resultando em um crescimento das importações em detrimento das exportações. Isso levou o Brasil a contrair novos empréstimos externos com a Grã-Bretanha, complicando ainda mais a crise do período. A agricultura também enfrentava uma crise, devido à concorrência internacional e a questões internas, como a baixa inovação tecnológica na produção e a falta de capital, prejudicando as camadas populares.

D. Pedro I chegou a ser recebido com hostilidade na província de Minas Gerais. Ao voltar para o Rio, os portugueses prepararam uma grande recepção para ele, culminando na **Noite das Garrafadas**, onde brasileiros e portugueses se enfrentaram nas ruas. D. Pedro I abdicou em 7 de abril de

1831, deixando seu filho de 5 anos com o título real. A abdicação significou uma vitória para os setores agrários e outros grupos sociais simpatizantes do “liberalismo”. Devido à menoridade do infante, o governo brasileiro assumiu uma regência provisória, eleita por uma assembleia.

Período regencial

Com a abdicação ao trono, iniciou-se o processo de independência política do país. Portugueses em cargos públicos foram substituídos por brasileiros. Durante esse período, a política interna do país foi disputada por três grupos: liberais moderados, liberais exaltados e restauradores.

Os liberais moderados representavam uma aristocracia agrária do centro-sul. Apesar de defenderem o aumento do poder do Legislativo, viam no imperador uma forma de garantir seus privilégios. Os liberais exaltados queriam a autonomia das províncias, uma monarquia descentralizada ou até mesmo uma república. Defendiam também o fim do Poder Moderador e a ampliação do voto. Os restauradores eram o grupo mais conservador, composto em grande parte por portugueses e grandes comerciantes que queriam reconduzir o imperador ao trono.

Quando D. Pedro I abdicou e deixou seu filho como futuro imperador, o menino tinha apenas cinco anos. Por isso, uma **regência trina provisória** foi eleita para governar o país, durando um ano, até que uma nova assembleia tornasse a **regência trina permanente** até que o infante completasse a maioridade. A regência trina permanente era composta pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, João Bráulio Muniz e José da Costa Carvalho. Nesse período, os liberais moderados diminuíram as funções do Poder Executivo e ampliaram as atribuições do Poder Legislativo.

Retrato de Pedro de Alcântara aos 12 anos de idade



Fonte: <https://escolakids.uol.com.br/amp/historia/dom-pedro-htm>

Durante esse período regencial, foi criada a Guarda Nacional para reprimir os levantes e os quilombos. Tempos depois, foi aprovado o Código de Processo Criminal, que estabeleceu normas para a ampliação da justiça. Em 1834, foi aprovado o Ato Adicional, que trouxe uma mudança descentralizadora à Constituição de 1824. Os conselhos provinciais foram transformados em assembleias legislativas provinciais, que poderiam criar leis, controlar os impostos e os gastos locais. A maior autonomia deu aos liberais exaltados uma sensação de vitória. O Ato Adicional também determinou que o Poder Executivo fosse exercido por um único regente. Assim, a Regência Trina tornou-se uma, e o padre Diogo Antônio Feijó assumiu o governo em um momento de muitos levantes populares que ameaçavam a unidade territorial e o regime monárquico.

Com a oposição regressista vencendo a eleição para o Legislativo, a maioria regressista assumiu o poder. O senador regressista Pedro de Araújo

Lima assumiu o Poder Executivo e iniciou o processo de centralização do império novamente. Em 1840, foi publicada a Lei de Interpretação do Ato Adicional, que diminuiu a autonomia legislativa concedida às províncias em 1834, permitindo apenas à Câmara no Rio de Janeiro legislar.

Durante o período regencial, ocorreram várias revoltas, como as Rusgas Cuiabanas (1834), a Cabanagem (1835-1840), a Revolta dos Malês (1835), a Guerra dos Farrapos (1835- 1845), a Sabinada (1837-1838) na Bahia e a Balaiada (1838-1841) no Maranhão.

Rusgas Cuiabanas: Ocorreu em 1834 na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, durante o Período Regencial no Brasil. Esse conflito foi marcado por tensões entre facções políticas locais, principalmente entre os liberais (chamados localmente de “chimangos”) e os conservadores (“cabanos”). A disputa se intensificou devido a desentendimentos sobre a administração da província e questões relacionadas à sucessão de cargos. Em 30 de maio de 1834, um confronto violento eclodiu, resultando em mortes e perseguições. O conflito refletia a instabilidade política do país durante o período regencial, quando diversas províncias enfrentaram rebeliões e conflitos internos. As Rusgas Cuiabanas tiveram impactos significativos na estrutura política e social da região, levando a uma reorganização das forças políticas locais e influenciando a história de Mato Grosso.

Cabanagem: Foi uma revolta popular que ocorreu na província do Grão-Pará, entre 1835 e 1840, durante o Período Regencial. O movimento foi liderado por cabanos (moradores das cabanas ribeirinhas), indígenas, mestiços e escravos, refletindo uma ampla insatisfação com as condições de vida e a exclusão política.

Os principais fatores que desencadearam a Cabanagem foram a pobreza extrema, a exploração econômica, a opressão social e o descontentamento com o governo regencial, que era visto como distante e desinteressado nas necessidades da região amazônica. A revolta começou

com a tomada de Belém em janeiro de 1835 e se espalhou por outras áreas da província. Durante o conflito, os cabanos chegaram a controlar Belém por alguns períodos, mas enfrentaram dura repressão das forças imperiais.

A Cabanagem foi uma das revoltas regenciais mais duradouras do período, resultando em grande destruição e violência, com estimativas de 30 mil mortos, cerca de 30 a 40% da população da província à época. Dizimou populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas, bem como membros da elite local (<https://www.todamateria.com.br/>). Embora a revolta tenha sido esmagada, a Cabanagem deixou um legado de resistência popular e destacou as profundas desigualdades e problemas regionais do Brasil no século XIX.

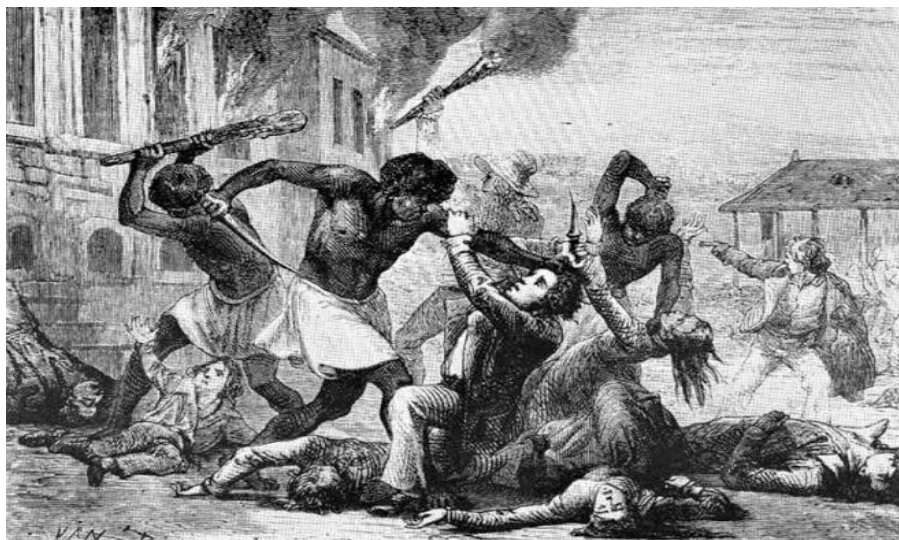
Revolta dos Malês: Foi uma insurreição de africanos muçulmanos escravizados que ocorreu em Salvador, na Bahia, em 1835. Os Malês, como eram chamados os muçulmanos africanos, organizaram-se secretamente e planejaram a revolta para libertar os escravos e estabelecer uma sociedade islâmica. Na época, Salvador era um importante centro de comércio de escravos e tinha uma grande população africana. Muitos dos escravizados eram muçulmanos trazidos da região da África Ocidental.

A revolta foi cuidadosamente planejada pelos líderes Malês, que se comunicavam em árabe e usavam suas redes de mesquitas clandestinas para organizar a insurreição. A data escolhida foi 25 de janeiro de 1835.

Os insurgentes pretendiam derrubar o governo colonial, abolir a escravidão e estabelecer uma sociedade regida pelos princípios do Islã. Na noite de 24 para 25 de janeiro, cerca de 600 escravos armados atacaram diversos pontos de Salvador. No entanto, a rebelião foi rapidamente reprimida pelas forças coloniais, que haviam sido alertadas sobre o levante. A revolta teve um impacto profundo na sociedade baiana. As autoridades coloniais reforçaram as medidas de controle sobre a população escrava, temendo novas insurreições. A repressão se intensificou, e houve um esforço maior para a conversão forçada ao cristianismo e a erradicação das práticas

culturais africanas. A Revolta dos Malês é lembrada como um dos maiores levantes de escravizados da história do Brasil e um símbolo da resistência contra a opressão e a luta pela liberdade e justiça.

Ilustração sobre a revolta dos Malês



Fonte: <https://vermelho.org.br/coluna/males-a-revolta-que-ousou-por-fima-escravidao-e-conquistar-a-liberdade/>

Guerra dos Farrapos: Também conhecida como Revolução Farroupilha, foi um conflito armado que ocorreu no sul do Brasil entre 1835 e 1845. A insatisfação com o governo imperial, especialmente em relação a questões fiscais e políticas, levou os fazendeiros gaúchos a se rebelarem. Eles estavam descontentes com os altos impostos sobre produtos como o charque (carne seca) e a falta de atenção do governo central às necessidades da província. Rebeldes liderados por Bento Gonçalves tomaram Porto Alegre, a capital da província. Em 1836, os rebeldes proclamaram a República Rio-Grandense, com Bento Gonçalves como seu presidente. O conflito se expandiu para outras áreas, incluindo Santa Catarina, que também se declarou uma república. A guerra terminou em 1845 com a assinatura do Tratado de Poncho Verde, que concedeu anistia aos revoltosos e algumas concessões econômicas. No entanto, a guerra deixou profundas

marcas na região, tanto em termos econômicos quanto sociais.

Sabinada: foi uma revolta que ocorreu em Salvador, na Bahia, entre 1837 e 1838, durante o período da Regência no Brasil. O movimento foi liderado por militares e civis, principalmente intelectuais e médicos, e teve como principal líder o médico e político Francisco Sabino Álvares. O contexto da revolta está relacionado à insatisfação com a centralização do poder nas mãos do governo regencial, que era visto como distante das necessidades e demandas locais.

Os sabinos, como eram chamados, proclamaram a independência da Bahia e tentaram instaurar um governo republicano, defendendo uma maior autonomia para a província. Eles também tinham como objetivo a defesa das liberdades civis e a reforma política, além de se opor à repressão das autoridades centrais contra os movimentos sociais e às lideranças políticas populares.

A revolta foi marcada por confrontos entre os revoltosos e as forças regenciais, que resistiram firmemente. Após alguns meses de luta, as tropas leais ao governo conseguiram derrotar os insurgentes, e a repressão foi severa e violenta. Muitos dos participantes foram presos ou exilados, e a Bahia permaneceu sob controle do governo central.

A Sabinada foi um dos episódios importantes da história da Regência no Brasil, mostrando as tensões políticas e regionais, bem como a busca popular por maior autonomia e mudanças no sistema político do país.

Balaiada: Foi uma revolta popular que ocorreu entre 1838 e 1841, no Maranhão, durante o período da Regência no Brasil. Esse movimento foi liderado por camponeses, escravizados, pequenos comerciantes e trabalhadores urbanos, e foi motivado por uma série de insatisfações com a pobreza, a opressão social e a exclusão política. O nome "Balaiada" tem origem no termo "balaio", que era uma cesta usada pelos revoltosos para carregar alimentos e suprimentos, e também era a alcunha de um dos líderes do movimento.

A revolta começou como uma manifestação contra as condições de vida difíceis da população do Maranhão, marcada por grande desigualdade social, miséria e a exploração das classes populares pelos poderosos locais. Inicialmente, os revoltosos estavam insatisfeitos com as autoridades provinciais e com a falta de representação política. Com o tempo, a Balaiada ganhou características de um movimento mais amplo contra o governo central e a estrutura de poder vigente.

Os líderes da revolta eram, em sua maioria, de origem popular e incluíam figuras como Manuel Francisco dos Anjos, o "Balaio", e o líder negro, quilombola Negro Cosmo e o vaqueiro Raimundo Gomes, que conseguiram reunir uma força considerável de combatentes. Eles proclamaram um governo independente e reivindicavam mudanças na estrutura política e social, incluindo a ampliação dos direitos e a melhoria das condições de vida da população mais pobre.

A repressão à Balaiada foi extremamente violenta, com o envio de tropas regenciais para sufocar o movimento. Após vários confrontos sangrentos, os revoltosos foram derrotados. Muitos dos líderes da revolta foram mortos, aprisionados ou exilados. O movimento, embora fracassado, foi um dos maiores levantes populares do período regencial e refletiu as tensões sociais e políticas de um Brasil ainda marcado pela escravidão, pela desigualdade e pela busca por autonomia regional.

A Balaiada, ao lado de outras revoltas da época, como a Sabinada e a Cabanagem, evidenciou o descontentamento das classes populares com o sistema monárquico e centralizador do Império Brasileiro. Esses movimentos ajudaram a formar o cenário de contestação e mudanças sociais no Brasil do século XIX.

Diante das crises políticas do período regencial, os políticos liberais passaram a defender a antecipação da maioridade do príncipe como uma solução para a instabilidade. Eles acreditavam que poderiam controlar o jovem imperador. Assim, em 23 de julho de 1840, aos 14 anos, Pedro de Alcântara foi declarado maior de idade e assumiu o governo do Brasil,

recebendo o título de D. Pedro II.

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A independência do Brasil não ocorreu de forma repentina, mas foi o resultado de um processo gradual que envolveu diversas lutas políticas, sociais e econômicas ao longo do tempo. Desde o início do século XIX, o país enfrentou tensões internas e externas que prepararam o terreno para a separação de Portugal.

As lutas começaram com a insatisfação popular e as revoltas regionais, como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, entre outras, que refletiam o desejo de maior autonomia e liberdade do controle português. Além disso, havia um crescente sentimento de nacionalismo entre a elite brasileira, que desejava mais participação nas decisões políticas e econômicas.

Além disso, movimentos e lutas em outros países serviram de inspiração para o povo brasileiro na busca por emancipação política, como a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a Independência do Haiti. Em meio a esses acontecimentos, as tensões e conflitos surgiam juntamente com as ideias iluministas, a aversão ao absolutismo e ao colonialismo.

Por fim, a decisão foi consolidada por meio de conselhos e negociações, especialmente com a pressão das elites e a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, o que gerou mudanças no sistema político. A independência foi proclamada em 1822 por Dom Pedro I, após anos de tensões e planejamentos para que o Brasil se tornasse uma nação independente, longe do controle direto de Portugal.

Com o **bloqueio continental** em 1806, Dom João ficou dividido entre apoiar a Inglaterra ou obedecer a Napoleão. Um ano depois, após não aceitar a ordem do francês, o tratado de Fontaneblau foi selado entre Espanha e

França, permitindo que Portugal fosse invadido e dividido em reinos. É pensando nisso que D. João transfere a corte para o Brasil.

Anos depois, com Portugal pobre depois da guerra com a França, o agora príncipe regente Dom João VI, depois de muito se negar a voltar para o seu país de origem as Cortes realizaram uma Assembleia Constituinte que o forçava a retornar. Nesse sentido, o Brasil voltaria a ser uma colônia à mercê da metrópole portuguesa, com províncias autônomas e governabilidade decidida pelas Cortes portuguesas.

Em 1821, com o Brasil crescendo e Portugal empobrecido, a Assembleia Constituinte votou uma emenda que dissolvia o reino do Brasil, gerando revolta por parte das elites que cresciam cada vez mais com o comércio internacional. Ainda, em abril desse mesmo ano, D. João VI retorna para Portugal e deixa seu filho, Dom Pedro, como príncipe regente do Brasil.

No final de 1821, são enviados ao Brasil decretos ordenando a abolição da regência e volta de D. Pedro para Portugal, porém, o príncipe resiste às pressões e recebe apoio de certos nichos, principalmente de certa parte da elite brasileira, que apoiou Dom Pedro como líder da independência brasileira. Já em 1822, com diversos abaixo-assinados e pedidos de permanência, o príncipe fica e toma uma série de medidas para impedir a recolonização. Dessa maneira, no dia 7 de setembro de 1822, lhe são entregues três cartas decisivas, nas quais, após ler as mesmas, D. Pedro toma a decisão de quebrar as relações com Portugal. Há também nesse dia a proclamação da célebre frase “independência ou morte”.

ADESÃO DO MARANHÃO À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A adesão do Maranhão à independência do Brasil foi um processo complexo e marcado por conflitos locais, disputas políticas e uma forte resistência ao movimento de separação de Portugal. Inicialmente, a província do Maranhão demorou a se juntar à independência proclamada por Dom

Pedro I em 1822, devido à divisão interna entre facções políticas e à forte presença de uma elite conservadora que ainda se alinhava com as autoridades portuguesas.

No Maranhão, a resistência ao novo regime de independência se concentrou principalmente em São Luís, onde a elite local, ligada a Portugal, buscava manter sua lealdade à monarquia portuguesa. A população escravizada, por outro lado, tinha interesse em se libertar do domínio colonial, e muitos participaram ativamente das lutas pela independência.

A adesão do Maranhão ao império brasileiro só ocorreu em 1823, após intensos confrontos entre as forças pró-independência e os defensores da causa portuguesa. Em 1823, uma série de batalhas aconteceu na região designada de “meio norte”, tendo como foco principal o Maranhão e o Piauí, além de parte do Ceará. A resistência durou até 1823, quando as tropas brasileiras finalmente conseguiram consolidar o controle sobre a província e o Maranhão aderiu formalmente à independência.

Esse processo foi marcado por disputas políticas internas, mas também pelas características sociais e econômicas da província, como a alta concentração de escravizados, o difícil controle territorial e a divisão das elites locais, o que dificultou a transição para a independência no Maranhão. A adesão da província à independência brasileira foi um marco importante, mas também um reflexo das tensões internas que o Brasil enfrentaria em seus primeiros anos de emancipação.

PROCESSOS POLÍTICOS E SOCIAIS NO SÉCULO XIX NA EUROPA

O movimento operário e o advento do socialismo

O socialismo

Como resposta às crises sociais geradas pela Revolução Industrial, emergiram correntes de pensamento como o socialismo e o anarquismo, que

buscavam reconfigurar a sociedade e construir um mundo mais justo. O principal teórico do socialismo foi o filósofo e economista alemão Karl Marx (1818-1883), que frequentemente contou com a colaboração do também alemão Friedrich Engels (1820-1895) em muitas de suas obras.

Marx e Engels delinearão as propostas e princípios do que ficou conhecido como socialismo científico, no **Manifesto Comunista**, publicado em 1848, os quais foram mais detalhadamente desenvolvidos em "O Capital", a obra mais famosa de Marx. Esta obra provocou, nas décadas seguintes, uma transformação significativa na economia e nas ciências sociais. "O Capital" apresenta uma interpretação socioeconômica da história, chamada **materialismo histórico**, e define conceitos essenciais como luta de classes, mais-valia e revolução socialista.

A seguir, leiam trecho do Manifesto Comunista:

A condição essencial para a existência e para a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de privados, a formação e multiplicação do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado repousa exclusivamente na concorrência entre os operários. O progresso da indústria, de que a burguesia é portadora, involuntária e sem resistência, coloca no lugar do isolamento dos operários pela concorrência a sua união revolucionária pela associação. Com o desenvolvimento da grande indústria é retirada debaixo dos pés da burguesia a própria base sobre que ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz, antes do mais, o seu próprio coveiro. O seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. (Karl Marx; Friedrich Engels, 1848),

De acordo com o **materialismo histórico**, uma sociedade é fundamentalmente determinada por suas condições socioeconômicas, conhecidas como **infraestrutura**. As instituições, a política, a ideologia e a cultura, adaptadas a essas condições, formam o que Marx denominou de **superestrutura**.

Na análise marxista, a luta de classes é vista como o principal motor das transformações sociais. O conflito entre grupos dominantes e dominados – como senhores e servos na Idade Média, ou operários e burgueses na era contemporânea – impulsiona as lutas e mudanças sociais. Esse antagonismo está fortemente ligado à estrutura produtiva, em especial à existência da propriedade privada.

Já a definição marxista de **mais-valia** refere-se ao valor da riqueza produzida pelos trabalhadores que excede o valor pago por sua força de trabalho e que é apropriado pelos capitalistas. Essa mais-valia é uma manifestação da exploração dos trabalhadores e um fator essencial para a acumulação de capital pela burguesia.

Marx acreditava que, contra a ordem capitalista e a sociedade burguesa, a ação política dos trabalhadores era inevitável e que uma revolução socialista era necessária para estabelecer uma nova sociedade. Inicialmente, essa revolução instauraria o controle estatal através da ditadura do proletariado e promoveria a socialização dos meios de produção, eliminando a propriedade privada. Em uma etapa posterior, o objetivo seria alcançar o comunismo, que significaria a eliminação de todas as desigualdades sociais e econômicas, incluindo a extinção do próprio Estado.

O movimento operário

Durante o século XIX, o movimento operário europeu passou por períodos de crescimento e declínio. Na Inglaterra, o avanço do movimento trabalhista culminou no cartismo, um movimento popular que lutava por reformas nas condições de trabalho, como a limitação da jornada, e por direitos políticos, incluindo o sufrágio universal. No entanto, na década de 1850, após as revoluções sociais frustradas de 1848 e a repressão estatal, o movimento operário sofreu um impacto significativo. O socialismo está profundamente associado aos movimentos dos trabalhadores e seus esforços para promover mudanças sociais.

O movimento operário ressurgiu com a fundação da Primeira Internacional Operária em Londres, também conhecida como Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864. Nos primeiros encontros, surgiram divisões entre marxistas, anarquistas e sindicalistas. O conflito teórico entre Marx e Bakunin ganhou destaque com os eventos da Comuna de Paris (1871), um governo popular que teve vida breve.

Em uma nova iniciativa trabalhista, foi fundada a Segunda Internacional Operária em 1889, com uma abordagem mais reformista e menos revolucionária, adotando os ideais da Social Democracia Alemã, o primeiro partido político socialista. De acordo com esses ideais, o socialismo seria gradualmente alcançado por meio de reformas, do voto e da via parlamentar. No entanto, a unidade entre os trabalhadores durou pouco: no início do século XX, os marxistas revolucionários, liderados pelo russo Vladimir Lenin e pela alemã Rosa Luxemburgo, entraram em conflito com os moderados.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as massas trabalhadoras se dividiram ainda mais, levando ao colapso da Segunda Internacional. Em 1919, em Moscou, em meio à Revolução Russa, foi fundada a Terceira Internacional, também conhecida como Internacional Comunista ou Comintern, que serviria como base para a formação dos partidos comunistas ao redor do mundo.

AS REVOLUÇÕES LIBERAIS E O NACIONALISMO

Liberalismo

O pensamento **Liberal** possui suas origens advindas do Iluminismo, os pilares do liberalismo consistiam na defesa da propriedade privada, do individualismo econômico e da liberdade de comércio, de produção e de contratação de trabalho (salários e jornada), sem intervenção do Estado ou influência dos sindicatos.

O pensamento liberal tomou forma com Adam Smith (1723-1790). Em

sua obra A Riqueza das Nações, ele demonstrou que a divisão do trabalho era crucial para o crescimento da produção e do mercado. Além disso, argumentou que a livre concorrência incentivaria os empresários a expandirem a produção, adotarem novas técnicas, melhorarem a qualidade dos produtos e reduzirem ao máximo os custos de produção.

A seguir, leia um trecho da obra A riqueza das nações:

[...] O esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua própria condição quando se permite que ele atue com liberdade e segurança constitui um princípio tão poderoso que, por si só, e sem qualquer outra ajuda, não somente é capaz de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, como também de superar uma centena de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas com excessiva frequência obstrui seu exercício (Adam Smith, 1776).

A conseqüente redução do preço final beneficiaria a lei natural da oferta e da demanda, possibilitando o sucesso econômico geral. Ao Estado caberia apenas proteger a propriedade e manter a ordem, sem interferir na economia, pois a harmonização dos interesses individuais ocorreria por meio de uma "mão invisível", resultando no bem-estar coletivo.

Nacionalismo

O **nacionalismo** é outro fenômeno que emergiu durante a "era das revoluções". Baseia-se na ideia de que um povo tem o direito de se autogovernar e exercer sua soberania sobre um território de maneira autônoma.

Esse princípio foi adotado pelas colônias, desde as americanas até, mais tarde, as africanas e asiáticas, para reivindicar sua independência. Dois exemplos de nacionalismo em ação são os processos de unificação da Itália e da Alemanha, que, até a segunda metade do século XIX, não existiam como

os países que conhecemos hoje.

A UNIFICAÇÃO ITALIANA

O processo de unificação da Itália ocorreu de forma tardia em comparação com a maioria dos países europeus. Desde a Idade Média, a península Itálica estava dividida em várias unidades políticas independentes. Com as decisões do Congresso de Viena, essa região passou a ser dominada por austríacos, franceses e pela Igreja Católica. No mapa a seguir, observe essa divisão política.

A partir do início do século XIX, o norte da península Itálica atravessava transformações impulsionadas pelo desenvolvimento industrial, o que resultou no crescimento das cidades e na intensificação do comércio. Para expandir suas atividades no mercado exterior, a burguesia local desejava a unificação política de toda a região. Foi no reino do Piemonte Sardenha que as lutas pela unificação da Itália ganharam força, durante o governo do rei Vitor Emanuel II



Fonte: KINDER, Hermann; HILGEMAN, Werner. *Atlas histórico mundial: de la Revolución Francesa a nuestros días*. 10. ed. Madrid: Ediciones Istmo, 1982, p. 76.

Fonte: Google (2025)

Com o apoio da França, o reino do Piemonte-Sardenha iniciou a guerra contra a dominação austríaca em 1859. Após obter importantes vitórias, conseguiu anexar ao reino sardo-piemontês as regiões da Lombardia, Toscana, Parma, Módena e Romagna.

No sul da península, também em busca da unificação italiana, Giuseppe Garibaldi (1807-1882) comandou um exército de voluntários, conhecido como camisas vermelhas, e conquistou o Reino das Duas Sicílias, afastando do poder Francisco II, da dinastia dos Bourbon.

Vítor Emanuel II, que controlava quase todo o território italiano, foi proclamado rei da Itália em março de 1861. Assim, no final de 1860, a unificação da Itália estava quase completa. Apenas as regiões de Veneza e Roma ainda resistiram por algum tempo, sendo anexadas em 1866 e 1870, respectivamente.

O papa Pio IX não aceitou a perda dos territórios da Igreja Católica. Quando Roma foi anexada à Itália unificada em 1870, o Papa se declarou prisioneiro no Palácio do Vaticano. Isso gerou a chamada Questão Romana, que só foi resolvida em 1929 com a assinatura do Tratado de Latrão, negociado entre o Papa Pio XI e o Estado italiano. O tratado estabeleceu a criação, na zona norte de Roma, do pequeno Estado do Vaticano.

A UNIFICAÇÃO ALEMÃ

O Congresso de Viena dissolveu a Confederação do Reno, criada por Napoleão I, e estabeleceu a Confederação Germânica (Deutscher Bund), composta por 39 Estados soberanos e liderada pelo Império Austríaco, que era absolutista e de economia agrária. Em contraste com a Áustria, a Prússia, mais desenvolvida comercial e industrialmente, almejava construir um grande Estado germânico com destaque no cenário internacional.

O passo crucial para a unidade foi dado em 1834 com a criação do

Zollverein, uma união alfandegária que eliminou as barreiras comerciais entre os Estados alemães, promovendo uma verdadeira integração econômica que impulsionou o capitalismo alemão. A Áustria, excluída do Zollverein pela diplomacia prussiana, reagiu ameaçando a Prússia com a guerra, o que forçou a Prússia a recuar. Assim, o Império Austríaco recuperou sua supremacia na Confederação Germânica.

A Prússia, por sua vez, iniciou em 1860 um programa de modernização militar, apoiado pela aliança entre a alta burguesia e os grandes proprietários e aristocratas. Sob a liderança do chanceler Otto von Bismarck, as lutas pela unificação alemã foram retomadas com uma estratégia que buscava fortalecer o nacionalismo alemão por meio de guerras. Na Guerra das Sete Semanas (1866), a Confederação Germânica foi dissolvida, e a Prússia obteve uma vitória sobre a Áustria, organizando a Confederação Germânica do Norte sob a liderança do Kaiser Guilherme I Hohenzollern, com Bismarck como seu ministro. No entanto, o processo de unificação da Alemanha enfrentava desafios nos Estados autônomos do Sul, que eram apegados às suas soberanias locais ou ainda estavam sob influência austríaca.

Nesse contexto, Napoleão III se opunha à completa unificação alemã, pois isso criaria uma grande potência em suas fronteiras orientais. As tensões aumentaram em 1869, quando o trono espanhol ficou vago e foi oferecido a Leopoldo Hohenzollern, primo do Kaiser Guilherme I. Napoleão III rejeitou a sucessão, interpretando-a como uma tentativa da família Hohenzollern de cercar a França.

Como Bismarck havia previsto, os Estados do sul da antiga Confederação Germânica se uniram aos do Norte na guerra contra a França, derrotando-a na Batalha de Sedan e concluindo a unificação germânica. Em janeiro de 1871, em um episódio humilhante para os franceses, Guilherme I foi coroado imperador do Segundo Reich ("Império") na Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes, em Paris. Pouco depois, foi assinado o Tratado de Frankfurt, pelo qual a França teve que pagar uma indenização à Alemanha e ceder o território da Alsácia-Lorena.

SEGUNDO REINADO NO BRASIL

Durante dos anos de 1840 e 1889, o Brasil foi reinado pelo D. Pedro II.

E teve como pontos principais:

- O golpe da maioria;
- Parlamentarismo às avessas;
- Disputa entre abolicionistas e escravagistas;
- Lei Eusébio de Queirós;
- O cultivo do café;
- Guerra do Paraguai.

ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA HISPÂNICA

América hispânica é a parte do continente americano que foi colonizado pelos espanhóis. Corresponde do México à Argentina. Todos eles têm como idioma oficial o espanhol e compartilham culturas um pouco semelhantes. Ponto principais:

- Fatores como o iluminismo, desigualdade social e a Revolução francesa foram importantes nos ideais de independência;
- Houve campanhas militares lideradas por Simón Bolívar, na Venezuela. Ele foi o primeiro presidente venezuelano;
- As consequências foram a abolição da escravidão, nacionalismo, reconfiguração geopolítica da região.

Já os Estados Unidos eram conhecidos como as 13 colônias. Nome dado pela Inglaterra, que ela foi a colonizadora. Foi a primeira nação americana a conseguir a independência, inspirado todas as outras. Pontos

principais:

- Foi feita pela insatisfação das elites coloniais;
- Modelo republicano e federalista;
- Ideias iluministas;
- Expansão territorial dos EUA

IMPERIALISMO

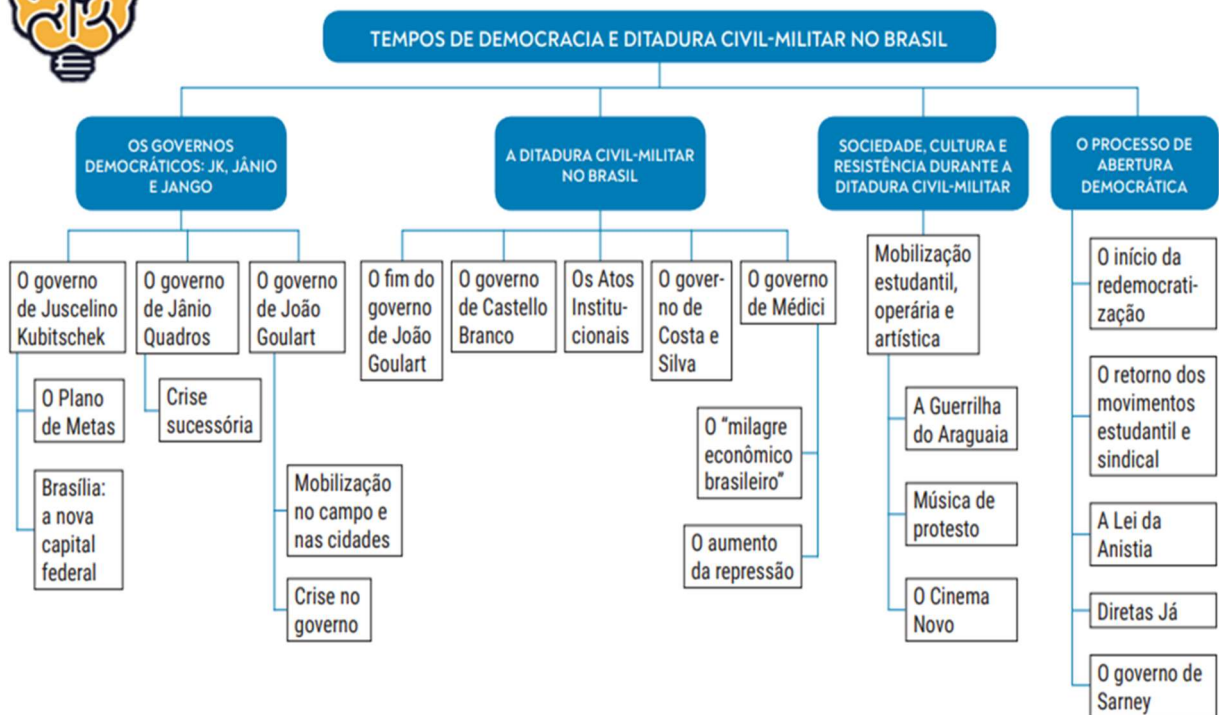
De maneira geral, o imperialismo é uma política de expansão política, cultural, econômica e territorial de uma nação sobre outra com o objetivo de dominar e obter vantagens econômicas. Os países imperialistas, geralmente poderosos em termos bélicos e econômicos, invadem e ocupam territórios para expandir as suas economias industriais e obter matérias-primas e novos mercados consumidores.

Segundo John A. Hobson, em sua obra "Imperialism: A study" (1902), o imperialismo é o processo pelo qual as nações mais poderosas exercem controle e influência sobre outras nações ou territórios, geralmente através de meios econômicos, políticos ou militares. Hobson argumenta que o imperialismo é impulsionado pela busca de mercados externos para o excesso de capital acumulado pelas potências capitalistas. Esse processo, de acordo com ele, tende a beneficiar uma minoria (como empresários e investidores) à custa da maioria da população tanto nas metrópoles quanto nas colônias.

Durante o século XIX esse processo foi largamente imposto pelos europeus sobre suas demais colônias e outros locais. O desenvolvimento desse ocorrido pode ser evidenciado de maneira geral no seguinte mapa mental:



HISTÓRIA DO BRASIL: REGIME MILITAR (1964-1985)



Fonte: Study Maps (2023). Disponível: <https://studymaps.com.br/imperialismo/>

I GUERRA MUNDIAL (1914 e 1918)

A Primeira Guerra Mundial, também conhecida como Grande Guerra foi um conflito global que ocorreu entre 28 de julho de 1914 e 11 de novembro de 1918. Foi uma das guerras mais devastadoras da história envolvendo muitas das principais potências mundiais da época organizadas em dois blocos: a Tríplice Entente (composta por França, Reino Unido e Rússia, com a adesão posterior de outros países como Itália e Estados Unidos) e a Tríplice Aliança (composta por Alemanha, Áustria-Hungria e Itália, embora esta última tenha mudado de lado em 1915).

Causas da Guerra:

1. Nacionalismo: Muitos países europeus estavam inflados por um forte sentimento de nacionalismo, o que gerou rivalidades e desconfianças entre as potências;

2. **Imperialismo:** As nações europeias competiam por colônias e territórios ultramarinos, gerando tensões e conflitos;
3. **Militarismo:** Houve uma corrida armamentista na Europa com os países aumentando significativamente seus exércitos e arsenais;
4. **Alianças:** A Europa estava dividida em blocos de alianças militares que, em caso de conflito, arrastaram vários países para a guerra;
5. **Assassinato de Francisco Fernando:** O estopim do conflito foi o assassinato do arquiduque Franz Ferdinand da Áustria-Hungria em 28 de junho de 1914, em Sarajevo, por um nacionalista sérvio. Isso levou a Áustria-Hungria a declarar guerra à Sérvia, desencadeando uma reação em cadeia de alianças;

Principais Conflitos:

1. **Frente Ocidental:** Esta frente foi marcada por combates de trincheira, especialmente na França e na Bélgica. A Batalha do Somme e a Batalha de Verdun foram alguns dos confrontos mais sangrentos.
2. **Frente Oriental:** Envolveu combates entre a Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia. A Batalha de Tannenberg foi uma das mais importantes nesta frente.
3. **Guerra de Trincheiras:** Grande parte da guerra no Oeste foi travada em trincheiras, levando a um impasse sangrento e prolongado.
4. **Batalha de Gallipoli:** Uma campanha mal-sucedida dos Aliados para tomar o controle do estreito de Dardanelos, na Turquia.
5. **Guerra Naval:** Incluiu o bloqueio naval britânico à Alemanha e a Batalha da Jutlândia, a maior batalha naval da guerra.

Consequências da Primeira Guerra Mundial:

1. **Tratado de Versalhes:** O fim da guerra foi formalizado pelo Tratado de Versalhes em 1919, que impôs duras penalidades à Alemanha, incluindo perdas territoriais, desmilitarização e reparações financeiras.
2. **Queda de impérios:** O conflito levou à queda de quatro impérios: Alemão,

Austro- Húngaro Otomano e Russo, o que resultou em significativas mudanças territoriais e políticas na Europa e no Oriente Médio.

3. Criação da Liga das Nações: A Liga das Nações foi fundada com o objetivo de promover a paz e evitar futuros conflitos. No entanto, foi amplamente ineficaz e incapaz de prevenir a Segunda Guerra Mundial.

4. Consequências econômicas e sociais: A guerra deixou muitos países em ruínas econômicas com enormes dívidas e destruição de infraestrutura. Além disso, milhões de soldados e civis morreram, e muitos outros ficaram feridos e traumatizados.

5. Caminho para a Segunda Guerra Mundial: As duras condições impostas pelo Tratado de Versalhes e a instabilidade econômica e política que se seguiu contribuíram para o surgimento de regimes autoritários, como o nazismo na Alemanha, levando eventualmente à Segunda Guerra Mundial.

A REVOLUÇÃO RUSSA E O STALINISMO

A Revolução Russa de 1917 foi um processo crucial que levou à queda do regime czarista na Rússia e ao estabelecimento de um Estado socialista. Esse movimento revolucionário pode ser dividido em duas fases principais:

Revolução de Fevereiro de 1917

1. Causas: Descontentamento social, pobreza extrema, fracassos na Primeira Guerra Mundial e a incompetência do czar Nicolau II.

2. Resultado: Abdicação do czar e estabelecimento de um Governo Provisório que falhou em resolver os problemas do país.

Revolução de Outubro de 1917

1. Liderança: Liderada pelos bolcheviques sob a direção de Vladimir Lenin.

2. Ação: Derrubada do Governo Provisório e estabelecimento de um governo socialista.

3. **Consolidação:** Retirada da Rússia da Primeira Guerra Mundial (Tratado de Brest- Litovski).

Relacionamento com o Stalinismo

Após a morte de Lenin em 1924, Josef Stalin ascendeu ao poder e consolidou sua liderança através de uma série de medidas que transformaram radicalmente o Estado soviético:

1. **Coletivização e Industrialização:** Stalin programou políticas de coletivização forçada da agricultura e uma rápida industrialização, que levaram a grandes sofrimentos e à fome, mas também transformaram a URSS em uma potência industrial.
2. **Repressão e expurgos:** Durante o regime stalinista houve uma intensificação da repressão política, incluindo os expurgos, onde milhares de pessoas, incluindo membros do Partido Comunista, foram executadas ou enviadas para campos de trabalho forçado (gulags).
3. **Culto à personalidade:** Stalin desenvolveu um culto à sua própria personalidade, onde ele era venerado como o líder supremo e qualquer oposição era severamente punida.

O stalinismo marcou um período de autoritarismo extremo na URSS, distorcendo os ideais da Revolução Russa e consolidando um regime de controle total do Estado sobre todos os aspectos da vida na União Soviética.

O BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A Primeira República no Brasil, também conhecida como República Velha, abrange o período de 1889, com a Proclamação da República, até 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder após a Revolução de 1930. Esse período foi marcado por profundas transformações políticas, econômicas e sociais, além de vários conflitos que são frequentemente

abordados em provas de vestibular.

Proclamação da República (1889)

1. Causas: Insatisfação das elites agrárias com a Monarquia, influências positivistas e republicanas, crise do regime monárquico, especialmente após a abolição da escravidão em 1888, que alienou o apoio dos fazendeiros.
2. Consequências: A Monarquia foi derrubada sem grandes conflitos, e o marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República. A Constituição de 1891 estabeleceu um regime presidencialista e federalista com maior autonomia para os estados.

Política dos Governadores e Coronelismo

1. Política dos Governadores: Um acordo informal entre o governo federal e os governos estaduais, onde os estados apoiavam o presidente em troca de controle político em suas regiões. Isso consolidou o poder das oligarquias estaduais.
2. Coronelismo: Sistema de poder local em que coronéis (líderes regionais, geralmente grandes fazendeiros) controlavam o voto de seus eleitores através do voto de cabresto, garantindo assim a manutenção do poder local e a perpetuação das elites no governo.

Revolta da Armada (1891-1894)

1. Causas: Insatisfações dentro da Marinha com o governo central e a oposição ao presidente Floriano Peixoto que assumiu após a renúncia de Deodoro da Fonseca.
2. Consequências: A revolta foi duramente reprimida por Floriano Peixoto, que

consolidou seu poder e ficou conhecido como o "Marechal de Ferro".

Revolução Federalista (1893-1895)

1. Causas: Conflito entre as facções políticas no Rio Grande do Sul, os “maragatos” (federalistas) e os “pica-paus” (republicanos), que lutavam pelo controle do governo estadual.

2. Consequências: O conflito resultou em milhares de mortes e fortaleceu a centralização do poder no governo federal, mantendo o controle dos republicanos.

Guerra de Canudos (1896-1897)

1. Causas: Um movimento de cunho religioso e social liderado por Antônio Conselheiro que organizou uma comunidade autossuficiente no sertão da Bahia desafiando o poder da República e das elites locais.

2. Consequências: O governo enviou tropas para destruir o arraial de Canudos. Após uma série de campanhas militares, Canudos foi destruído, resultando na morte de milhares de habitantes. A guerra revelou as tensões sociais e a exclusão das camadas populares no Brasil.

Ciclo do Café e Política do Café com Leite

1. Café: Durante a Primeira República, o café era o principal produto de exportação do Brasil e os estados de São Paulo e Minas Gerais eram os maiores produtores.

2. Política do Café com Leite: A alternância do poder entre as oligarquias de São Paulo (café) e Minas Gerais (leite, simbolizando a pecuária), que dominaram a política nacional.

3. Consequências: Essa política perpetuou o poder das elites agrárias, mas

gerou insatisfação em outros estados e setores da sociedade, contribuindo para a crise da República Velha.

Movimentos sociais e Revoltas urbanas

1. **Revolta da Vacina (1904):** Uma revolta popular no Rio de Janeiro contra a vacinação obrigatória imposta pelo governo de Rodrigues Alves. Refletiu o descontentamento das classes populares com as reformas urbanas e sanitárias.
2. **Revolta da Chibata (1910):** Liderada por marinheiros contra os castigos corporais na Marinha. A revolta teve impacto significativo ao expor as injustiças dentro das Forças Armadas, mas foi duramente reprimida.
3. **Greve Geral de 1917:** Movimento operário inspirado pelas ideias anarquistas e socialistas exigindo melhores condições de trabalho. A greve marcou o início de um movimento sindical mais organizado no Brasil.

Tenentismo e Crise da República Velha

1. **Tenentismo:** Movimento de jovens oficiais do Exército que criticavam a corrupção das oligarquias e defendiam reformas políticas e sociais. As revoltas tenentistas, como a Revolta do Forte de Copacabana (1922) e a Coluna Prestes (1925-1927) revelaram a insatisfação com a República Velha.
2. **Consequências:** O tenentismo preparou o terreno para a Revolução de 1930, que derrubou a Primeira República e levou Getúlio Vargas ao poder.

Revolução de 1930

1. **Causas:** Insatisfação com a política do café com leite, crise econômica causada pela Grande Depressão, e o assassinato de João Pessoa, vice na

chapa de Getúlio Vargas, nas eleições de 1930.

2. **Consequências:** Vargas assumiu o poder, encerrando a Primeira República e iniciando a Era Vargas com profundas reformas econômicas e sociais.

Resumo das consequências gerais da Primeira República

1. **Poder Oligárquico:** Consolidação das oligarquias regionais, especialmente em São Paulo e Minas Gerais.
2. **Conflitos sociais:** Levantes e revoltas populares evidenciam a profunda desigualdade social e a marginalização das camadas populares.
3. **Crise e queda:** A insatisfação generalizada com o regime levou à crise da Primeira República culminando na Revolução de 1930 e na ascensão de Vargas ao poder.

CRISE DE 1929 E AS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO ESPECULATIVO

Causas da Crise de 1929

1. **Superprodução e Subconsumo:** A indústria produzia mais do que as pessoas podiam comprar, criando um desequilíbrio econômico.
2. **Especulação financeira:** Investidores compravam ações com a expectativa de ganhos rápidos, inflando uma bolha no mercado de ações.
3. **Expansão do crédito:** O crédito fácil e excessivo alimentou o consumo e a especulação, mas também tornou a economia vulnerável.
4. **Concentração de riqueza:** A riqueza concentrada nas mãos de poucos limitou o consumo e aprofundou as desigualdades.

O Colapso

1. Quebra da Bolsa (1929): Em outubro de 1929, a bolha especulativa estourou, levando a uma queda maciça dos preços das ações e ao colapso financeiro.

Consequências

1. Desemprego em massa: Milhões perderam seus empregos, gerando uma crise social.

2. Falência de bancos e empresas: O colapso levou à falência generalizada, aprofundando a depressão econômica.

3. Redução do comércio global: Países adotaram políticas protecionistas, agravando a crise econômica mundial.

4. Mudanças políticas: A crise levou a reformas econômicas e maior intervenção do Estado, como o New Deal nos EUA.

Contradições do capitalismo especulativo

1. Bolhas especulativas: A desconexão entre valor real e preços de mercado criou uma bolha insustentável.

2. Ciclos de Boom e Bust: Expansões rápidas seguidas de colapsos devastadores.

3. Desigualdade e vulnerabilidade: A concentração de riqueza e a falta de regulação amplificaram a crise.

Essa crise revelou as fragilidades do capitalismo especulativo e teve impactos globais duradouros, reformulando a economia mundial e a política de intervenção estatal.

TOTALITARISMO

O Totalitarismo é um regime político que vigorou em alguns países da Europa e especialmente no século XX. Na Itália ocorreu o fascismo que também é um tipo de governo totalitário que perseguiu matou e censurou seus oponentes e na Alemanha Nazista ocorreu prática semelhantes como torturas, perseguição e extinção em massa de grupos como judeus, homossexuais, ciganos etc. Todos esses regimes têm algumas características idênticas como o controle da informação e meios de comunicação, censura e prisão dos presos políticos.

Geralmente os sistemas totalitários ganham terreno dentro de uma crise e especificamente crises financeiras. Nesse sentido, grupos políticos extremados se aproveitam de tais crises com proposta redenção da economia. Nesse momento há um forte apelo ao nacionalismo e aos símbolos que formam toda uma nação. Há por parte dos líderes de tais movimentos, preconceitos para com as minorias e assim esse pensamento totalitário vão adentrando o sistema político e o tornando cada vez mais agressivo. O poder judiciário vai perdendo sua autonomia e o tentáculo de um único partido vai tomando espaços na política interna do país. Um aspecto importante a se ressaltar.

Em um sistema totalitário, a multiplicidade de partidos políticos é sufocada dando lugar ao único partido que controla todas as questões política da nação. Outra questão é que os direitos individuais e coletivos são suprimidos. Em lugar da liberdade dos cidadãos, se dá lugar à perseguição sem direito a contestação. O habeas corpus é negados às pessoas e assim acontecem as prisões arbitrárias.

Outro apelo dos sistemas totalitários é a propaganda em massa. Os cidadãos são influenciados pelas propagandas que divulgam e veiculam mentiras e de certa forma faz com que os líderes de tais sistemas permaneçam no poder.

O termo totalitário surgiu na Itália diante do governo violento de Bento Mussolini. Seu adversário cunhou esse conceito para definir como seriam duas práticas e sua forma de governo. Tanto na Itália como na União Soviética o totalitarismo predominou na vida dos cidadãos. Os indivíduos que eram contra os governos totalitários sofriam fortes perseguições ou até atentados para com suas vidas.

Na Alemanha, a perseguição foi tamanha as minorias, que levou os nazistas a matarem e torturarem milhões de judeus em campos de concentração. Além do controle total de informações e uso em massa dos meios de comunicação para difundir a política nazista.

GUERRA FRIA

A Guerra Fria era uma “guerra” de interesses de dominação política/econômica entre os Estados Unidos e a União Soviética e que durou 44 anos (1947-1991). Essa postura entre esses dois blocos econômicos e políticos nasceu após a derrota dos nazistas e o fim da Segunda Guerra Mundial. Esses dois blocos queriam de alguma forma dominar e influenciar a política, a economia mundial e os países que aderissem suas ideologias. Nesse período houve forte desenvolvimento tecnológico de ambos os blocos e que disputavam a hegemonia Mundial. Também nesse período houve a corrida espacial e que conseguiu colocar o homem no espaço, além de outros conflitos apoiados e financiados pela então União Soviética e Estados Unidos. Existia o temor de um conflito entre os dois blocos e assim resultaria no desaparecimento da raça humana. Os dois blocos tinham armas com potencial de causar danos terríveis ao planeta e a existência humana. Também

nesse tempo foi criada a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) para conter ou deter alguma agressão aos aliados dos Estados Unidos e assim esse país poderia influenciar a política externa do bloco Europeu. A União Soviética também criou o Pacto de Varsóvia e que tinha como pretensão defender as nações que estavam ao seu lado.

A União Soviética entrou em desgaste em meio à crise econômica interna na década de 1970 e que certa forma causava indignação da sociedade que sofriam com uma economia sem boas perspectivas. Além disso, os soviéticos estavam atrasados na questão tecnológica e a sociedade estava mergulhada na pobreza.

Então em 26 de dezembro de 1991, o bloco Soviético acaba e as nações que pertenciam ao bloco conquistam sua independência e aderem ao sistema capitalista.

GUERRA CIVIL ESPANHOLA

A Guerra Civil Espanhola ocorreu entre 1936 e 1939 e foi um conflito significativo na história da Espanha, resultante de tensões políticas, sociais e econômicas que se acumularam ao longo dos anos. A guerra foi travada entre duas facções principais: os republicanos, que eram um grupo diverso que incluía socialistas, comunistas e anarquistas, e os nacionalistas, liderados pelo general Francisco Franco, que buscavam derrubar o governo republicano.

A Guerra Civil Espanhola devastou a economia, provocou mortes e destruição da infraestrutura do país.



Fonte: Shutterstock.com (2024)

Os republicanos defendiam um modelo democrático e progressista, enquanto os nacionalistas eram conservadores e buscavam restaurar a monarquia ou estabelecer uma ditadura. O conflito foi marcado por intensos combates, violência política e uma significativa intervenção estrangeira, com a União Soviética apoiando os republicanos e a Alemanha nazista e a Itália fascista apoiando Franco.

A guerra terminou em 1939 com a vitória dos nacionalistas, estabelecendo um regime ditatorial que duraria até a morte de Franco em 1975. O conflito teve consequências devastadoras para a Espanha, incluindo a perda de vidas, deslocamento de pessoas e um longo período de repressão política. A Guerra Civil Espanhola também influenciou a arte e a literatura, inspirando obras de escritores como George Orwell e Ernest Hemingway.

Consequências da guerra civil espanhola

A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) teve profundas consequências políticas, sociais e econômicas para a Espanha e para o mundo, houve um estabelecimento de uma Ditadura e após a vitória do general Francisco Franco, a Espanha tornou-se uma ditadura que durou até a morte de Franco em 1975. O regime foi caracterizado pela repressão política, censura e violação dos direitos humanos. A guerra exacerbou divisões sociais e políticas que persistiram por décadas. Famílias e comunidades foram divididas entre apoiadores do regime franquista e aqueles que lutaram contra ele.

Emigração e exílio, muitos republicanos e intelectuais foram forçados a fugir da Espanha, buscando asilo em outros países. Isso resultou em uma diáspora significativa, especialmente na França e na América Latina.

Destruição econômica, a guerra causou enormes danos à infraestrutura e à economia espanhola. O país enfrentou pobreza, escassez de recursos e dificuldades econômicas durante muitos anos após o conflito.

O impacto cultural, a guerra e a repressão franquista afetaram a produção cultural na Espanha. Muitos artistas, escritores e cineastas enfrentaram censura ou exílio, o que levou a uma perda significativa de produção cultural durante o regime. Influência Internacional, a Guerra Civil Espanhola foi vista como um prelúdio para a Segunda Guerra Mundial, atraindo a atenção internacional e a intervenção de potências como a Alemanha nazista e a União Soviética. Isso despertou um interesse global nas ideologias fascistas e socialistas.

Memória Histórica, a guerra deixou uma marca duradoura na memória coletiva da Espanha. O debate sobre a memória histórica e a necessidade de reconhecer as vítimas da guerra e da repressão continua até hoje. Essas consequências moldaram a sociedade espanhola contemporânea e influenciaram o desenvolvimento político e social do país nas décadas seguintes.

II GUERRA MUNDIAL

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito global que ocorreu de 1939 a 1945, envolvendo a maioria das nações do mundo, incluindo todas as grandes potências que se dividiram em duas alianças: os **Aliados** e as **Potências do Eixo** foram as duas grandes coalizões que se enfrentaram na **Segunda Guerra Mundial (1939-1945)**, um dos eventos mais significativos e devastadores da história.

- **Aliados:** A aliança foi liderada principalmente pelos Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e China, com o apoio de outros países como França, Canadá, Austrália, Índia e várias nações da América Latina. O objetivo dos Aliados era derrotar as Potências do Eixo, combater a expansão militarista e imperialista, e acabar com regimes totalitários como o nazismo e o fascismo.
- **Potências do Eixo:** As principais potências do Eixo eram a **Alemanha Nazista**, sob a liderança de Adolf Hitler; a **Itália Fascista**, liderada por Benito Mussolini; e o **Império Japonês**, governado pelo imperador Hirohito, com o apoio de outras nações menores, como a Hungria, a Romênia e a Bulgária. Essas potências buscavam expandir seus territórios por meio da guerra e da conquista.

Soldados da Segunda Guerra Mundial.



Fonte: sohistoria.com (2024)

Causas da II Guerra mundial

Entre as causas da Segunda Guerra Mundial incluem o Tratado de Versalhes, que impôs duras penalidades à Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, a ascensão do totalitarismo na Europa, especialmente na Alemanha sob Adolf Hitler e na Itália sob Benito Mussolini, e a expansão militar do Japão na Ásia. As tensões aumentaram quando a Alemanha invadiu a Polônia em 1º de setembro de 1939, levando a Grã-Bretanha e a França a declararem guerra à Alemanha.

Principais eventos:

- Invasão da Polônia (1939): Marcaram o início da guerra na Europa
- Batalha da Grã-Bretanha (1940): A primeira grande campanha militar travada inteiramente por forças aéreas

- Operação Barbarossa (1941): A invasão da União Soviética pela Alemanha, que se tornaria um dos fronts mais sangrentos da guerra
- Ataque a Pearl Harbor (1941): O ataque surpresa do Japão à base naval dos EUA no Havai, que levou os Estados Unidos a entrar na guerra
- Dia D (1944): A invasão aliada da Normandia, que foi um ponto de virada crucial na guerra na Europa

Consequências

A guerra terminou em 1945 com a rendição incondicional das Potências do Eixo. Na Europa, isso se deu em maio, e no Pacífico, após os bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki, em agosto. As consequências da Segunda Guerra Mundial foram profundas, incluindo:

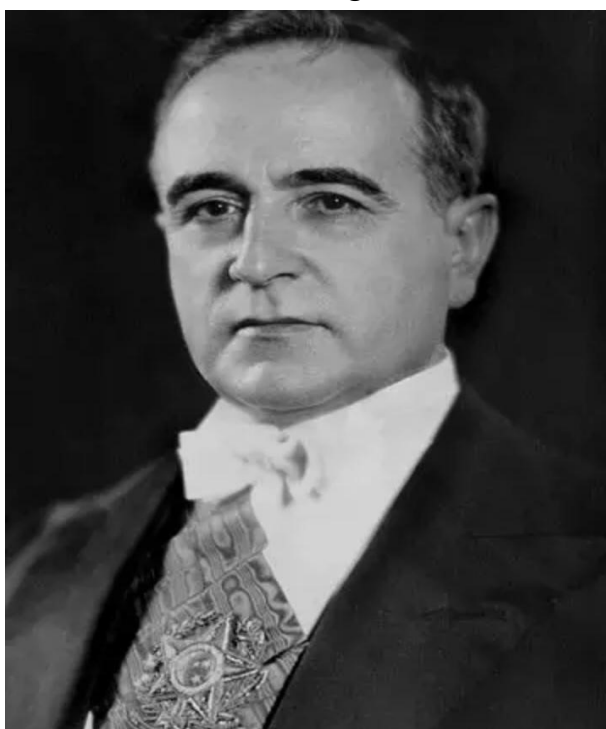
- A criação das Nações Unidas, visando prevenir futuros conflitos globais;
- A divisão da Europa durante a Guerra Fria com a Cortina de Ferro separando o Ocidente do bloco soviético;
- A descolonização em várias partes do mundo, à medida que muitos países buscavam independência do domínio colonial;
- A implementação de tribunais de guerra, como os Julgamentos de Nuremberg, que responsabilizaram líderes nazistas por crimes de guerra e contra a humanidade.

Desta forma, a Segunda Guerra é considerada como uma verdadeira guerra mundial, sendo uma consequência de um conjunto de continuidades e questões mal resolvidas pelos tratados de paz estabelecidos após a Primeira Guerra Mundial. Os confrontos foram divididos entre duas grandes coalizões militares: os Aliados, liderados por Estados Unidos, Inglaterra, França e União Soviética; e o Eixo, composto pela Itália, Alemanha e Japão. Em consequência de suas maiores dimensões, os conflitos foram desenvolvidos na Europa, Norte da África e países do Oceano Pacífico.

A ERA VARGAS

A Era Vargas refere-se ao período da história do Brasil em que Getúlio Vargas ocupou a presidência, de 1930 a 1945, com duas fases principais: o governo provisório (1930- 1934), o governo constitucional (1934-1937), o Estado Novo (1937-1945) e a redemocratização em 1945.

Getúlio Vargas



Fonte: educamaisbrasil.com (2024)

Ascensão ao Poder

Getúlio Vargas chegou ao poder após a “Revolução de 1930”, que resultou na deposição do presidente Washington Luís. Ele assumiu como chefe de um governo provisório e buscou implementar reformas que modernizassem o país.

Governo provisório (1930-1934)

Durante essa fase, Vargas adotou medidas para centralizar o poder e promover a industrialização. Criou o Ministério do Trabalho, Indústria e

Comércio e instituiu leis trabalhistas, como a criação da Justiça do Trabalho e a regulamentação da jornada de trabalho.

Governo constitucional (1934-1937)

Vargas convocou uma Assembleia Constituinte que resultou na Constituição de 1934, que ampliou os direitos sociais e políticos. Contudo, o governo enfrentou crescente oposição e instabilidade política, levando Vargas a buscar um regime mais autoritário.

Estado Novo (1937-1945)

Em 1937, Vargas instaurou o Estado Novo, um regime ditatorial que lhe conferiu poderes extraordinários. Ele fechou o Congresso, censurou a imprensa e reprimiu os opositores políticos. Durante essa fase, Vargas implementou políticas de nacionalismo econômico e incentivo à industrialização, além de promover a integração da economia nacional.

II Guerra Mundial

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil inicialmente adotou uma posição neutra, mas, em 1942 declarou guerra às Potências do Eixo e enviou tropas para lutar na Itália, o que fortaleceu o prestígio de Vargas.

Redemocratização (1945)

Com o fim da guerra e a pressão por democratização, Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945. O período da Era Vargas deixou um legado significativo, incluindo avanços nas leis trabalhistas e na industrialização do Brasil, além de influenciar a política e a sociedade brasileira nas décadas seguintes.

A Era Vargas é frequentemente lembrada por suas contribuições à modernização do Brasil, mas também por seus aspectos autoritários e

populistas, além da polarização política que gerou.

O MUNDO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O mundo pós-Segunda Guerra Mundial, que se iniciou em 1945, foi marcado por profundas transformações políticas, sociais e econômicas. Após a Segunda Guerra, a Europa entrou em declínio e os EUA se consolidaram como principal potência ao lado da URSS, formando o **mundo bipolar**, sendo o primeiro **capitalista** e o segundo **socialista**.

Criação da organização das nações unidas (ONU)

Em 1945, a ONU foi fundada com o objetivo de promover a paz, a segurança e a cooperação internacional. A organização busca prevenir conflitos e garantir os direitos humanos desempenhando um papel fundamental na diplomacia global.

Guerra fria

O mundo se dividiu em duas superpotências: os Estados Unidos e a União Soviética. A tensão entre os dois blocos levou à **Guerra Fria**, caracterizada por rivalidades ideológicas, políticas e militares, sem um confronto direto. Isso resultou em conflitos indiretos, como a Guerra da Coreia e a Guerra do Vietnã.

Descolonização

Após a guerra, muitos países na Ásia, África e Caribe buscaram independência do colonialismo europeu. O processo de descolonização foi marcado por lutas, movimentos de independência e a formação de novos estados soberanos alterando o equilíbrio de poder global.

Reconstrução da Europa

A Europa, devastada pela guerra, passou por um processo de reconstrução. O Plano Marshall, implementado pelos Estados Unidos,

forneceu ajuda financeira para a recuperação dos países europeus, promovendo a estabilização econômica e a integração europeia.

Avanços tecnológicos e científicos

O pós-guerra também foi um período de inovações tecnológicas, incluindo o desenvolvimento da energia nuclear, avanço na medicina (como vacinas) e progresso em eletrônica e computação, que moldaram a vida moderna.

Movimentos de direitos civis

Na década de 1960, surgiram movimentos em diversas partes do mundo, incluindo os Estados Unidos, em busca de direitos civis e sociais, igualdade racial e justiça social, resultando em mudanças significativas nas legislações e nas atitudes sociais.

Integração europeia

A criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951 e, posteriormente, da Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1957, representou os primeiros passos em direção à integração econômica e política na Europa, que culminaria na formação da União Europeia.

Mudanças geopolíticas

O fim da Guerra Fria, com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a dissolução da União Soviética em 1991, trouxe novas dinâmicas geopolíticas, incluindo a ascensão de novas potências, a globalização e o surgimento de desafios como o terrorismo internacional.

O mundo pós-Segunda Guerra Mundial é caracterizado por uma busca contínua por paz, estabilidade e desenvolvimento, refletindo as lições

aprendidas com os horrores do conflito global.

DITADURA MILITAR NA AMÉRICA LATINA

Nas décadas de 1950 e 1960, a América Latina vivenciou uma época de grandes mudanças e esperanças. A modernização econômica e a atração de capitais estrangeiros prometeram crescimento para a indústria e acesso facilitado a bens de consumo para as classes médias, enquanto o operariado vislumbrava melhorias na legislação trabalhista. O sucesso da Revolução Cubana em 1959 alimentou a esperança de transformações sociais no continente. No entanto, o cenário internacional, dominado pela divisão de influência entre Estados Unidos e União Soviética, não favoreceu mudanças radicais. Muitos temiam que as mobilizações populares pudessem desencadear uma revolução socialista. Isso levou à ascensão de regimes militares que, com o apoio de setores civis, estabeleceram ditaduras em vários países latino-americanos, como Brasil (1964), Argentina (de 1976 a 1983) e Chile (1973-1990). Desde o fim dessas ditaduras, busca-se entender e lidar com as marcas e traumas deixados por esse período difícil.

Caça aos estudantes durante a Sexta-feira Sangrenta
Manifestações contra a ditadura realizadas no centro do Rio de Janeiro,
duramente reprimidas pelo regime, em 1º de abril de 1964.



Foto: Evandro Teixeira.

Disponível em: <<https://www.politize.com.br/wp-content/uploads/2017/03/ditadura-militar-brasil-manifestante-policia.jpeg>>. Acesso em: 28 Out 2021.

Fonte: <https://ims.com.br/eventos/ditaduras-em-foco-pratica-fotografica-em-regimes-de-excecao-na-america-latina-2023/>

Nos países latino-americanos, setores sociais hegemônicos temiam grandes mobilizações populares que poderiam desencadear revoluções socialistas. Enquanto alguns grupos buscavam mudanças, outros tentavam impedi-las. Nesse cenário, alianças entre militares e civis levaram à criação de regimes militares, apesar dos protestos e reivindicações sociais. No Brasil, um golpe civil-militar em 1964 resultou na instalação de uma ditadura. O contexto do golpe envolveu insatisfações militares e civis com o governo de

João Goulart, além da influência dos Estados Unidos temendo uma aproximação do Brasil com a União Soviética. O golpe foi desencadeado em 31 de março de 1964 e culminou com a renúncia de Goulart e a ascensão de um governo militar.

O regime militar brasileiro iniciou com Atos Institucionais que concentraram poderes no Executivo, extinguiram partidos políticos existentes e instauraram uma nova Constituição que aumentou o controle do governo. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado para reprimir a oposição, e a censura à imprensa foi ampliada. O regime militar, que durou 21 anos, deixou marcas profundas na sociedade brasileira e é ainda estudado para entender as consequências dessa época.

- **Argentina**

A história da Argentina no século XX foi marcada por uma série de golpes militares. O primeiro golpe ocorreu em 1930, e até 1983, todos os presidentes argentinos foram militares ou civis apoiados pelas Forças Armadas. Na década de 1970, diante da crise política e econômica, o general Alejandro Lanusse iniciou um processo de abertura política, levando à eleição de Héctor Cámpora em 1973.

Cámpora trouxe de volta o ex-presidente Juan Domingo Perón, que foi sucedido por sua esposa, Isabelita, após a morte de Perón em 1974. Isabelita enfrentou grande oposição e foi deposta por um golpe militar em 1976. O novo regime militar, que durou até 1983, não conseguiu resolver a crise econômica e implementou medidas que beneficiaram setores específicos, resultando em desindustrialização e altos índices de desemprego. A repressão foi brutal, com perseguições a diversos grupos e a instalação de centros de tortura. A "Noite do Lápis", em setembro de 1976, foi um dos episódios mais emblemáticos, envolvendo o sequestro e desaparecimento de adolescentes. Apesar da repressão, surgiram movimentos de resistência, como as Madres de Plaza de Mayo, fundadas em

1977, que buscavam informações sobre os desaparecidos. Outro grupo, as Abuelas de Plaza de Mayo, procurou crianças sequestradas e adotadas durante a ditadura, identificando 119 até 2016.

Avós da Praça de Maio protestam contra a lei de Obediência Devida na frente do Congresso Nacional.



Fonte: <https://www.generonumero.media/reportagens/na-argentina-movimentos-de-mulheres-impulsionaram-condenacao-de-crimes-sexuais-da-ditadura-militar/> | Foto: Abuelas de Plaza de Mayo

A Guerra das Malvinas em 1982, sob o governo de Leopoldo Galtieri, foi um fracasso militar para a Argentina e aumentou a pressão sobre o regime. Em 1983, Raúl Alfonsín foi eleito presidente e iniciou o processo de redemocratização, enfrentando resistência militar e uma grave crise econômica. Alfonsín conseguiu transferir o poder para o peronista Carlos Menem em 1989, mas a Argentina ainda enfrenta desafios econômicos relacionados à gestão militar anterior.

- **Chile**

O Chile manteve uma estabilidade política considerável desde sua independência até poucos anos antes do golpe militar de 1973. Durante o governo do democrata-cristão Eduardo Frei (1964-1970), os movimentos sociais ganharam força, aumentando a influência política dos partidos de esquerda. No final de 1969, agrupamentos de esquerda se uniram para apoiar Salvador Allende, que venceu as eleições presidenciais de 1970, liderando a Unidade Popular (UP).

O sistema eleitoral chileno exigia que, se nenhum candidato obtivesse maioria absoluta, o vencedor do pleito popular fosse aprovado pelo Parlamento. Apesar das tentativas da direita de barrar a eleição de Allende, o Congresso ratificou sua vitória, e ele assumiu a presidência em um contexto de Guerra Fria dominado pela influência dos EUA. O projeto de Allende visava profundas reformas sociais e econômicas em direção ao socialismo, o que despertou tanto interesse quanto receio internacional.

O governo de Allende enfrentou resistência interna e externa. Muitos temiam que suas reformas sociais e econômicas desestabilizassem o país. Pressões contra o governo cresceram rapidamente, com a redução de investimentos estrangeiros e a crise econômica. As Forças Armadas, inicialmente distantes da política, prepararam-se para um golpe em setembro de 1973, um golpe militar liderado por Augusto Pinochet derrubou Allende. As Forças Armadas ocuparam rádios, o Parlamento, e bombardearam o Palácio de La Moneda. Allende foi cercado e cometeu suicídio. O novo regime militar, apoiado por governos como o do Brasil e com colaboração dos EUA, instaurou um período de repressão brutal. O Estádio Nacional do Chile transformou-se em uma grande prisão política, e os opositores do regime foram perseguidos e torturados.

A repressão também atingiu estrangeiros exilados no Chile. Pinochet reestruturou as Forças Armadas e implementou uma política

econômica de reformas liberais, incluindo a privatização de setores estatizados e a atração de empresas de alta tecnologia. O regime de Pinochet, após uma primeira tentativa de prolongar seu governo por mais oito anos, foi derrotado em um plebiscito em 1988. A transição para a democracia começou com a eleição de Patricio Aylwin em 1989. Após o fim das ditaduras, comissões da verdade foram estabelecidas na Argentina, Chile e Brasil para investigar e documentar os abusos durante os regimes militares, com foco na responsabilização dos responsáveis e na promoção da justiça.

O texto analisa os regimes militares no Brasil, Argentina e Chile, destacando a complexidade e as diferenças entre eles, e questiona se a coincidência das intervenções militares na América Latina foi apenas um acaso. Vários estudiosos oferecem explicações para o militarismo na região: alguns apontam para uma tradição autoritária herdada da Península Ibérica, enquanto outros acreditam que os regimes militares buscavam promover o desenvolvimento econômico reprimindo movimentos de contestação. Também há a hipótese de que os golpes foram incentivados pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria para combater projetos de esquerda e manter controle econômico e geoestratégico.

O texto ressalta que o militarismo na América Latina não pode ser explicado por uma única causa e que, embora a influência norte-americana e a simultaneidade dos regimes militares tenham sido significativas, cada país teve experiências históricas próprias. A Argentina, o Chile e o Brasil, após o fim das ditaduras, estabeleceram Comissões da Verdade para investigar as violações dos direitos humanos e responsabilizar os criminosos. Na Argentina, a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep) revelou milhares de depoimentos e identificou dezenas de centros de tortura. No Chile, a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação e, posteriormente, a Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura documentaram abusos e reconheceram milhares de vítimas. No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011, examinou violações de direitos humanos desde 1946 e identificou centenas de vítimas e

responsáveis por crimes durante a ditadura civil-militar.

GUERRA DO GOLFO (1990 – 1991)

A guerra do golfo foi o conflito causado pela invasão do Iraque a terras do Kuwait. Após a Revolução Iraniana de 1979, que transformou o país em uma teocracia, o Iraque foi o maior responsável no oriente médio por conter a influência do Ira. Diversas nações apoiaram o Iraque no seu ataque em 1980, como: Estados Unidos, Reino Unido e França, que financiaram armas e treinamentos. Países como Kuwait e Arábia Saudita forneceram dinheiro para o Iraque, mas nada disso adiantou, o conflito Iraque-Ira terminou em um empate, nenhum conseguiu se impor no conflito.

O Iraque saiu enfraquecido economicamente, diplomaticamente e militarmente. O plano do governante do país, Saddam Hussein, era tornar o país a maior potência do Oriente Médio através da venda do petróleo. Mas o Emirados Árabes Unidos e Kuwait despencaram o preço do barril de "U\$21,00 para U\$11,00."

O Kuwait também passou a cobrar o empréstimo feito ao Iraque, mas Saddam não queria pagar, pois entediou que lutou uma guerra de todos. Também acusou o governo do Kuwait de roubar petróleo do país e passou a querer indenização. O Estados Unidos tentou mediar, mas sem sucesso, o conflito entre ambos. Em 2 de agosto de 1990, tropas do Iraque conquistaram o Kuwait por ele ser um país pequeno em 12 horas, e a família real do Kuwait foi se refugiar no Arábia Saudita. Um dos maiores aliados da Arábia Saudita é o Estados Unidos, que passou a querer uma intervenção estrangeira no país e também aplicou embargos.

Aconteceu então a Operação Desert Storm, que consistiu em ataques aéreos por 42 dias. Fazendo assim as tropas iraquiana ser retirarem do país, mas antes incendiaram 700 poços de petróleo, dando um prejuízo de um bilhão ao Kuwait.

GRUPOS EXTREMISTAS E O TERRORISMO NO MUNDO

Os principais grupos terroristas no mundo na atualidade:

- Al-Qaeda (fundado por Osama Bin Laden em 1988)
- Boko Haram (fundado pelo líder religioso Mohammed Yusuf, em 2002)
- Estado Islâmico da Síria e do Iraque (uma ramificação da Al-Qaeda que surgiu em 2014)
- Talibã (fundado em 1994)

Bandeira do Talibã ¹



Fonte: Mundo Educação (2024).
<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/taliba.htm>

Disponível:

¹ Bandeira do Talibã foi estopim de manifestação no Afeganistão. Movimentos contra a ação membros do grupo extremista, que trocaram a bandeira do Afeganistão por uma do Talibã em um monumento na cidade (Mundo Educação, 2024. Disponível: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/taliba.htm>).

Grupos terroristas são pessoas que se juntam em prol de um projeto político teocrático ou não, que usam violência e ataques a pessoas que se põem contra isso. A maioria se encontra na Ásia, Oriente Médio e África, mas também em países da Europa como a Irlanda.

Alguns grupos possuem ramificações em diversos países e não se limitam apenas ao seu território, podendo também estar presentes na internet com o objetivo de captar mais pessoas para o seu projeto.

NOVA CONJUNTURA POLÍTICO ECONÔMICO MUNDIAL: CRISE NOS EUA, NA EUROPA E A EMERGÊNCIA DA CHINA

Uma crise financeira iniciou no ano de 2008 em Wall Street. O neoliberalismo fracassou na tentativa de melhoria na qualidade de vida e distribuição de renda para a população.

Dificuldades enfrentadas em expandir:

- Empregos
- Salários e rendas para os mais pobres

As maiores economias no mundo eram os Estados Unidos e a China, que ambos juntos correspondem mais da metade do PIB do mundo. Mesmo com a crise, os EUA foram crescendo. A China é a segunda maior economia do mundo, que teve quatro décadas de crescimento econômico.

* Apresentando-se cada vez mais como uma economia moderna, fortemente baseada na indústria e no setor de serviços e avançando nos estágios mais avançados das cadeias de valor globais, a China sentiu os efeitos adversos da crise principalmente por meio de uma queda na demanda global por suas exportações. O país enfrentou os desafios por meio de uma forte alavancagem financeira e, em seguida, a sinalização de entrada do país em um novo ciclo de crescimento baseado em taxas mais baixas de

crescimento do PIB e expansão do consumo, o chamado New Normal (Ribeiro, 2018, p 13)

MOVIMENTOS SOCIAIS E DEFESA DOS DIREITOS CIVIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Chamamos de movimentos sociais as mobilizações populares em torno da luta por direitos e justiça social, caracterizadas por ações coletivas realizadas por grupos que têm como objetivo defender uma causa social específica. Esses grupos geralmente são compostos por pessoas que enfrentam exclusão ou discriminação devido ao gênero, classe social, sexualidade ou etnia. Ao se unirem, esses indivíduos buscam visibilidade e justiça, e reivindicam direitos fundamentais para garantir igualdade e respeito.



Fonte: Brasil Escola/UOL – 2024

Os movimentos sociais desempenham um papel crucial na democracia, sendo responsáveis por promover a ampliação dos direitos e a

inclusão de diversos grupos sociais. Eles ajudam a chamar a atenção para questões negligenciadas ou marginalizadas, mobilizando a sociedade e pressionando o governo a adotar políticas públicas mais justas e equitativas. Ao longo da história, movimentos como os de direitos civis, feministas, LGBTQIA+, antirracistas e ambientais têm sido fundamentais para o avanço de direitos e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

São exemplos de Movimentos Sociais na contemporaneidade:

- Antirracista
- Feminista
- Ambientalista
- LGBTQ+

Símbolo do feminismo



Fonte: Brasil Escola (2024). Disponível: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-feminismo>.

O BRASIL NO SÉCULO XXI

O Brasil no cenário da Globalização Capitalista

As elites empresariais, que governavam a política brasileira em parceria com a elite política no poder, moldaram, na segunda metade dos anos 1950 e durante a ditadura militar, um discurso que buscava envolver diversos outros setores da sociedade em seu projeto de modernização. Em uma postura característica de nações em desenvolvimento, ou seja, de capitalismo periférico, estabeleciam metas para superar o atraso produtivo e os obstáculos herdados de séculos de subordinação colonial e dependência, tendo como referência os países capitalistas centrais.

O projeto de ascensão como potência emergente internacional baseava-se em justificativas frágeis para as grandes obras, no elevado gasto de recursos e na obtenção da cooperação da sociedade para assegurar a manutenção da unidade nacional.

A partir do fim dos anos 1950, multinacionais começaram a se estabelecer no país, consolidando e fortalecendo a conexão entre o capitalismo nacional e o internacional. No final da década de 1980, entretanto, a política industrial de substituição de importações, com ou sem a participação dos grandes conglomerados capitalistas internacionais, começou a revelar suas limitações, esgotando-se rapidamente.

Luiz Inácio Lula da Silva, então líder dos metalúrgicos da região do ABC, durante assembleia aos trabalhadores no Paço Municipal, em São Bernardo do Campo (SP)



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2020/10/>

Um dos pontos mais críticos dessa política industrial era a queda na produtividade, já que o mercado externo, cada vez mais competitivo e exigente de alta qualidade a baixo custo, pressionava o modelo nacional e suas elevadas tarifas protecionistas. Se, por um lado, essas tarifas protegiam as elites empresariais da concorrência dos produtos estrangeiros, por outro lado, ampliavam o atraso tecnológico, tornando mais difícil competir e assegurar algum nível de desenvolvimento. Além da falta de capital nacional próprio, o aumento da instabilidade e a desorganização econômica afastavam investidores e enfraqueciam a credibilidade do país no cenário internacional. O afastamento entre o modelo desenvolvimentista brasileiro e a vanguarda capitalista global resultava, principalmente, de profundas e significativas transformações internacionais associadas ao avanço tecnológico promovido pela Terceira Revolução Industrial.

Ao mesmo tempo, crescia a força de uma ideologia contrária ao

Estado intervencionista e protecionista, promovendo a defesa do "Estado mínimo", subordinado à economia de mercado e focado em atrair investimentos internacionais. Assim, o neoliberalismo foi adotado. A adesão a essa corrente também foi resultado dos fracos resultados desenvolvimentistas no final da década de 1980, quando o avanço da globalização colocou em dúvida o modelo de desenvolvimento econômico do Brasil. Segundo alguns economistas e líderes políticos, em uma era de capitalismo globalizado, manterem-se apegado a um modelo protecionista e nacional-desenvolvimentista deixava o país à margem dos grandes fluxos de capitais internacionais, da modernização tecnológica e da competitividade produtiva global.

O governo de José Sarney (1985-1990)

Os primeiros passos para a redemocratização foram marcados pela eleição indireta de Tancredo Neves, que, no entanto, foi internado às vésperas de sua posse, em 14 de março de 1985, deixando o vice, José Sarney, assumir interinamente a presidência. Tancredo, o primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura militar, faleceu em 21 de abril devido a uma infecção após cirurgia. Seu cortejo fúnebre em São Paulo, seguido por cerca de 1 milhão de pessoas, refletiu as esperanças da sociedade brasileira em seu governo e na nova democracia.

A conjuntura política era caracterizada por incerteza e esperança, mas também pela deterioração econômica, no auge da crise da dívida externa. A redemocratização levou a população a acreditar que os problemas do país eram resultado exclusivo da má gestão dos últimos governos militares, uma ideia reforçada por intelectuais, pela imprensa e pelos partidos de oposição (PMDB, PDT e PT). Contudo, os desafios enfrentados eram mais profundos, enraizados em práticas históricas paternalistas. A presidência de José Sarney, que havia apoiado os governos militares e mudado de posição apenas em 1984, revelou as limitações do novo regime. Originário do Maranhão e

associado a políticos tradicionais, Sarney teve de lidar com uma grave crise econômica e uma desigualdade crescente, ao mesmo tempo em que tentava inserir o Brasil em uma economia globalizada, sem ameaçar os privilégios dos grupos políticos ao seu redor, especialmente do PFL e do PMDB.

●Economia

Logo no início do governo Sarney, Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, destacou-se como uma figura proeminente, e o partido teve um papel central no novo governo, incluindo ministérios na área econômica. Dílson Funaro foi nomeado ministro da Fazenda e reuniu uma equipe de economistas críticos ao modelo econômico anterior. Assim, foi elaborado o Plano Cruzado, divulgado em 1º de março de 1986, com o objetivo de combater a inflação sem comprometer o crescimento econômico, desconsiderando a recessão como solução devido às desigualdades sociais. Em um contexto de alta inflação, a prática de reajuste de preços com base na inflação passada era comum. Para enfrentar isso, foram implementadas medidas heterodoxas, como o congelamento de preços por um ano e um imediato reajuste salarial, além da determinação de que os futuros reajustes salariais fossem realizados quando a inflação fosse controlada.

Os primeiros resultados do Plano Cruzado foram notáveis: os preços ao consumidor se mantiveram congelados, e a população, incentivada pelo presidente a fiscalizar, mostrou grande adesão ao plano. A inflação caiu de 15% em fevereiro de 1986 para números negativos em abril, com a expectativa de que o capital fosse redirecionado para o setor produtivo e os salários aumentassem, levando a uma modesta distribuição de renda e crescimento no consumo de produtos básicos.

Entretanto, essa situação favorável não perdurou. A queda na rentabilidade dos fundos de poupança e a sensação de segurança geral impulsionaram um aumento acelerado no consumo, enquanto os preços congelados desestimulavam a produção, resultando em desabastecimento.

O surgimento do ágio, com mercadorias vendidas a preços congelados, mas acrescidas de um valor adicional, sinalizava o retorno da inflação. Quando os desequilíbrios começaram a surgir, o governo manteve o congelamento de preços, focando em ganhos políticos para as eleições de 1986. Foram implementadas medidas populares contra empresários acusados de conspirar contra a economia; no caso da carne, o preço do boi ficou congelado, levando à escassez nos açougues e à mobilização do Exército para confiscar bois.

- **Política**

O evento político mais significativo do período foi a convocação da Assembleia Constituinte, eleita em 1986, juntamente com as eleições para governo estadual e Assembleia Legislativa. O presidente Sarney adiou qualquer alteração no Plano Cruzado para preservar sua popularidade. Nas eleições de novembro, a aliança PMDB-PFL conquistou uma vitória expressiva, garantindo a maioria na Constituinte e todos os governos estaduais. Após um ano e meio de debates, a nova Constituição foi promulgada em outubro de 1988, apresentando as seguintes características:

- Democracia liberal com separação dos três poderes e eleições diretas para todos os cargos executivos e legislativos, prevendo dois turnos para os cargos mais importantes;
- Voto obrigatório para cidadãos entre 18 e 70 anos; facultativo para analfabetos, jovens de 16 a 18 anos e pessoas com mais de 70;
- Fim da censura prévia, com garantia do direito de greve e liberdade sindical;
- Nacionalismo econômico, reservando atividades para empresas nacionais;
- Intervenção do Estado na economia, assumindo funções reguladoras e gerenciadoras;
- Amplo assistencialismo social e garantia dos direitos trabalhistas;

- Descentralização administrativa e financeira, impactando estados e municípios;
- Disposições específicas sobre os direitos das crianças e adolescentes.

O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992)

Durante sua campanha, Fernando Collor prometeu modernizar o Brasil com políticas neoliberais, defendendo a redução do papel do Estado, o livre mercado, privatizações e o fim dos subsídios. Ao assumir a presidência, lançou o Plano Collor, que combinava elementos monetaristas e heterodoxos. Esse plano trouxe de volta o cruzeiro como moeda, congelou preços, gradualmente liberou os salários e confiscaram valores em contas bancárias superiores a 50 mil cruzeiros, com promessa de devolução após 18 meses. Também implementou cortes nos gastos públicos, demissões no setor governamental, aumentou impostos, promoveu privatizações e reduziu tarifas de importação, buscando tornar a economia mais competitiva e controlar a inflação.

Nos primeiros meses, o Plano Collor conseguiu reduzir a inflação e o consumo, mas rapidamente o Brasil entrou em recessão, com queda na atividade industrial e um aumento preocupante do desemprego. Em 1991, o Plano Collor II foi implementado para tentar controlar a inflação, com medidas como congelamento de preços e salários e elevação das taxas de juros, mas também fracassou. Em outubro, surgiram denúncias de corrupção envolvendo Paulo César Farias, aliado de Collor, que pressionava estatais para beneficiar grupos privados. Em 1992, investigações expuseram o "esquema PC", no qual empresários pagavam por favores do governo, e os recursos eram desviados para contas no exterior e depois repassados a membros do governo, incluindo a família de Collor.

O presidente Collor, que defendia austeridade com cortes de gastos e aumento do desemprego, foi acusado de viver luxuosamente com dinheiro obtido de forma ilegal. A sociedade se mobilizou pelo impeachment,

enquanto Paulo César Farias, envolvido no escândalo, fugiu do país, sendo preso em 1993 e assassinado em 1996. Ignorando a crescente insatisfação popular, Collor convocou uma manifestação a seu favor, mas a população foi às ruas para exigir sua saída. Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados aprovou seu impeachment por ampla maioria, e Itamar Franco assumiu a presidência. A minissérie "Anos Rebeldes" inspirou a juventude a liderar o movimento anti-Collor, evidenciando o papel da televisão na política e na construção da identidade nacional.

O governo de Itamar Franco (1992-1995)

A imagem tranquila de Itamar Franco conquistou a simpatia popular enquanto o repúdio a Collor aumentava. Uma coalizão de partidos, com destaque para o PSDB, passou a apoiar o novo presidente. Apesar da inflação ainda fora de controle, houve avanços na gestão da dívida externa, beneficiados pela moratória e pela securitização da dívida, apoiada pelos EUA. Em 1994, o Brasil alcançou um crescimento econômico de quase 5%, o melhor desde os anos 1980. Em fevereiro de 1994, o governo lançou o Plano Real, sob a liderança do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, como parte de um amplo programa de estabilização econômica.

O Plano Real instituiu o real como uma moeda forte por meio de duas medidas principais: o fim da indexação, que eliminou o repasse automático da inflação para salários e contratos, e a vinculação da moeda ao dólar, permitindo a emissão de novos reais apenas se houvesse um montante equivalente de dólares no Banco Central. Inicialmente, o câmbio fixou o dólar em 90 centavos de real, que depois passou a ser igual a 1 real. O Banco Central assegurava o valor do real intervindo no mercado quando necessário, vendendo dólares. O sucesso do plano dependia das reservas de dólares, mantidas por taxas de juros elevadas que atraíam investimentos estrangeiros.

A especulação financeira cresceu consideravelmente, ameaçando a valorização da moeda nacional e sendo considerada uma fraqueza do Plano

Real. Em 1994, a desvalorização da moeda mexicana resultou na fuga de capital especulativo de países latino-americanos como Brasil e Argentina, quase levando suas economias ao colapso. Paralelamente, o Plano Real promoveu uma nova abertura econômica às importações, em consonância com princípios neoliberais, com o governo justificando essa medida como uma forma de reduzir a inflação e aumentar a eficiência industrial. Embora a inflação tenha diminuído em curto prazo, a eficiência da indústria brasileira melhorou apenas de maneira limitada. O efeito mais negativo foi o aumento das falências e do desemprego, exacerbado pelas altas taxas de juros que dificultavam a sobrevivência de empresas em crise. Mesmo diante da recessão, o governo destacava a queda da inflação como um grande êxito do plano.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da República, impulsionado pelo êxito do Plano Real. A inflação havia alcançado níveis alarmantes, ultrapassando 4.800% ao ano entre março de 1989 e março de 1990, tornando o combate à inflação uma meta nacional essencial. O insucesso dos governos anteriores em lidar com esse problema, geralmente por meio de medidas populistas, acentuou essa urgência. Ao longo de seus oito anos de presidência, Fernando Henrique dedicou-se a manter o combate à inflação como seu principal objetivo e trunfo.

●Economia

A manutenção de uma moeda forte dependeria da entrada de um grande volume de dólares no país. Se o fluxo de dólares se mantivesse constante, o governo poderia administrar suas reservas para garantir a cotação do real e seu poder de compra. A entrada de moeda estrangeira ocorreria de duas maneiras: através do capital produtivo e do capital

especulativo. O capital produtivo refere-se aos recursos que empresas estrangeiras investem no país para desenvolver atividades produtivas, como na indústria e serviços. Já o capital especulativo busca vantagens financeiras sem necessariamente trazer benefícios para o local do investimento, caracterizando-se como parasitário. Um exemplo disso é o investimento na compra de títulos, onde o retorno é obtido por meio de taxas de juros: quanto mais altas as taxas, mais atrativo se torna o investimento, resultando em maior entrada de capital especulativo no país.

- **Política**

A política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, caracterizada pela desregulamentação e privatizações, se alinhou ao modelo neoliberal. O governo buscou equilíbrio fiscal, respeitando os limites de gastos por meio da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, o comprometimento com a elevada dívida impediu investimentos significativos na redução do déficit social, aumentando a vulnerabilidade da economia à dependência de capital estrangeiro. No final de seu mandato, as exportações cresceram, especialmente após a desvalorização cambial em 2001, resultando em saldos comerciais favoráveis, o melhor desde os anos 1980. A produção de petróleo também ajudou nesse fortalecimento. Por outro lado, a desvalorização trouxe o risco de inflação, com o aumento dos preços de produtos importados e a escassez de alguns itens no mercado interno.

A política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso priorizou a atração de poupança externa em resposta à escassez de poupança interna, uma estratégia criticada por muitos como "ingênuo e provinciana". Isso resultou em uma maior dependência de capitais externos e em desigualdades sociais persistentes, limitando o crescimento econômico. Para enfrentar a volatilidade dos recursos internacionais, o governo buscou apoio do FMI, que frequentemente forneceu assistência financeira. Em julho de 1998, o Brasil firmou um acordo de US\$ 41,5 bilhões com o FMI, com o

respaldo do governo dos EUA. Durante crises, como a de 2001, novos pacotes de ajuda foram rapidamente aprovados. A administração priorizou a estabilidade econômica, considerada crucial para possíveis expansões no futuro, mesmo que a médio ou longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIL comunicações S.A. **Porque a África foi o continente ideal para gerar a humanidade**. Disponível: <https://super.abril.com.br/historia/por-que-a-africa-foi-o-continente-ideal-para-gerar-a-humanidade> . Acesso em: 29 jan. 2024.

BLOCH, M. **A sociedade feudal**, trad. Liz Silva, Lisboa, Edições, v. 70, 1987

BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, v. 4, 2007.

BRASIL. **O Mundo Pós-Segunda Guerra: Conflitos e Reordenações**. Direção: Maria de Souza. São Paulo: Canal Futura, 2015.

CARTWRIGHT, M. **Etruscan Civilization**. Disponível em: https://www.worldhistory.org/Etruscan_Civilization. Acesso em: 24 set. 2024.

CARTWRIGHT, M. M. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/Mars/>. Acesso em: 24 set. 2024.

COMUNIDADES primitivas na África, América, Brasil e Maranhão. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (20 min). Publicado pelo canal Plataforma Gonçalves Dias. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ha1oFnY_gR8&t=271s. Acesso em: 15 fev. 2024.

DE OLIVEIRA PAIS, M. A. Considerações em torno do conceito do feudalismo (Considerations around the concept of feudalism). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 2, n. 1, 1978.

DUBY, G.; SARAMAGO, J. **O tempo das catedrais: a arte e a sociedade, 980-1420**. 1979.

ECONOMIA da África. Toda Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/economia-da-africa/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FEITOSA, A. C. **O Maranhão Primitivo: uma tentativa de reconstituição**. Editora Augusta, 1983.

FREEPIK company S. L. Povo étnico das tribos africanas em roupas

tradicionais, conjunto de personagens de desenhos animados. https://br.freepik.com/vetores-premium/povo-etnico-das-tribos-africanas-em-roupas-tradicionais-conjunto-de-personagens-de-desenhos-animados_8229202.htm. Acesso em: 26 jan. 2024.

FREVAS, J. **A Era Vargas: 1930-1945**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

GARCIA, B. Romulus and Remus. Disponível em: https://www.worldhistory.org/Romulus_and_Remus/. Acesso em: 26 jan. 2024.

GAZIER, B. **A crise de 1929**. L&PM Pocket, 2009.

GILL, N. S. Romulus – Roman Mythology about founding and first king of Rome. Disponível em: <https://www.thoughtco.com/romulus-roman-mythology-119619>. Acesso em: 26 jan. 2024.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

GUIDON, N. **Uma Nova Pré-História da América do Sul**. Editora Vozes, 1992.

HOBSBAWM, E. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 39, n. 1, p. 23-40, 1996.

HOBSBAWN, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLÉSIAS, F. **A revolução Industrial**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

KARNAL, L. (org.) **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2008.

KI-ZERBO, J. et al. **História Geral da África–Vol. I–Metodologia e pré-história da África**. Unesco, 2010.

LANGLOIS, C. V.; SEIGNOBOS, C. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.

LIMA, A. **As Transformações Geopolíticas no Mundo Pós-Segunda Guerra**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

LIMA, O. **O movimento da independência, 1821-1822**. Comp. melhoramentos de S. Paulo, Weiszfolg irmãos incorporado, 1922.

LORENZO, M. Thomas More e Thomas Wolsey: Fidelidade Religiosa versus Corrupção! In: Ideias Fora da Caixa. [S. l.], 25 jan. 2024. Disponível em: <https://marianaplorenzo.wordpress.com/2010/12/10/thomas-more-e-thomas-wolsey-fidelidade-religiosa-versus-corrupcao/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MOTTA, R. **A Luta das Mulheres no Brasil: História e Perspectivas**. São Paulo: Editora Pão e Rosas, 2014.

NAVARRO, R. F. A evolução dos materiais. parte1: da pré-história ao início da era moderna. **Revista eletrônica de materiais e processos**, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2006.

PIOVESAN, F. P. **Direitos Humanos: Uma Abordagem Multidisciplinar**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

POVOS indígenas: história, cultura e lutas. Fundo Brasil. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/povos-indigenas-historia-cultura-e-lutas/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

PRADO JR., C. **A Formação das Américas: Inglaterra e América do Norte**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

PRADO, M. L. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2018.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**. Companhia das Letras, 1995.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. II. p. 44.

SOUZA, J. A. Cidadania no Século XXI. São Paulo: Editora Moderna, 2010.

TAVARES, A. L. Feminismo e História: Uma Introdução. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

VARNHAGEN, F. A. de. História da independência do Brasil (1ª edição: 1916). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. História geral e do Brasil. 2º edição. São Paulo: Editora Scipione, 2013.

ZIERER, A.; VIEIRA, A. L. B. História Antiga e Medieval: conflitos sociais, guerras e relações de gênero: representações e violência. São Luís: UEMA, 2017.



LISTA

DE EXERCÍCIOS

LISTA DE EXERCÍCIOS

1. (Enem 2015) Os nossos ancestrais dedicavam-se à caça, à pesca e à coleta de frutas e vegetais, garantindo sua subsistência, porque ainda não conheciam as práticas de agricultura e pecuária. Uma vez esgotados os alimentos, viam-se obrigados a transferir o acampamento para outro lugar.

O texto refere-se ao movimento migratório denominado:

- A) sedentarismo.
- B) transumância.
- C) êxodo rural.
- D) nomadismo.
- E) pendularismo

2. (UFU/MG) Os fenícios, na Antiguidade, foram conhecidos, sobretudo, por suas atividades ligadas:

- a) À propagação do monoteísmo.
- b) Ao comércio marítimo.
- c) Ao expansionismo militarista.
- d) À criatividade científica.
- e) À agricultura intensiva.

3. (ENEM - 2013) Durante a realeza e nos primeiros anos da República, as leis eram transmitidas oralmente de uma geração para outra. A ausência de uma legislação escrita permitia aos patrícios manipular a justiça conforme seus interesses. Em 451 a.C., porém, os plebeus conseguiram eleger uma comissão de dez pessoas — os decênviros — para escrever as leis. Dois deles viajaram a Atenas, na Grécia, para estudar a legislação de Sólon. (CCOULANGES, F. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2000)

A superação da tradição jurídica oral no mundo antigo, descrita no texto, esteve relacionada à:

- a) O adoção do sufrágio universal masculino.
- b) O extensão da cidadania aos homens livres.
- c) O afirmação de instituições democráticas.
- d) O implantação de direitos sociais.

e) tripartição dos poderes políticos.

4. (UEA 2024) Calcula-se que, no século I a.C., os escravizados constituíam cerca de 30% de toda a população da península itálica. Imigrados à força, eles ocuparam as cidades em todos os ofícios. Mas foi no campo que sua utilização foi mais intensa. A falta de direitos desses indivíduos, a possibilidade de sua total opressão, seu trabalho em equipe, sua falta de família para alimentar, permitiram um aumento notável da exploração do excedente de trabalho. (Norberto Luiz Guarinello. *História Antiga*, 2020. Adaptado.)

No contexto da expansão territorial da República romana, o excerto apresenta características de uma sociedade

- a) escravista
- b) militarista
- c) imperialista
- d) multicultural
- e) urbana

5. (FUVEST 2012) A palavra “feudalismo” carrega consigo vários sentidos. Dentre eles, podem-se apontar aqueles ligados a

- a) sociedades marcadas por dependências mútuas e assimétricas entre senhores e vassalos.
- b) relações de parentesco determinadas pelo local de nascimento, sobretudo quando urbano.
- c) regimes inteiramente dominados pela fé religiosa, seja ela cristã ou muçulmana.
- d) altas concentrações fundiárias e capitalistas.
- e) formas de economias de subsistência pré-agrícolas.

6. (FACASPER 2015) “Em suas 95 Teses (1517), Lutero condenava as indulgências, pois elas forneciam aos pecadores uma falsa segurança. Para ele, o que salva o homem é somente a fé. Nos séculos XVI e XVII, aos olhos de mercadores, artesãos, soldados e camponeses, a Bíblia traduzida para uma linguagem familiar e acessível ao fiel, sem cortes e sem precisar da mediação de intérpretes, significava poder encontrar o que buscavam avidamente: um Deus vivo, fraterno e humano para com suas fraquezas.”(Silvia Patuzzi. Adaptado).

Com a tradução da Bíblia, Lutero tinha por objetivo

- a) valorizar, por meritocracia, as ações dos fiéis por meio de penitências.
- b) lutar contra os abusos da Igreja Católica e o poder exercido pelo clero.
- c) negar o sacrifício de Cristo em prol do virtuosismo humano do fiel.
- d) compreender e aceitar o pecado como parte da natureza humana.
- e) estimular a venda de indulgências e o direito de sentar ao lado de Deus.

7. (Udesc 2018) Leia o texto a seguir:

“Todo poder vem de Deus. Os governantes, pois, agem como ministros de Deus e seus representantes na terra.

Consequentemente, o trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus.

Resulta de tudo isso que a pessoa do rei é sagrada, e que atacá-lo de qualquer maneira é sacrilégio. (...)

O poder real é absoluto. O príncipe não precisa dar contas de seus atos a ninguém.” (Jaques-Bénigne Bossuet, 1627-1704)

Assinale a alternativa que apresenta a forma de governo à qual o trecho se refere.

- a) Democracia representativa
- b) Monarquia constitucional
- c) Absolutismo monárquico
- d) República monarquista
- e) Monarquia populista religiosa

8. (Enem 2023) Os séculos XV e XVI, quando se vão desmoronando as estruturas socioeconômicas da Idade Média perante os novos imperativos da Época moderna, constituem um momento-chave na história florestal de toda a Europa Ocidental. Abre-se, genericamente, um longo período de “crise florestal”, que se manifesta com acuidade nos países onde mais se desenvolvem as atividades industriais e comerciais. As necessidades em produtos lenhosos aumentam drasticamente com o crescimento do consumo nos mercados urbanos e nas regiões onde progridem a metalurgia e a construção naval, além da sua utilização na vida cotidiana de toda a população. DEVY-VARETA, N. Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras – Geografia, n. 1, 1986 (adaptado).

Qual acontecimento do período contribuiu diretamente para o agravamento da situação descrita?

- a) O processo de expansão marítima
- b) A eclosão do renascimento cultural
- c) A concretização da centralização política
- d) O movimento de reformas religiosas
- e) A manutenção do sistema feudal

9. (UECE 2010) Entre os séculos VI e VIII, passaram a figurar no contexto histórico da Europa povos que até então estavam às margens, que eram conhecidos como "bárbaros": germanos, francos, godos, lombardos, hunos etc. Estes povos consolidaram seu poder e formaram reinos independentes, dando início a uma nova fase da história do mundo ocidental. Assinale a afirmação verdadeira.

- A) O termo "bárbaro" era utilizado para reconhecer e glorificar aqueles povos que negociaram com os romanos e alternaram, com estes, a posição de poder
- B) A palavra "bárbaro" era empregada por gregos e romanos para delimitar o que para eles significava povos não civilizados
- C) Os diferentes povos, oriundos de locais geograficamente distantes, se autodenominavam bárbaros
- D) A denominação "bárbaros" foi empregada especificamente pelos historiadores para contrapor a "romanos"

10. (ESPM 2015/1) Cada vez mais conscientes de seus direitos, os plebeus solicitaram ter por escrito as leis que regulavam os conflitos entre as pessoas. Até então existia o costume como lei, que era conhecida e interpretada somente pelos patrícios. Nas leis escritas viam os plebeus, e com razão, a única garantia para a segurança e a estabilidade. Assim foi elaborado este primeiro código legal escrito. (Bárbara Pastor. *Breve História de Roma: Monarquia e República*)

Grande parcela da sociedade romana, durante a República, era constituída pelos plebeus, que viviam marginalizados politicamente. A marginalização e o descontentamento levaram às lutas de classe em Roma. Assim o texto deve ser relacionado com:

- a) o Corpus Juris Civilis;
- b) a Lei das XII Tábuas;
- c) a Lei Frumentária;
- d) o Edito do Máximo;
- e) o Edito de Tessalônica.

11. (UEMA 2009) Após a conquista portuguesa, a Coroa teve como preocupação imediata o reconhecimento da terra e a preservação do território. Desse modo, somente a partir de 1530 o governo português decidiu concretizar a posse da terra, dando início ao período colonial. Sobre o processo de colonização do Brasil, é correto afirmar:

- a) O caráter tardio da ocupação e concretização da colonização portuguesa deu-se em função de que a metrópole estava mais preocupada com o seu empreendimento colonial nas Índias, uma vez que este lhe proporcionava maior retorno financeiro.
- b) Foi iniciado antes das primeiras expedições exploradoras, uma vez que, devido às constantes ameaças dos piratas ingleses e franceses, se fez necessário povoar imediatamente o novo território.
- c) Teve como marco inicial a declaração do rei de Portugal, D. José I, quando determinou que a exploração do pau-brasil fosse monopólio da Coroa.
- d) A colonização portuguesa na América efetivou-se antes das expedições guarda-costas quando, para deter o contrabando do pau-brasil, sistematizou e concretizou a ocupação do território.
- e) Logo após a conquista portuguesa os primeiros colonizadores passaram a se estabelecer no sertão, uma vez que o litoral destinava-se aos armazéns marítimos e ao aportamento dos navios que vinham comprar e vender produtos na colônia.

12. (UEMA 2009) O Iluminismo foi um movimento no século XVIII que pretendeu modificações na sociedade do Antigo Regime. Sobre os filósofos iluministas, pode-se afirmar que pretendiam

- a) a liberdade política para todas as camadas sociais, através do direito de voto (sufrágio universal).
- b) a liberdade política somente para alguns, sendo em geral conservadores, com exceção de Voltaire, que era favorável à participação do povo na política.
- c) acabar com os privilégios da Igreja Católica, que era associada ao obscurantismo; defendiam adoção do regime democrático para os burgueses, camponeses e aristocratas.

d) desenvolver a Razão nas mais diferentes modalidades do conhecimento, sob os auspícios do monarca absolutista, que garantiria liberdade religiosa e política aos cidadãos através do voto censitário.

e) a liberdade política para a burguesia, através da igualdade jurídica perante a lei e da defesa do direito de propriedade da terra.

13. (UEMA 2009) O século XIX apresenta como particularidade um complexo conjunto de fatores socioeconômicos negativos como: situação de miséria do operariado, diminuição das colheitas e repressão à liberdade de expressão. Essa conjuntura contribuiu para a eclosão das chamadas revoluções liberais de 1830 e 1848 que, dentre os elementos de singularidade, pode-se destacar:

a) Tanto a revolução de 1830, quanto a de 1848, devem ser caracterizadas como democráticas, pois eclodiram após a restauração dos Stuarts, consolidando o fim do Império Napoleônico.

b) Na França, a revolução de 1830 pode ser caracterizada como uma revolução liderada pela alta burguesia, enquanto a de 1848 foi impulsionada pela aliança temporária entre burguesia e proletariado.

c) Essas revoltas repercutiram em vários territórios europeus contribuindo para a eclosão de diversos movimentos revolucionários isolados. No caso da Bélgica, o proletariado aproveitou a onda revolucionária para se rebelar e promover com êxito a sua independência em relação à Holanda.

d) Somente a revolução de 1848 pode ser caracterizada como uma revolução democrática, uma vez que, teve como elemento de eclosão o nacionalismo que, no caso francês, desrespeitava a formação dos laços étnicos, lingüísticos e culturais.

e) Um dos principais reflexos das revoluções liberais francesas de 1830 e 1848, deu-se na Itália, quando em janeiro de 1848, os camponeses da Sicília se rebelaram e proclamaram a República Romana que, depois de sufocada, voltou a ser anexada ao Vaticano

14. (UEMA 2010) Dentre as sociedades pré-colombianas, algumas atingiram um alto grau de organização sociopolítica, a exemplo dos impérios maia, asteca e inca. Acerca desses três grandes impérios é possível afirmar:

I – O Império maia, extremamente militarizado, foi o que mais ofereceu resistência à dominação espanhola, não logrando êxito.

II – Um dos elementos de sustentação dos impérios asteca e inca, do ponto de vista econômico, foi a atividade agrícola, tendo o sistema de plantation

como sua base econômica. III – As cidades incas, grosso modo, erguidas nas montanhas, serviam como observação astronômica, fundamental para orientação das estações do ano, para as colheitas e como centro religioso.

IV – O império asteca necessitava cada vez mais da dominação de outros povos para obtenção de força de trabalho, como elemento de sustentação econômica.

V – Os espanhóis ao chegarem ao continente americano se depararam com cidades extremamente desenvolvidas, como Tenochitlan, que era mais populosa que Madrid, uma das maiores cidades européias na época.

Estão corretas apenas as opções:

- a) I, II, III e IV.
- b) III, IV e V.
- c) I, IV e V.
- d) IV e V.
- e) II e V.

15. (UEMA 2010) O conflito de interesses entre jesuítas e colonos foi bem retratado no filme “A Missão”, do diretor Roland Joffé (1986). No Maranhão colonial, a atividade missionária dos jesuítas também gerou conflitos de interesses. Sobre a questão jesuítica no Maranhão, nesse período, marque a alternativa correta.

- a) Os jesuítas não se apossavam do trabalho dos índios em benefício próprio e condenavam o uso dessa força de trabalho para fins econômicos.
- b) A ordem dos jesuítas se sobressaiu pouco na catequese dos índios porque se dedicou mais à obra educacional dos colonos.
- c) O Pe. Antônio Vieira, membro dos jesuítas, foi criticado por defender arduamente a liberdade dos escravos indígenas e africanos.
- d) A expulsão dos jesuítas por ocasião da Revolta de Beckman (1684) ocorreu devido a conflitos de caráter religioso.
- e) A força da missão jesuíta chocou-se com os interesses econômicos da Coroa e dos colonos, o que resultou na expulsão dessa ordem religiosa.

16. (UEMA 2020) Sabeis quem traz as pragas à terra? Cativéis injustos. Quem trouxe ao Maranhão a praga dos Holandeses? Quem trouxe a praga das bexigas? Quem trouxe a fome e a esterilidade? Estes cativéis. [...] Todo o homem que deve serviço ou liberdade alheia, e podendo-a restituir, não restitui, é certo que se condena: todos, ou quase todos os homens do

Maranhão devem serviços e liberdades alheias, e podendo restituir, não restituem; logo, todos os quase todos se condenam.

Cleonice Berardinelli. Pretos, Índios e Judeus nos Sermões de Vieira. In. João Adolfo Hansen, Adma Muhana, Hélder Garm (Orgs). Estudos sobre Vieira - São Paulo: Ateliê Editorial. 2011.

Este Sermão do Pe. Antônio Vieira (1608-1697) faz uma crítica à escravização dos indígenas e expõe a grande demanda por essa mão de obra no Estado Colonial do Maranhão até meados do século XVIII. A assertiva que explica o cativoiro dos indígenas no Maranhão colonial é a seguinte:

- a) As guerras contra os indígenas eram a única forma de abastecimento de mão de obra escrava para as atividades produtivas.
- b) A escravização dos indígenas só poderia ocorrer em áreas onde houvesse uma profunda pobreza dos moradores.
- c) A escravidão indígena foi uma prática sistemática dos colonos e gerou uma disputa entre esses e os missionários pelo controle dessa mão de obra.
- d) A mão de obra indígena era utilizada nos serviços domésticos e substituiu os africanos escravizados que trabalhavam na lavoura.
- e) A escravidão indígena foi estimulada pela Coroa Portuguesa para evitar o extermínio dos nativos pelos colonos.

17. (UEMA 2022) Leia o texto e analise as assertivas. Durante anos (meados do século XIX até a década de 1960), o conceito de movimentos sociais esteve ligado diretamente ao movimento operário, resultante das contradições da sociedade industrial e do capitalismo da época. A partir das mudanças sociais, econômicas e tecnológicas posteriores, depreende-se que a ação coletiva ligada às instituições sociais clássicas (partidos e sindicatos) tem perdido seu significado, fazendo emergir novos grupos sociais com características muito específicas (trabalhadores desqualificados, desempregados, ambientalistas, feministas, grupos étnico-raciais, LGBTQIAP+, entre outros). Além disso, as mudanças de natureza sociocultural são fundamentais para a compreensão dos novos movimentos sociais. As sociedades modernas não só permitem elevados níveis de educação, como os seus processos de socialização dependem largamente de meios de comunicação e de informação sofisticados. Os valores associados ao crescimento econômico e às necessidades de produção e consumo de bens materiais são progressivamente substituídos por valores centrados na procura de laços de pertença, de participação e de identidade

social.

J.M. Carvalho Ferreira, et al. Sociologia. Lisboa: Escolar Editora, 2013. p. 591-624. (texto adaptado).

São características dos Novos Movimentos Sociais, retratados no texto:

- I. A busca pelo reconhecimento identitário pautado em lutas pela diversidade.
- II. A legitimação da liberdade das classes sociais por meio de leis sindicais.
- III. A luta pela unificação operária e cultural.
- IV. A utilização das redes sociais para divulgar suas informações.

Estão corretas, apenas, as assertivas

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) II e IV.
- e) I e IV.

18. (UEMA 2023) O poeta maranhense Gonçalves Dias, da geração do romantismo brasileiro, no século XIX, é o símbolo máximo do Indianismo pela centralidade da temática indígena em suas poesias, a exemplo de O Canto do Piaga, poema no qual idealiza o indígena como representante da identidade nacional. Veja o indígena nas palavras de Gonçalves Dias.

O primeiro tópico de que havemos de tratar na história do Brasil é o dos Índios. [...] Eles são instrumento do quanto aqui se praticou de útil ou de glorioso; são o princípio de todas as nossas cousas; são os que deram a base para o nosso caráter nacional; ainda mal desenvolvido, e será a coroa da nossa prosperidade o dia da sua inteira reabilitação (sic) (Gonçalves Dias, 1850, p. 28-29).

A idealização do poeta não escondia a situação vivida pelas populações indígenas no Pós-Independência, ao longo da construção do Estado nacional brasileiro, caracterizada por

- a) incorporação voluntária dos indígenas ao modelo de participação da cidadania brasileira por meio do trabalho e do alistamento no exército.
- b) imposição de legislações para organizar a vida dos autóctones aos moldes

civilizacionais europeus com estímulo ao livre aldeamento dos grupos indígenas.

c) subordinação das populações nativas por meio das “guerras justas” e da violência promovida pelo processo missionário de integração ao império.

d) assimilação dos indígenas em serviços remunerados para diminuir os conflitos e para promover o aprendizado de profissões necessárias para a autossustentação.

e) expropriação do patrimônio indígena em que o interesse deixou de ser fundamentalmente de acesso a essa mão de obra para ser de apropriação de suas terras.

19. (UEMA 2011) Positivismo, corrente científica que influenciou demasiadamente os estudos historiográficos no Brasil ao longo do século XX, tinha como premissa o estabelecimento da verdade sobre o passado a partir da investigação das fontes históricas. Sobre essa corrente, considere as afirmações a seguir.

I - A bandeira brasileira traz ao centro a inscrição: “ordem e progresso”, em referência a uma das concepções basilares dessa corrente, que considera a evolução de uma sociedade dependente, primeiro, do seu ordenamento sem o qual não há evolução.

II - Essa corrente, enquanto concepção metodológica de pesquisa histórica, apropriou-se dos princípios da Escola Romântica alemã, notadamente das ideias de Humboldt e Leopold Von Ranke. Portanto, entre o Historicismo e o Positivismo não há diferenças conceituais.

III - A ideia de que o historiador não poderia analisar criticamente a história, apenas descrever os fatos tais e quais se passaram, resultou na exaltação de personagens “ilustres”, “datas” e “lugares”, já que esses explicavam a história por si própria.

IV - Na divisão das ciências, a história ocupava o lugar mais importante, pois era o carro-chefe na compreensão das relações sociais e o historiador era o cientista que se encarregaria de aplicar a física social, ou seja, conduzir a sociedade.

V - Se a nação brasileira aplicasse integralmente os princípios positivistas, rapidamente se transformaria numa nação rica e evoluída, pois aliaria o cientificismo dessa corrente com as ideias românticas de Ranke, como a valorização da cultura e dos sentimentos dos povos.

Estão corretas apenas as afirmações

- a) II, IV e V
- b) I, II e III.
- c) II e IV.
- d) I e III
- e) IV e V.

20. (UEMA 2011) Sobre as relações de poder no Brasil, durante o período colonial, considere as afirmações.

I - As câmaras coloniais eram os locais de exercício do poder, cabendo a elas, dentre outras funções, a de aplicar a lei, efetivar prisões e administrar os espaços urbanos e rurais.

II - As famílias ricas constituíam a elite colonial, por vezes estabelecendo conexões com o clientelismo político, através de casamentos, favorecimentos e barganha com funcionários metropolitanos.

III - Durante o período colonial, não foi rara a disputa entre autoridades coloniais e a Igreja; entre ordens religiosas e colonos por interesses divergentes, como por exemplo, a Revolta de Beckman.

IV - No topo da cadeia do poder político das câmaras coloniais, estavam os presidentes das câmaras, os juízes de fora, seguidos dos juízes de órfãos, das oficinas da Câmara, dos juízes ordinários, dos partidores e avaliadores e dos curadores gerais dos órfãos.

V - As administrações judiciárias estavam em todas as cidades brasileiras, impedindo o aparecimento de executores privados da lei e de lideranças locais que se colocavam acima do poder estabelecido.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I e IV.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, III e V.
- d) III, IV e V.
- e) V.

21. (UEMA 2011) Sobre o longo processo de ocupação territorial maranhense, no período colonial, é possível afirmar que

I - ocorreu a preponderância da livre iniciativa privada, sem a participação do estado na forma e intensidade da ocupação, preponderando o consenso, estabelecido a partir de acordo entre estado e colonos.

II - o território extenso era de fácil acesso e não exigiu grandes esforços e investimentos continuados para vencer as barreiras naturais.

III - a ocupação do território maranhense obedeceu a dois vetores iniciais de ocupação: a frente litorânea, capitaneada por São Luís, e a frente da pecuária, oriunda do sul do Estado.

IV - A ocupação foi de caráter comercial e predatório dos recursos naturais, baixa monetarização e pouca agregação de valor às exportações.

V - São Luís se tornou o polo centralizador frágil. O conjunto dos novos investimentos ao longo do período colonial não fortaleceu São Luís com outras áreas do Estado.

Estão corretas apenas as alternativas

- a) IV e V.
- b) I, II, e V.
- c) II, IV e V.
- d) III, IV e V.
- e) V.

22. (UEMA 2011) Sobre o reinado de D. Pedro I (1822-1831), é possível afirmar que ele, embora tendo o apoio

- a) dos grandes proprietários de terra, perdeu a sustentação política por governar como um monarca absolutista, o que acabou gerando a abdicação em favor de seu filho D. Pedro de Alcântara.
- b) das camadas mais desprivilegiadas da sociedade, perdeu o apoio dos portugueses e dos proprietários em virtude das reformas sociais que procurou empreender no Brasil após a independência.
- c) das potências europeias, contava com a oposição dos comerciantes, soldados e analfabetos que não tinham direito a voto, segundo a Constituição de 1824, o que acabou gerando um desgaste político.
- d) das camadas média e baixa no Brasil, considerou ser mais vantajoso abdicar e assumir o trono em Portugal como D. Pedro IV, em virtude das denúncias de corrupção que as elites fizeram de membros do seu governo.
- e) dos portugueses e liberais exaltados, passou a contar com o ódio da maioria dos brasileiros em virtude de ter encomendado a morte do jornalista Libero Badaró, o que acabou gerando a Noite das Garrafadas com repressão do imperador à população.

23. (UEMA 2012) [...] É possível que logo depois de um evento que tenha

abalado, destruído em parte ou renovado a estrutura de uma sociedade, comece um novo período. Só perceberemos isto mais tarde, quando uma sociedade nova realmente houver arrancado de si mesma novos recursos e se tiver proposto novos objetivos. Os historiadores não podem levar a sério essas linhas de separação, e imaginar que elas tenham sido observadas pelos que viviam durante os anos que elas atravessam, como o personagem de uma comédia que grita: –Hoje começa a Guerra dos Cem Anos! HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

A crítica aos historiadores, apresentada no fragmento, está centrada na (o)

- A) desvalorização do encadeamento dos processos históricos.
- B) privilégio dos acontecimentos militares nas explicações históricas.
- C) indissociação entre a história vivida e a história escrita.
- D) consideração sobre os grandes eventos da História.
- E) compreensão do tempo presente como histórico.

24. (UEMA 2012)

TEXTO I

Valeu, Zumbi
O grito forte dos Palmares
Que correu terra, céus e mares
Influenciando a abolição.

VILA, L. C. da V., G. R. E. S. Unidos de Vila Isabel, 1988.

TEXTO II

Pra Isabel a heroína,
Que assinou a lei divina
Negro dançou, comemorou, o fim da sina.

TRISTEZA, N.; JÓIA, P.; VICENTINHO; JURANDIR. G. R. E. S. Imperatriz Leopoldinense, 1989.

Os versos dos textos I e II são fragmentos de letras de samba, elaborados no contexto de comemoração do centenário da abolição da escravidão, no Brasil. Esses versos abordam a questão de maneira distinta. Ao compará-los, se diferenciam quanto à

- A) escolha dos protagonistas da abolição.
- B) importância dada à Lei Áurea, assinada em 1888.
- C) perspectiva de uma História personificada em grandes heróis.
- D) forma de abordagem do racismo disseminado, após a abolição.
- E) receptividade da abolição, rejeitada por uma parcela da população.

25. (UEMA 2012) Até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados. No entanto, nos trinta anos seguintes, assiste-se a uma transmutação extraordinária, para não dizer radical, dessa situação. Em 1914, com a única exceção da Etiópia e da Libéria, a África inteira vê-se submetida à dominação de potências europeias, dividida em colônias de dimensões diversas, mas, de modo geral, muito mais extensas do que as formações políticas preexistentes e, muitas vezes, com pouca ou nenhuma relação com elas. Nessa época, aliás, a África não é assaltada apenas na sua soberania e na sua independência, mas também em seus valores culturais. HISTÓRIA Geral da África, v. VII. África sob dominação colonial. Editado por Albert Adu Boahen. 2 ed. Brasília: Unesco, 2010.

A transmutação extraordinária evidenciada no texto está diretamente associada

- A) à influência africana na Primeira Guerra Mundial.
- B) ao incremento dos conflitos entre reinos africanos.
- C) à substituição de governos autóctones por europeus.
- D) à valorização de tradições milenares dos povos africanos.
- E) à destruição dos laços culturais que uniam Europa e África.

26. (UEMA 2012)



Ziraldo. 20 anos de prontidão, 1984. In: LEMOS, R. Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001). Rio de Janeiro: Letras e Expressões, 2001.

A charge acima faz alusão a um momento de endurecimento do regime militar caracterizado pela

- A) convocação do Congresso Nacional e pela promulgação da Constituição de 1967.
- B) dissolução de todos os partidos políticos e pela criação de uma nova legislação partidária.
- C) eleição indireta para governador e vice-governador e pela indicação dos prefeitos das capitais.
- D) cassação de mandatos legislativos e pela aposentadoria compulsória de funcionários públicos.
- E) criminalização das manifestações políticas e pela perseguição aos opositores do Regime.

27. (UEMA 2012) [A ilha era habitada por pássaros] grandes, belos e polidos, em tudo semelhantes aos homens de minha pátria, bebendo e comendo como homens, digerindo como homens, dormindo como homens [...]. Vê-los era uma bela coisa. Os machos chamavam-se clerigaus, monagaus, padregaus, abadegaus, bispogaus, cardealgaus e papagau – este era o único da sua espécie [...]. Perguntamos por que havia só um papagau. Responderam-nos que [...] dos clerigaus nascem os padregaus [...] dos padregaus nascem os bispogaus, destes os belos cardealgaus, e os cardealgaus, se antes não os levam à morte, acabam em papagau, de que ordinariamente não há mais que um, como no mundo existe apenas um Sol.

RABELAIS, F. Gargantual e Pantagruel. In: MARQUES, A.; ALLI. História moderna através de textos. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

O texto, escrito por volta da primeira metade do século XVI, apresenta características

- A) anticientificistas.
- B) teocentristas.
- C) milenaristas.
- D) humanistas.
- E) iluministas.

28. (UEMA 2012) No final do século XIX, o município de Grajaú e quase todo sertão maranhense viveu uma rebelião política. Para o governo do Estado, o estopim foi o assassinato do promotor público Estolano Polary. Para os sertanejos, era uma disputa pelo controle político da região. Benedito Leite enviou forte contingente policial que praticou desmandos e atrocidades contra a população.

CABRAL, M. do S. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*, 1992 (adaptado).

O texto é uma referência a conflitos vividos no interior do Maranhão e conhecidos como

- A) Balaiada.
- B) Guerra do Léda.
- C) Rebelião do padre João de Boa Vista.
- D) República de Pastos Bons.
- E) Setembrada.

29. (UEMA 2016) Contemporaneamente, na África, há ‘povos’ que estão em territórios de países com grande efervescência de lutas internas, rivalidades tribais, variados conflitos causados pelo estabelecimento de um modelo de divisão política em Estado-Nação. O quadro descrito é resultado de um processo histórico construído a partir da expansão marítimo-comercial, iniciado no século XV e que hoje traduz um cenário de conflitos, de pobreza e de dependência. Os motivos geradores do quadro de conflitos vivenciados na África são

a) a colonização europeia e, posteriormente, a descolonização, após a Segunda Guerra, que deixou dentro de um Estado-Nação uma diversidade de

povos, outrora livres, com idiomas e costumes muito diferentes, mas que agora estão em um mesmo país.

b) a interferência da Europa e dos E.U.A. na economia de mineração, que gera lutas entre grupos que desejam assumir o poder nacional e a diminuição de espaços voltados à agricultura de subsistência, substituídos pela agricultura mecanizada.

c) a luta pelas riquezas minerais entre os povos de diferentes culturas e religiões que se pretendem sobrepor aos demais e a colonização estadunidense na porção sul africana na primeira metade do século XX.

d) a colonização europeia que escravizou a maior parte da população do centro-norte africano, submetendo os povos à fuga para o sul, gerando conflitos entre esses povos e o advento do islamismo a partir dos sunitas que pregam a guerra pela fé.

e) a colonização e a neocolonização do continente africano pelos estadunidenses e europeus, respectivamente, que impuseram o modelo de divisão política em países, sem considerar as diferenças entre os brancos, do norte, os pardos do Saara e os negros do sul.

30. (UEMA 2016) A batalha pelos direitos sociais e os movimentos dos jovens pelo Brasil ainda é notícia na grande mídia. Leia o fragmento publicado na mídia brasileira. [...] Após mais de seis meses segurando os preços das tarifas, os governos estaduais e municipais, de forma organizada e abrupta, resolveram repassar à população um valor de reajuste de tarifa de transporte público abaixo da inflação do último ano, e o fizeram com o argumento da defasagem contratual e da necessidade de equilibrar os contratos e tudo pela ordem e pela função econômica do Estado. [...] Em casos como os dos Municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, os governos se posicionaram pela intransigência quanto às reivindicações pelas reduções das tarifas e então, OS JOVENS FORAM ÀS RUAS. É certo que todo o debate social em torno do reajuste da tarifa do transporte público não passa somente pelos centavos de reajustes, passa antes por ser um GRITO REPRIMIDO de uma sociedade que há tempos não sabe o que é ir às ruas para pleitear dignidade, justiça social, lutar pelos direitos mínimos e sociais. Este grito social de desespero por uma vida melhor e participativa na vida política (do País, dos Estados e dos Municípios) está representado pela juventude que se organiza por meio das redes sociais da internet e que começou a se movimentar independente de uma liderança. O Estado não permitiu que as manifestações ocorressem de forma pacífica e voluntária, uma vez que utilizou e ainda usa a repressão policial de forma desmedida, [...]

SILVA, Aarão Miranda da. Jus.com.br/artigos/24742.(Adaptado).

O Estado, ao se posicionar contrário aos direitos dos cidadãos, por exigirem mudanças nas políticas vigentes, reprimindo toda e qualquer manifestação que busca uma nova agenda política, é considerado

- a) ateísta.
- b) ditatorial.
- c) de esquerda.
- d) comunista.
- e) crítico.

31. (FGV 1997) A política de recuperação econômica e social adotada pelo presidente Roosevelt dos E.U.A. nos anos 30, denominada New Deal, propunha, entre outras medidas:

- a) a liberação dos preços dos produtos básicos e o aumento da jornada de trabalho;
- b) o fim da intervenção do Estado na economia e a utilização do trabalho do menor;
- c) a proibição da formação de associações sindicais e a extinção da previdência social;
- d) a concessão de empréstimos aos fazendeiros arruinados e o aumento do nível de emprego para os operários;
- e) o incentivo à utilização do capital estrangeiro e a liberdade para a formação de cartéis.

32. (UFSE 1997) A expansão do Imperialismo na segunda metade do século XIX relaciona-se com:

- a) o desenvolvimento do capitalismo comercial.
- b) o fortalecimento do capitalismo financeiro.
- c) a ascensão do mercantilismo.
- d) a supremacia do liberalismo econômico.
- e) a decadência dos grandes conglomerados econômicos.

33. (Fatec 1996) Em "O Último Czar", Eduard Radzinsky cita diversos registros de Nicolau II: - "9 de janeiro. Disposição de ânimo alarmante entre os revolucionários e grande propaganda do proletariado". - "28 de janeiro. Eventos de extraordinária importância, com um potencial de graves consequências para a situação do estado, não estão distantes". - "5 de

fevereiro. A animosidade aumenta. Demonstrações espontâneas das massas serão a primeira etapa e também a última no caminho para excessos impiedosos e insensatos, no mais horrível dos acontecimentos: uma revolução anárquica".

Sobre a Revolução de fevereiro de 1917, é correto afirmar que:

- a) a burguesia liberal apoiava a insurreição popular para instaurar no país um regime constitucional e parlamentar, ampliando o poder dos bolcheviques.
- b) desejava substituir um regime-burguês por outro operário-socialista.
- c) as forças no poder eram: burguesia liberal, mencheviques e social-revolucionários.
- d) seu plano baseava-se na reforma agrária e na estatização dos bancos e das fábricas.
- e) seu caráter revolucionário baseava-se no proletário e no camponês.

34. (Vunesp 1998) "A guerra atual é, por parte de ambos os grupos de potências beligerantes, uma guerra (...) conduzida pelos capitalistas pela partilha das vantagens que provêm do domínio sobre o mundo, pelos mercadores do capital financeiro (bancário), pela submissão dos povos fracos etc." ("Resolução sobre a Guerra", publicada no jornal Pravda em abril de 1917.) O texto oferece uma interpretação característica dos bolcheviques sobre a:

- a) Guerra Russo-Japonesa.
- b) Guerra da Coréia.
- c) Guerra da Criméia.
- d) Primeira Guerra Mundial.
- e) Primeira Guerra Balcânica. 3

5. (Fatec 1997) A ocupação da Polônia marca o início da Segunda Guerra Mundial. Alternativa de manter a paz a qualquer custo, como foi feito em Munique, se revelou impossível. Hitler não se dava por satisfeito com a reconquista do "espaço vital", queria mais e mais. Sobre a Segunda Guerra, é correto afirmar:

- a) A Itália, aliada da Alemanha desde assinatura do Pacto de Aço, declarou guerra à Inglaterra e à França em junho de 1940. Em setembro do mesmo ano, a Itália atacou o Egito e a Turquia.
- b) Em 1941 tropas alemãs invadiram o território Soviético dominaram definitivamente Leningrado e Moscou.

c) A partir dos sucessos na frente ocidental, da invasão e conquista da Bélgica, Holanda e França e do recuo inglês para o outro lado do canal, Hitler voltou sua atenção para a Polônia. d) O sucesso definitivo alemão deveu-se à sua tática militar, conhecida como "guerra relâmpago"; essa consistia no uso de forças motorizadas, tanques e aviação, conjugados e combinados entre si, em uma ação defensiva.

e) A partir da declaração de guerra, feita por Inglaterra e França contra a Alemanha, outros países foram entrando no conflito, de ambos os lados. A cada novo beligerante, a relação de forças se alterava, e a guerra entrava em uma nova fase. Inicialmente uma guerra europeia, estendeu-se paulatinamente à Ásia e a África.

36. (Cesgranrio 1994) Marque a opção que apresenta um acontecimento relacionado com as origens da Guerra Fria.

a) Construção do Muro de Berlim (1961).

b) Intervenção militar norte-americana no Conflito do Vietnã (1962).

c) Criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN (1949).

d) Eclosão da crise dos mísseis em Cuba (1962).

e) Invasão da Baía dos Porcos (1961).

37. (Pucsp) No Brasil, a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho - foi criada pelo Decreto 5452, de 1943, em meio ao governo de Getúlio Vargas, para reunir e sistematizar as leis trabalhistas existentes no país. Tais leis representaram a:

a) conquista evidente do movimento operário sindical e partidariamente organizado desde 1917, defensor de projetos socialistas e responsável pela ascensão de Vargas ao poder.

b) participação do Estado como árbitro na mediação das relações entre patrões e trabalhadores de 1930 em diante, permitindo a Vargas propor a racionalização e a despolitização das reivindicações trabalhistas.

c) inspiração notadamente fascista, que orientou o Estado Novo desde sua implantação em 1937, desviando Vargas das intenções nacionalistas presentes no início de seu governo.

d) atuação controladora do Estado brasileiro sobre os sindicatos e associações de trabalhadores, permitindo a Vargas criar, a partir de 1934, o primeiro partido político de massas da história brasileira.

e) pressão norte-americana, que se tornou mais clara após 1945, para que Vargas controlasse os grupos anárquicos e socialistas presentes nos

movimentos operário e camponês.

38. (Puc-rio) São exemplos de práticas centralizadoras e intervencionistas do Estado brasileiro ao longo do século XX:

I - A criação de associações e sindicatos de trabalhadores urbanos, no início do século.

II - A atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda na regulamentação dos meios de comunicação, durante o Estado Novo.

III - O crescimento da indústria do entretenimento, nos anos cinquenta, através da expansão do rádio, da criação da televisão e da popularização do cinema.

IV - A política econômica de concessão de subsídios às exportações agrícolas como estratégia de sustentação do "Milagre Brasileiro", no início dos anos 70.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas a afirmativa I.
- b) as afirmativas I e III.
- c) as afirmativas II e IV.
- d) as afirmativas II, III e IV.
- e) todas as afirmativas.

39. (Fuvest) Em seu famoso painel Guernica, Picasso registrou a trágica destruição dessa cidade basca por:

- a) ataques de tropas nazistas durante a Segunda Guerra Mundial;
- b) republicanos espanhóis apoiados pela União Soviética durante a Guerra Civil;
- c) forças do Exército Francês durante a Primeira Guerra Mundial;
- d) tropas do governo espanhol para sufocar a revolta dos separatistas bascos;
- e) bombardeio da aviação alemã em apoio ao general Franco contra os republicanos.

40. (PUC-RJ/2014) Na Argentina contemporânea, é possível perceber a permanência e a força do peronismo na eleição de diversos e sucessivos governantes que se dizem seus herdeiros. As alternativas abaixo expressam características da experiência política do governo Perón de 1946-1955.

I – Antes de sua eleição em 1946, Juan Domingo Perón ocupou o cargo de secretário do Trabalho e Previdência Social, no governo instaurado em 1943 pelos militares do GOU, no exercício do qual iniciou uma política trabalhista que, em pouco tempo, o transformou em importante líder dos trabalhadores.

II – Em 1955, Perón concorre à reeleição e perde para o candidato da União Democrática, deixando o poder depois de dez anos, apesar do apoio das Forças Armadas, da Igreja e dos trabalhadores.

III – Muitas medidas de caráter nacionalista foram levadas avante pelo governo peronista, desde a nacionalização das estradas de ferro e de outras empresas de transporte, de empresas elétricas, dos serviços telefônicos, até a criação de uma frota aérea do Estado (Aerolíneas Argentinas) e da empresa Gás do Estado.

IV – O peronismo caracterizou-se pela introdução de uma política de massas que resultou na configuração de um Estado intervencionista, tendo à frente um líder carismático que conduziu uma política baseada na ideia de “Justicialismo”.

São afirmativas corretas:

- a) II e IV.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) I, III e IV.
- e) Todas.

Gabarito:

Resposta da questão 1: **D**
Resposta da questão 2: **B**
Resposta da questão 3: **B**
Resposta da questão 4: **A**
Resposta da questão 5: **A**
Resposta da questão 6: **B**
Resposta da questão 7: **C**
Resposta da questão 8: **A**
Resposta da questão 9: **B**
Resposta da questão 10: **B**
Resposta da questão 11: **A**
Resposta da questão 12: **E**
Resposta da questão 13: **B**
Resposta da questão 14: **B**
Resposta da questão 15: **E**
Resposta da questão 16: **C**
Resposta da questão 17: **E**
Resposta da questão 18: **E**
Resposta da questão 19: **D**
Resposta da questão 20: **B**
Resposta da questão 21: **D**
Resposta da questão 22: **A**
Resposta da questão 23: **C**
Resposta da questão 24: **A**
Resposta da questão 25: **C**
Resposta da questão 26: **E**
Resposta da questão 27: **D**
Resposta da questão 28: **B**
Resposta da questão 29: **A**
Resposta da questão 30: **B**
Resposta da questão 31: **D**
Resposta da questão 32: **B**
Resposta da questão 33: **C**
Resposta da questão 34: **D**
Resposta da questão 35: **E**
Resposta da questão 36: **C**
Resposta da questão 37: **B**
Resposta da questão 38: **C**
Resposta da questão 39: **B**
Resposta da questão 40: **B**





Esta apostila, parte da Coleção: **Educação Transforma** da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), oferece uma abordagem acessível e eficiente para o aprendizado de História, voltada especialmente para alunos do Ensino Médio que buscam ingressar no ensino superior.

Com foco nos principais processos seletivos, como o PAES e o ENEM, o conteúdo abrange temas fundamentais da História, alinhados aos Referenciais Curriculares do Ensino Médio do Maranhão. A linguagem clara e objetiva facilita o entendimento dos conceitos históricos, ao mesmo tempo em que estimula o pensamento crítico e reflexivo dos estudantes.

Mais do que um recurso isolado, esta apostila é uma chave orientadora para estudos complementares, incentivando o uso de livros, filmes, vídeos e outros materiais disponíveis. Ela promove a autonomia no aprendizado, ajudando os alunos a se organizarem e a se prepararem de forma independente para provas e processos seletivos.

